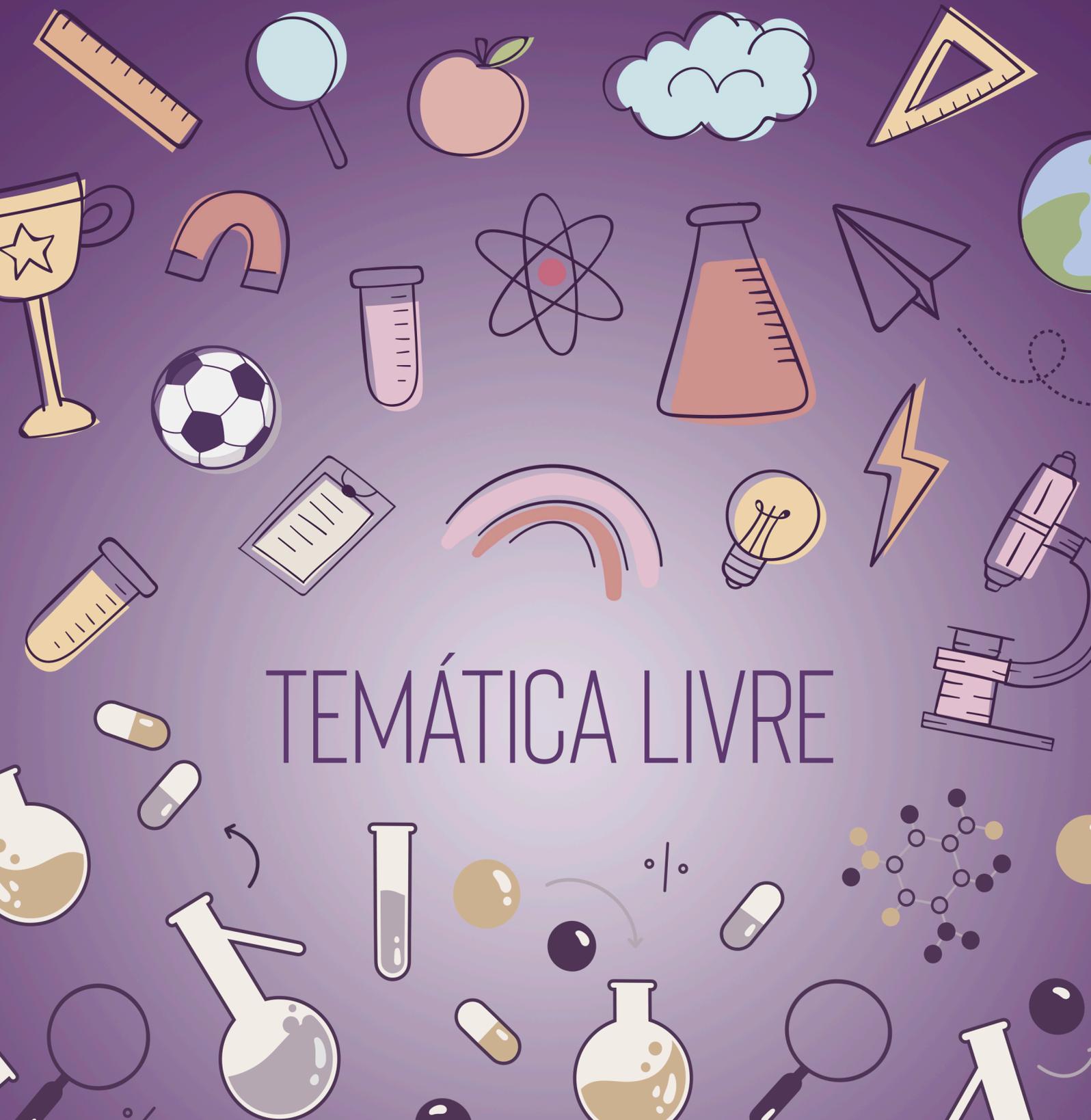


Contracampo

BRAZILIAN JOURNAL OF COMMUNICATION | PPGCOM-UFF

VOLUME 40. NÚMERO 1. 2020. E-ISSN 2238-2577. JAN/2021 – ABR/2021



TEMÁTICA LIVRE

Editorial vol. 40 n. 1

Ariane Holzbach¹

Camilla Tavares²

É impossível começar qualquer edição de revista científica, hoje, sem ter como ponto de partida as problemáticas que orbitam os 15 meses de pandemia da COVID-19 que, infelizmente, ainda experimentamos no Brasil. Já faz mais de um ano que (sobre)vivemos a esse contexto de máscaras, vacinas e negacionismos escancarados – o que torna tudo mais dramático e difícil de ser superado. Da perspectiva da Ciência, acreditamos que essas complexidades precisam mais do que nunca de observação, diagnósticos plurais, análises fundamentadas e críticas para, finalmente, compreendermos e modificarmos esse quadro em prol da vida saudável e sã.

A 40ª edição da Revista Contracampo se coloca como um espaço ímpar, honesto e livre para a Ciência refletir sobre tal conjuntura, de modo que temos recebido uma quantidade crescente de artigos, ensaios e entrevistas que pensam o contexto da pandemia e suas relações com a cultura midiática em diferentes perspectivas. Este é o caso dos dois artigos que abrem a edição: A vacina em pauta: a produção de sentidos na cobertura da Folha de S. Paulo, de Luisa Massarani, e Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter, de Raquel Recuero, Felipe Soares e Gabriela Zago. Este último inaugurou na Contracampo a avaliação de um artigo em pré-print, o que nos possibilitou testar, com sucesso, o sistema de parecer aberto, que é um modelo que almejamos tornar mais sistemático e regular na revista, como exigem os mais recentes parâmetros de qualidade de revistas científicas globais.

Aliados às temáticas que diretamente refletem sobre aspectos midiáticos vinculados à pandemia, publicamos um grupo de artigos que debatem questões adjacentes e igualmente fundamentais, como é o caso de Imaginário e cultura da intolerância em plataformas algorítmicas, de Júlio Leme de Castro, e Crise e catástrofe como categorias interpretativas das experiências humanas do tempo, de Carlos Alberto Carvalho, Verônica Soares Costa, Phellipy Pereira Jácome e Bruno Souza Leal. Nessa mesma frente, temos dois artigos que refletem sobre fenômenos evidenciados pelas mídias regionais: A serviço do povo? Um olhar sobre telejornalismo comunitário no SE1, JPB1 e RN1, de Lívia Cirne, Vitor Belém, Fabiana Siqueira e Giovana Mesquita, e A sustentabilidade na visão de colaboradores de rádios comunitárias: estudo no semiárido do Piauí, de Elianara Soares Barros de Sousa.

Finalmente, considerando que têm sido crescentes também as submissões de propostas que pensam elementos paradigmáticos do passado que, fundamentalmente, são importantes no desafio

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e de Estudos de Mídia da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Desenhos Animados (AnimaMídia) e do TeleVisões, Grupo de Pesquisa em Televisão e Novas Mídias, junto com Mayka Castellano. Autora de "A invenção do videoclipe: a história por trás da consolidação de um gênero audiovisual" (2016). E-mail: arianeh@id.uff.br. ORCID: 0000-0002-8548-0220

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Sociedade (COPS). Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, Brasil. E-mail: camilla.tavares@ufma.br. ORCID: 0000-0001-5490-6850

de entender e melhorar o presente, publicamos dois textos nessa linha. O primeiro é Todos pedem ao presidente, texto reflexivo de Juremir Machado da Silva que analisa a comunicação realizada por correspondência entre o presidente João Goulart (1961-1964) e uma variedade de pessoas, incluindo ex-presidentes. O segundo é Futebol midiaticado, identidade cultural e reconhecimento nos fluxos comunicativos digitais, de Clóvis Teixeira Filho, Lívia Silva de Souza e Gabriel Moni, que faz um denso percurso teórico no campo da Comunicação em interface com o futebol para entender o papel desse esporte como evento midiático contemporâneo.

Desejamos a todas, a todos e a todes uma ótima experiência. Que sigamos em frente, firmes, saudáveis e sãos. E que na próxima edição da revista estejamos ainda mais fortes, inclusive cientificamente.

Ariane Holzbach e Camilla Tavares

EQUIPE EDITORIAL

Editoras-chefes

Ariane Holzbach (UFF)
Camilla Quesada Tavares (UFMA)

Editores-executivos

Paula Fernandes (coordenadora)
Caio Melo
Daniel Rios
Daniela Araújo
Gabriel Ferreirinho
Lucineide Magalhães
Matheus Bibiano
Renata Menezes Constant
Rodrigo Reis

Triagem

Mayara Araújo (coordenadora)
Lieli Loures

Revisão

Ana Luiza de Figueiredo Souza (coordenadora)
Ana Paula Oliveira
Beatriz Medeiros
Edylene Severiano
Guilherme Popolin
Kárin Klém
Larissa Carvalho
Letícia Sabbatini
Pedro Alves
Rodrigo Quinan
Wilian de Abreu

Tradução / Versão

Leonam Dalla Vecchia (coordenador)
Deborah Santos
Gisele Delatorre
Inês da Silva Alves
Jessika Medeiros
Manoela Mayrink

Projeto gráfico / Diagramação

Alan Fragoso (coordenador)
Thayane Guimarães (coordenadora)
Alékis de Carvalho Moreira

Planejamento estratégico

Angélica Fonseca (coordenadora)
Daniela Mazur
Adonay Guerra

Comunicação

Luiza Costa (coordenadora)

Lucas Bragança

Edição v. 40
número 1 / 2021

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 40 (1)
jan/2021-abr/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

A vacina em pauta: a produção de sentidos na cobertura da Folha de S. Paulo

The vaccine on the agenda: the production of meanings in Folha de S. Paulo's coverage

LUIZA MASSARANI

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: luisa.massarani7@gmail.com. ORCID: 0000-0002-5710-7242.

TATIANE LEAL

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: tatianeclc@gmail.com. ORCID: 0000-0002-0410-809X.

IGOR WALTZ

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: igor.waltz@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1903-6153.

MICHELLE MODESTO

Instituto INFNET e Universidade Federal Fluminense (UFF) – Rio de Janeiro/Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: shellymodesto@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8767-7190.

ANTONIO MARCOS PEREIRA BROTAS

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: brotas@bahia.fiocruz.br. ORCID: 0000-0001-8438-2445.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MASSARANI, Luisa; LEAL, Tatiane; WALTZ, Igor; MODESTO, Michelle; BROTAS, Antonio Marcos Pereira. A vacina em pauta: a produção de sentidos na cobertura da Folha de S. Paulo. Contracampo, Niterói, v. 40, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021.

Enviado em: 02/12/2020. Revisor A: 08/02/2021; Revisor B: 16/03/2021. Aceite em: 16/03/2021.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.47457>

Resumo

A mídia é uma das principais fontes para o consumo de informações sobre as vacinas. Com o crescimento da desinformação e da hesitação vacinal, é fundamental compreender como o jornalismo produz sentidos sobre esse recurso de saúde pública. Neste artigo, analisamos a cobertura da Folha de S. Paulo durante um ano com o objetivo de investigar de que formas as vacinas são pautadas pelo jornal. Observamos aspectos como enquadramentos, fontes, explicação de conceitos, benefícios e riscos da vacina. Os resultados mostram que as matérias analisadas assumem importante papel ao aproximar a vacinação do cotidiano e promover seus benefícios. No entanto, a abordagem de riscos e controvérsias e a participação cidadã aparecem em menor escala, demonstrando que há espaço para ampliar as relações entre jornalismo, ciência e sociedade.

Palavras-chave

Vacina; Mídia e ciência; Jornalismo científico; Comunicação em saúde.

Abstract

The media is one of the main sources for the consumption of information about vaccines. With the growth of misinformation and vaccine hesitation, it is essential to understand how journalism produces meanings about this public health resource. In this paper, we analyzed Folha de S. Paulo's coverage for a year to investigate how the newspaper addresses vaccines. We observed aspects such as frameworks, sources, explanation of concepts, and benefits and risks of the vaccine. The results show that the analyzed articles play an essential role in bringing vaccination closer to everyday life and promoting its benefits. However, the approach to risks and controversies and citizen participation appears on a smaller scale, demonstrating room to expand the relationship between journalism, science, and society.

Keywords

Vaccine; Media and science; Science journalism; Health communication.

Introdução

Temáticas relacionadas à saúde e à ciência tradicionalmente ocupam um importante espaço no campo da mídia (RAMALHO et al., 2012). Reportagens, capas de revistas, programas especializados, colunas e seções fixas e atuação de profissionais da área como comentaristas e colunistas evidenciam a existência de uma demanda do público por informações sobre saúde (CATALÁN-MATAMOROS e PEÑAFIEL-SAIZ, 2019c; LERNER, 2015). Em um cenário em que as mídias se apresentam como uma das principais fontes de informações sobre saúde, ciência e tecnologia, seus conteúdos influenciam decisões cotidianas relacionadas a esse âmbito. Assim, ao lado de especialistas e instituições do campo científico, a mídia se apresenta como um dos principais agentes de construção do imaginário contemporâneo sobre a saúde (CGEE, 2019; OLIVEIRA, 2014).

Nesse contexto, uma temática tem se destacado em debates contemporâneos: a vacina (CATALÁN-MATAMOROS e PEÑAFIEL-SAIZ, 2019c). De relevância central em coberturas jornalísticas e conversações nas redes sociais, esse assunto ganhou ainda mais destaque diante da crise causada pela pandemia de COVID-19 em 2020, em que a vacina tem sido considerada como símbolo de esperança para o controle da doença e o restabelecimento de uma possível normalidade após o distanciamento social. Entretanto, a presença das vacinas na mídia não se deve apenas às suas potencialidades para erradicar, prevenir e controlar doenças. Pelo contrário, ela tem sido atribuída à proliferação de informações falsas ou distorcidas sobre sua segurança, confiabilidade e necessidade (CATALÁN-MATAMOROS e PEÑAFIEL-SAIZ, 2019c). Esse quadro de desinformação (WARDLE e DERAKSHAN, 2017) tem sido associado, em diversos países, a um crescimento da *hesitação vacinal*, ou a relutância ou recusa à vacinação apesar da sua disponibilidade (OMS, 2014).

No Brasil, se desde a década de 1990 as coberturas vacinais infantis ultrapassavam 95%, elas declinaram de 10 a 20 pontos percentuais desde 2016. A ocorrência de surtos de doenças anteriormente controladas, como os de sarampo em 2018, explicitam os riscos e danos da hesitação vacinal no país. No entanto, vários fatores podem contribuir para reduzir a cobertura vacinal, desde a influência da desinformação à dificuldade de obter a vacina (por exemplo, causada por restrições de horário e problemas de acesso aos postos de saúde), além do próprio êxito das políticas de vacinação em massa, causando a falsa sensação de que não é mais necessário vacinar e de que as doenças não seriam tão graves (SATO, 2018).

Ainda que as causas da hesitação vacinal sejam multifatoriais, há consenso de que a informação midiática tem um papel central para a promoção da saúde e o engajamento do público em relação às vacinas (CANCIAN, 2020; CATALÁN-MATAMOROS e PEÑAFIEL-SAIZ, 2019b; SATO, 2018). Um estudo da Avaaz em parceria com a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm) apontou que “mídias tradicionais”, como televisão, rádio e portais de notícias, são a principal fonte de informação sobre vacinas (68%), à frente inclusive das mídias sociais (48%) (AVAAZ, 2019). Dentre essas mídias, o jornalismo assume um papel central, uma vez que as coberturas jornalísticas sobre vacinação são importantes fatores de impacto sobre a percepção pública frente às campanhas de vacinação (CANCIAN, 2020; SATO, 2018).

Diante desse cenário, analisamos neste artigo a cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* sobre as vacinas no período de um ano. A partir do protocolo analítico proposto pela Rede Ibero-americana de Monitoramento e Capacitação em Jornalismo Científico (MASSARANI e RAMALHO, 2012), o objetivo geral é compreender os modos como um dos jornais mais lidos do país produz sentidos sobre as vacinas. Investigamos, assim, quais os principais enquadramentos operados, as fontes acionadas para legitimar as matérias e de que formas riscos, controvérsias e benefícios das vacinas, bem como a divulgação científica de pesquisas e conceitos relacionados à imunização foram (ou não) abordados nessa cobertura.

A pesquisa se justifica pela relevância social do tema no contemporâneo, em que atitudes de hesitação vacinal que ameaçam a saúde pública têm sido associadas ao consumo de informação na mídia.

Diante da centralidade do jornalismo para a construção do imaginário sobre saúde, analisar a cobertura acerca da vacinação pode fornecer subsídios para compreender como essa temática tem sido tratada na produção noticiosa e contribuir para a reflexão sobre as interseções entre os campos da Comunicação, Divulgação Científica e Saúde.

Jornalismo e vacinação: a produção de sentido

O jornalismo é um importante aliado dos campos da saúde e da ciência e tecnologia (C&T) na popularização de informações sobre pesquisas científicas, prevenção e cuidados de saúde, e políticas públicas (OLIVEIRA, 2014). A prática jornalística também fomenta a participação cidadã, ao aproximar a C&T do cotidiano e demonstrar suas interseções com as atividades socioeconômicas (OLIVEIRA, 2007). No que se refere às vacinas, o jornalismo assume funções sociais relevantes, como a *prestação de serviço*, ao informar sobre campanhas de vacinação; a *divulgação científica*, ao explicar conceitos e pesquisas; e a *promoção da saúde*, ao reafirmar a importância da imunização para a prevenção e controle de doenças. Além disso, ele fiscaliza e avalia agentes governamentais no campo da saúde em nome do interesse público. No contexto de crescimento da desinformação sobre vacinas, o jornalismo tem ainda uma atuação fundamental na checagem de informações e no mapeamento de temas presentes nas redes (CANCIAN, 2020; OLIVEIRA, 2014).

Para compreender a cobertura jornalística sobre a vacinação, uma série de questões deve ser levada em conta. Os sentidos da saúde e da ciência que aparecem nos jornais não são dados, mas produzidos discursivamente por diversos elementos da narrativa jornalística e de seus modos de produção. A própria divisão em editorias e os sistemas de nomeação dos espaços são elementos importantes para a construção do sentido. Apesar de Ciência e Saúde contarem com editorias específicas em diversos veículos, esses temas são transversais e investigar sua abordagem entre diferentes seções fornece pistas sobre como o assunto é (ou não) tratado nesses espaços (LERNER, 2015). No caso das vacinas, a transversalidade da temática, que se refere a diferentes doenças, pesquisas científicas, questões econômicas e políticas, acontecimentos locais e internacionais, a análise dos principais temas abordados, bem como sua localização nessas editorias contribui para o entendimento dos sentidos produzidos pela cobertura.

Além disso, em um contexto multimídia, a produção discursiva do jornalismo também engloba recursos imagéticos e audiovisuais que participam da construção de sentido (OLIVEIRA, 2014). Uma análise de cinco anos da cobertura jornalística espanhola sobre vacinas encontrou como imagens predominantes fotografias de aplicações da vacina a partir de seringas, especialmente em bebês. Em seguida, apareceram imagens de doses de vacinas, seguidas por elementos associados à vacinação, como vírus e bactérias, e fotos de cientistas. Os autores destacam a subrepresentação de infográficos e visualizações de dados (CATALÁN-MATAMOROS e PEÑAFIEL-SAIZ, 2019a). Esses elementos fornecem pistas sobre o imaginário acerca da vacinação naquele país; portanto, uma análise dos recursos multimídia da cobertura jornalística brasileira seria oportuna para compreender os significados engendrados em nosso contexto.

Ainda sobre a narrativa jornalística, a análise de enquadramentos permite observar os processos de produção de sentido presentes em um texto, por meio de operações como seleção, ênfase ou silenciamento de determinadas ideias (ENTMAN, 1993). Esse entendimento é baseado no conceito de “quadros”, compreendidos como “marcos interpretativos” que permitem aos atores sociais identificar, organizar e dar sentido às interações vividas em determinados contextos normativos (FRANÇA, 2012; PORTO, 2004). De tal modo, investigar os enquadramentos possibilita compreender a relação entre valores socialmente partilhados e os processos de seleção e construção jornalística dos acontecimentos (SILVA e FRANÇA, 2017).

Em relação a pautas de saúde, os enquadramentos articulados pelas notícias podem influenciar a opinião pública, as atitudes individuais e as políticas de saúde, uma vez que ele define não apenas a

abordagem do tema, mas também possíveis soluções, o que atravessa os rumos do debate público. Como lembra Rothberg (2010), não é possível afirmar que a mídia determine percepções e comportamentos dos indivíduos, mas, ao introduzir e salientar certas ideias, seus efeitos não podem ser totalmente desconsiderados. Assim, no campo da saúde, as soluções discutidas no debate público podem servir de base para a formação de políticas públicas futuras, enquanto aquelas que derivariam de enquadramentos não utilizados poderiam ficar apagadas nesses espaços (LIMA e SIEGEL, 1999; MENACHE, 1998).

A escolha das fontes também é relevante, uma vez que o jornal promove um arranjo particular dessas falas e legitima determinados atores (em detrimento de outros) como emissores autorizados a discorrer sobre determinado tema (LERNER, 2015). Em uma análise da cobertura da imprensa portuguesa sobre a vacinação, Gomes e Lopes (2019) encontraram uma predominância de fontes oficiais e matérias com uma única fonte, o que indica uma menor pluralidade de perspectivas, com a sub-representação de pacientes e organizações da sociedade civil. O papel dos cientistas como fontes nesse tipo de matérias também é um importante aspecto a ser considerado na perspectiva do jornalismo como espaço para a divulgação científica e mediação entre esses especialistas e a sociedade.

Outros aspectos fundamentais na produção de sentido das notícias sobre C&T consistem na explicação de conceitos, benefícios, riscos e controvérsias da ciência. O jornalismo é considerado um dos principais braços da divulgação científica, exercendo importante papel na difusão de conhecimentos muitas vezes não acessíveis à população apenas pela educação formal (AMORIM e MASSARANI, 2008). Contudo, mais do que transmitir informações em um modelo de déficit, em que especialistas que detêm o saber transferem-no a quem supostamente não sabe, a divulgação científica deve contribuir para o engajamento do público em relação à C&T, promovendo o diálogo com as audiências, fomentando seu protagonismo e facilitando a apropriação dessas questões em seu cotidiano (MASSARANI, 2012). O jornalismo tem um potencial significativo para a promoção desse modelo dialógico, uma vez que suas informações podem aproximar a população de debates públicos na área e contribuir para elucidar causas e consequências, a partir de um referencial científico, para questões que as pessoas enfrentam em suas vidas, como problemas de saúde (AMORIM e MASSARANI, 2008; OLIVEIRA, 2007).

No caso das vacinas, a divulgação científica pode contribuir para a promoção da saúde pública. Ainda que sua eficácia seja largamente comprovada dentro da comunidade científica, o crescimento da hesitação vacinal demonstra que as pessoas têm dúvidas em relação às vacinas ou desconfiam dos agentes responsáveis por sua produção ou aplicação. Sato (2020) reforça que essas preocupações não podem ser menosprezadas e precisam ser acolhidas e explicadas por profissionais e especialistas. Estratégias de comunicação em saúde que focam somente nos benefícios das vacinas, sem buscar responder a essas inquietações, podem falhar em promover sua aceitação por parte do público (DIXON e CLARKE, 2012).

Isso não significa que o jornalismo deve realizar um *falso balanço* entre argumentos pró e contra vacina. Análises da cobertura jornalística norte-americana demonstram que a correlação entre autismo e vacinação, já descartada por diversos estudos, aparece frequentemente como um entre dois (ou múltiplos) lados da questão. Isso gera uma falsa equivalência entre as evidências científicas que comprovam a eficácia e a segurança da vacinação e uma afirmação que a ciência já comprovou ser improcedente. Entretanto, a saída não é ignorar essas controvérsias, mas contextualizá-las, trazendo um *background* científico de pesquisas e evidências (DIXON e CLARKE, 2012).

Além disso, conceitos científicos relacionados à vacinação, bem como possíveis riscos e danos envolvidos em sua aplicação precisam ser esclarecidos. Pesquisas desenvolvidas no Brasil demonstram que o modo como a cobertura sobre vacina é realizada é um dos fatores que impactam a atitude do público frente a campanhas de vacinação. A cobertura do surto de febre amarela de 2007-2008 como uma epidemia descontrolada cuja única salvação seria a vacina, sem explicar sua ocorrência silvestre, é um dos fatores que pode ser relacionado à busca indiscriminada pela imunização por pessoas para as quais ela seria contraindicada (SATO, 2018). Já no surto de 2017-2018, destacou-se uma preocupação da cobertura

em detalhar as indicações e contra-indicações da vacina contra a febre amarela e explicar que os macacos não seriam transmissores da doença, e sim “animais sentinela”, que alertam sobre o seu espreiamento (CANCIAN, 2020). Essa atuação jornalística se destacou em um contexto marcado pela proliferação de *fake news* sobre a doença em mídias sociais (SACRAMENTO e PAIVA, 2020).

Portanto, uma cobertura jornalística capaz de explicar conceitos em torno da vacinação, reforçar seus benefícios e discutir seus danos e riscos a partir de uma contextualização científica e social pode contribuir para afastar uma visão maniqueísta da ciência e construir uma cultura científica participativa (OLIVEIRA, 2007), em que a vacinação possa ser vista como um direito a ser apropriado pelos cidadãos na promoção de seu bem-estar e da saúde pública. Assim, ainda que a relação entre jornalismo e sociedade envolva diferentes processos, inclusive dinâmicas de recepção das notícias, a análise do conjunto desses aspectos em uma cobertura jornalística pode contribuir para compreender a produção de sentido sobre vacinação no contemporâneo.

Metodologia

Neste estudo, optamos por analisar a *Folha de S. Paulo*, por ser líder de circulação entre os jornais do país, considerando a soma de suas versões impressa e digitais, segundo o Instituto Verificador de Comunicação.¹ A posição destacada do jornal no cenário midiático brasileiro o localiza como um importante agente formador da opinião pública, entendida como o repertório de posicionamentos, juízos e hipóteses próprio do público (GOMES, 2011). A opinião pública é construída a partir de representações e imagens compartilhadas por diferentes grupos de interesses e atores sociais (LIPPMAN, 1922), entre os quais a mídia exerce um importante poder de agendamento (MCCOMBS e GHANEM, 2008; ROTHBERG, 2010).

A etapa de coleta foi realizada a partir do acervo digital da *Folha*. Realizamos uma busca pelas palavras-chave “vacina”, “imunização” e correlatas, como vacinação, vacinado(a) e antivacina. Estabelecemos um recorte temporal entre os dias 1º de agosto de 2018 e 31 de julho de 2019, de modo que a amostra abarcasse um ano completo e fosse possível observar circunstâncias sazonais na cobertura. Optamos por investigar um momento anterior à pandemia de COVID-19, contexto cujas especificidades demandam uma análise específica, que está em curso.

Esses parâmetros geraram um *corpus* inicial de 603 matérias. Foram eliminadas as duplicadas, as que foram publicadas em subsites da *Folha de S. Paulo* (como *Livraria da Folha*) e textos de autoria de leitores. Foram excluídas também as publicações que usassem a imunização de maneira metafórica, como no contexto de *reality shows*, e as matérias em que as vacinas eram citadas rapidamente, mas não eram o tema central da discussão. Após a aplicação desses critérios de exclusão, chegamos a um *corpus* de 132 matérias.

Na etapa de codificação, as matérias foram submetidas ao protocolo analítico desenvolvido pela Rede Ibero-Americana de Capacitação e Monitoramento em Jornalismo Científico (MASSARANI e RAMALHO, 2012). Essa ferramenta metodológica foi escolhida por permitir o mapeamento de diversos aspectos da cobertura jornalística, tais como enquadramentos, fontes, editoriais e recursos multimídia; incluindo questões relevantes para temáticas de C&T, como a explicação de conceitos, a abordagem de controvérsias, benefícios, promessas, danos e riscos; e a representação de cientistas nas

¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folha-cresce-e-lidera-circulacao-entre-jornais-do-pais-em-2019.shtml>. Acesso em: 17 nov. 2020.

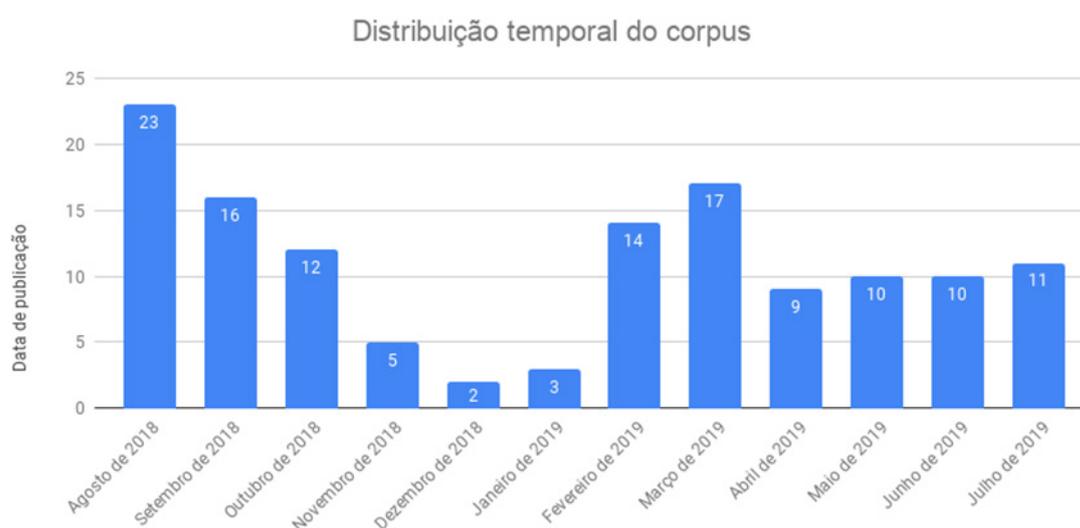
matérias.

Para esta pesquisa, as categorias analíticas como enquadramentos, benefícios, danos, promessas e riscos foram adaptadas à temática da vacinação. Por fim, a codificação do material a partir do protocolo permitiu análises quantitativas e qualitativas da cobertura sobre vacinação na *Folha de S. Paulo*.

Mídia, saúde e cotidiano: a vacina na *Folha*

No período de um ano analisado, as vacinas estiveram presentes na cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* em todos os meses, com maior concentração entre agosto e outubro, período das campanhas contra pólio e sarampo, e em fevereiro e março, meses da vacinação contra gripe e do crescimento de casos de febre amarela em 2019 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – A presença de matérias sobre vacina em cada mês do período analisado



Fonte: Produzido pelos autores

Apesar de as campanhas terem sido ganchos importantes, a presença da temática durante todo o ano confirma a relevância da pauta das vacinas para o jornal. Das 132 matérias, foram 115 notícias e reportagens (87,2%), 13 artigos (9,8%) de colunistas fixos e convidados, três editoriais (2,2%) e uma entrevista (0,8%) com o pesquisador Akira Homma, assessor científico sênior da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Um total de 69 matérias (52,3%) esteve inserido na editoria “Cotidiano”, voltada para “a cobertura dos principais fatos nas áreas de educação, urbanismo, violência, saúde pública, ambiente, administração pública e comportamento”.² Outras 29 matérias (21,9%) foram classificadas na editoria “Equilíbrio e Saúde”, que na definição do jornal, é direcionada ao “bem-estar físico e mental, informando e inspirando o leitor que busca uma vida mais harmoniosa e saudável”.³ Por outro lado, nenhuma matéria foi publicada na seção “Ciência”, cujo objetivo declarado é “tornar compreensível às

² Disponível em: <http://www.publicidade.folha.com.br/folhadigital/editorias/>. Acesso em: 15 out. 2020.

³ Idem.

peças leigas o trabalho de setores especializados”.⁴ Observa-se que a inserção das vacinas como questões do *cotidiano* é predominante, o que demonstra que a vacinação é compreendida como um recurso incorporado à vida das pessoas, destacando-se a função do jornal de prestação de serviço sobre campanhas e ações governamentais. Essa abordagem se relaciona à ampliação do conceito de saúde, que deixa de ser vista apenas como a intervenção médica sobre doenças para ser compreendida como recurso para a promoção do bem-estar na vida cotidiana (BATISTELLA, 2008).

Analisamos ainda os enquadramentos sobre as vacinas privilegiados pela *Folha* e os modos como o veículo (re)produz ideias e abordagens sobre esse importante recurso de saúde pública. Foi possível identificar no *corpus* dez enquadramentos, sendo que cada matéria poderia apresentar um ou mais deles. No Quadro 1 sistematizamos a descrição de cada enquadramento, o número total de matérias em que eles aparecem e o número de matérias em são identificados como o enquadramento principal.

Quadro 1 – Descrição e presença dos enquadramentos sobre vacinas identificados na *Folha*

Enquadramento	Descrição	Número total de matérias em que está presente	Número de matérias em que é o enquadramento principal
Políticas públicas	Ações, programas e estratégias governamentais sobre desenvolvimento, produção e distribuição de vacinas; campanhas, cobertura vacinal e serviços disponíveis no SUS	93	64
Impacto da C&T	Impacto que o desenvolvimento científico e tecnológico pode gerar na sociedade e na qualidade de vida de indivíduos e da coletividade	85	24
Sociocultural	Aspectos culturais e sociais relacionados à vacinação	43	15
Econômico	Âmbito econômico e mercadológico do setor de biotecnologia, envolvendo investimentos, patentes e ações de marketing	20	9
Bioético e/ou jurídico	Princípios legais, éticos e morais envolvendo a produção, distribuição e aplicação de vacinas	14	9
Novo desenvolvimento tecnológico	Anúncio de descobertas, de resultados experimentais, de ensaios clínicos e de novas vacinas	10	6

4 Idem.

Background científico	Antecedentes científicos gerais sobre as vacinas, como pesquisas anteriores, recapitulação dos resultados e conclusões já conhecidas	6	1
Incertezas científicas	Riscos à saúde, efeitos adversos e limites da ciência na produção de conhecimento e na gestão de riscos presentes e futuros	4	1
Nova pesquisa	Bases científicas e médicas das novas pesquisas e descobertas sobre vacina	3	2
Controvérsia científica	Controvérsias científicas relacionadas às vacinas	1	1

Fonte: Produzido pelos autores

Como identificado acima, “políticas públicas” foi o enquadramento predominante, presente em 93 matérias (70,5%) e sendo o principal em 64 (48,5% do total), com o grande enfoque trazido pelo jornal sobre ações públicas para imunização de populações-alvo. Esse dado vai ao encontro de trabalhos anteriores a respeito dos debates sobre vacinas em redes sociais no Brasil, que também identificaram uma concentração das conversações em torno das ações governamentais (MASSARANI et al., 2020). No Brasil, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973, foi responsável pela unificação do calendário vacinal e ampliação da cobertura demográfica, etária e de vacinas, consistindo em um programa de saúde pública internacionalmente reconhecido e concentrando 90% das demandas por vacinas humanas no setor público (SILVA JUNIOR, 2013; GADELHA et al., 2020). Portanto, a cobertura de ações estatais reflete e reforça a importância do Estado brasileiro no estabelecimento de uma “cultura da imunização” no país, por meio de introdução de novas vacinas e de ações de vacinação em massa (HOCHMAN, 2011).

Isso fica evidente, por exemplo, em matérias que destacam a atuação de entes públicos em nível federal, estadual e municipal, como *Ministério da Saúde alerta para risco de surto de febre amarela no verão*;⁵ *Estados usam shopping, vacina à noite e busca em casa para atingir meta*;⁶ e *Prefeitura vai visitar 13 mil casas para vacinar contra febre amarela em SP*.⁷ Essas matérias priorizaram a voz de representantes da área médica e dos órgãos de saúde, com pouco ou nenhum espaço à fala dos cidadãos.

Além das “políticas públicas”, o enquadramento sobre os “impactos da C&T” também teve destaque, aparecendo em 85 matérias (64,4%) e sendo o principal em 24 (18,2% do total). A importância das vacinas para a saúde e qualidade de vida aparecem especialmente em matérias sobre as quedas nos índices de cobertura vacinal

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/ministerio-da-saude-alerta-para-risco-de-novo-surto-da-febre-amarela-no-verao.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

6 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/estados-usam-shopping-vacina-a-noite-e-busca-em-casa-para-atingir-meta.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

7 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/prefeitura-vai-visitar-13-mil-casas-para-vacinar-contr-febre-amarela-em-sp.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

e a emergência de doenças já controladas, como em *Com surto no Norte do país, total de casos de sarampo já é o maior desde 1999*;⁸ *Casos de febre amarela põem cidades do litoral paulista em alerta no feriado*;⁹ *Sarampo se alastra entre os ianomâmis na Venezuela e mata 72*;¹⁰ e *República Democrática do Congo vive segundo maior surto de ebola*.¹¹ A importância da imunização também é reforçada em matérias sobre movimentos antivacina, enfatizando os riscos trazidos pela hesitação vacinal.

Na cobertura, destacam-se também algumas temáticas relativas às vacinas. As campanhas de vacinação e surtos no Brasil e no exterior fizeram do sarampo a doença com maior espaço na *Folha*, mencionada em 40 matérias (30,3%). Além disso, também foram abordadas a poliomielite e a gripe (incluindo H1N1), presentes cada uma em 16 matérias (12,1%) e a febre amarela, mencionada em 13 (9,8%). Essas menções estiveram relacionadas a pautas sobre campanhas e ações de vacinação e o risco de reemergência pela queda na cobertura vacinal.

Também foram recorrentes debates sociais em torno das vacinas. A questão da obrigatoriedade foi discutida em 11 textos (8,3%), incluindo três editoriais e artigos de opinião. O debate se concentrou em torno da exigência de vacinação para matrícula de crianças em escolas, a possibilidade de multa para pais que deixam de vacinar seus filhos e o argumento da liberdade religiosa. A desinformação e os movimentos antivacina também se fizeram presentes em nove e seis matérias (9,8% e 4,5%), respectivamente, com ênfase nos riscos trazidos por esses fenômenos. Na matéria *Governo mapeia 14 notícias falsas em média por dia só relacionadas à saúde*, a *Folha* apresenta inclusive um “manual” para evitar a propagação de *fake news*, incluindo tópicos como “Faça uma busca na internet”; “Cheque a data”; “Leia a notícia inteira” e “Se a notícia não tem fonte, não repasse”.¹²

Outra temática relevante foi a cobertura vacinal. A *Folha* dedicou 37 matérias (28%) à dificuldade de as campanhas atingirem as metas de imunização, especialmente contra sarampo, pólio e gripe H1N1. As matérias se concentraram notadamente no enquadramento “políticas públicas” (31 matérias), enfocando as ações do ministério e das secretarias, como antecipação e prolongamento de campanhas, vacinação nas escolas e em domicílios e até mesmo resgate do Zé Gotinha, personagem criado nos anos 1980 para conscientização sobre a importância das vacinas. Contudo, apenas uma matéria analisa os possíveis motivos da baixa adesão e propõe soluções para ampliar a vacinação.

Em *Medo de reação, falsa sensação de segurança e estrutura esvaziam vacinação*,¹³ a *Folha* afirma ter ouvido durante semanas “pais, mães, profissionais de

8 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/com-surto-no-norte-do-pais-total-de-casos-de-sarampo-ja-e-o-maior-desde-1999.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

9 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/casos-de-febre-amarela-poem-cidades-do-litoral-paulista-em-alerta-no-feriado.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

10 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/sarampo-se-alastra-entre-os-ianomamis-na-venezuela-e-mata-72.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

11 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/ebola-chega-a-grandes-cidades-do-congo-que-vive-o-segundo-maior-surto-da-doenca.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

12 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/governo-mapeia-14-noticias-falsas-em-media-por-dia-so-relacionadas-a-saude.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

13 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/medo-de-reacao-falsa-sensacao-de-seguranca-e-estrutura-esvaziam-vacinacao.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

saúde, especialistas e gestores”. Contudo, a reportagem elenca uma série de explicações — falsa sensação de segurança, incompreensão da necessidade de revacinação, horários limitados de funcionamento dos postos etc. — principalmente a partir da voz das autoridades públicas. Apenas uma única personagem citada nominalmente não é ligada a um órgão de saúde: uma mãe da zona oeste de São Paulo que expressou preocupações sobre possíveis reações adversas. Ou seja, nem quando o jornal diz ouvir familiares e profissionais do atendimento em saúde, a voz desses personagens aparece de modo explícito.

De modo geral, a cobertura sobre vacina na *Folha* privilegia fontes governamentais, sendo as mais recorrentes vinculadas ao governo federal (65 matérias, 49,2%), seguidas pelo estadual (41 matérias, 31,1%) e municipal (27 matérias, 20,5%). Como já evidenciado, o enquadramento predominante de “políticas públicas” coloca os entes governamentais como atores principais nesse debate, à frente inclusive de representantes do campo científico e dos profissionais de saúde. A seleção de fontes constitui um importante processo de enquadramento na produção jornalística, ao legitimar informações e construir representações sociais acerca das vacinas. Contudo, as notícias são também resultado de interações entre jornalistas e outros atores sociais, nas quais as fontes institucionais têm maior poder de agendamento, influenciando a maneira como informações em saúde são tratadas na produção jornalística (GOMES e LOPES, 2019).

Também foram fontes das notícias médicos (30 matérias, 22,7%), pesquisadores (28 matérias, 21,2%), organismos internacionais, como a OMS (20 matérias, 15,1%), sociedades científicas (17 matérias, 12,9%) e profissionais de saúde (cinco matérias, 3,8%). Como já dito, é importante avaliar a forma como cientistas são enquadrados na produção jornalística. Na cobertura de temas de ciência, esses profissionais aparecem especialmente para conferir credibilidade às informações presentes nas matérias. Nesse sentido, no *corpus* analisado há um privilégio de pesquisadores de áreas como imunologia, infectologia, medicina tropical e epidemiologia, além de políticas públicas em saúde.

Além disso, as 28 matérias que tiveram cientistas como fontes ouviram 35 pesquisadores homens e 11 mulheres, o que explicita uma disparidade de gênero: cientistas homens aparecem mais do que o triplo de vezes que cientistas mulheres, tendência já verificada em estudos anteriores com telejornais brasileiros, em que eles aparecem o dobro de vezes e tem maior tempo de fala que elas. Essa assimetria nas representações contribui para reforçar o imaginário predominante no senso comum que associa a figura do cientista ao gênero masculino, invisibilizando e afastando mulheres da ciência (CARVALHO e MASSARANI, 2017; MASSARANI et al., 2019; RAMALHO et al., 2012).

Já os usuários do SUS, pacientes e seus familiares foram significativamente menos ouvidos, presentes em apenas dez matérias (7,5%). Esses cidadãos, em geral, são incorporados às notícias para personalizar e humanizar os conteúdos científicos e de saúde, em um esforço de aproximá-los com o cotidiano dos leitores. Contudo, esse esforço é limitado a menos de um décimo do *corpus*. Frente ao crescimento da desinformação no debate acerca das vacinas, é compreensível por um lado o privilégio de fontes governamentais, institucionais e profissionais, mas por outro a baixa presença cidadã nesses espaços indica que há ainda oportunidades para ampliar a participação social nos debates públicos sobre vacinas.

Outro importante elemento de produção de sentido são os recursos multimídia. As fotografias foram muito recorrentes, usadas em 128 matérias (97%). Também houve o emprego de ilustrações, como infográficos e diagramas (18 matérias, 13,6%), mapas (cinco matérias, 3,8%) e vídeos (3 matérias, 2,3%). Em sua maioria, as fotografias nas matérias da *Folha* mostram crianças recebendo as vacinas, algumas delas chorando, ou as mãos de profissionais de saúde manuseando seringas e ampolas. É importante

observar a forma como essas imagens são empregadas de modo a reforçar o imaginário social a respeito das vacinas (OLIVEIRA, 2014). Por exemplo, fotografias de crianças chorando aparecem repetidamente em diferentes matérias, inclusive em textos sobre a vacinação de idosos. Há também casos de cientistas que aparecem nas fotos e não são mencionados no texto, apenas fazem parte da galeria de imagens que foi reaproveitada de matérias anteriores.

Buscamos observar ainda de que forma a cobertura do jornal contribuiu à difusão do conhecimento científico, por meio da apresentação de conceitos, controvérsias e desdobramentos do atual progresso da ciência. Entre o *corpus* analisado, 45 textos (34,1%) explicaram algum conceito relativo à imunização.

A catapora, também conhecida como varicela, é uma infecção viral que causa erupção cutânea, coceira e febre. Em casos graves, pode levar a complicações como inflamação do cérebro, pneumonia e até a morte.¹⁴

As duas doses iniciais utilizam um composto criado a partir de um vírus de resfriado modificado e que não causa a doença para “entregar” quatro *imunógenos* — substância que induz respostas imunológicas.¹⁵

Por isso, antes do surto, *a vacina tríplice viral*, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, já era oferecida gratuitamente durante todo ano pelo SUS (grifos nossos).¹⁶

Observar se e como conceitos científicos são apresentados é um importante meio para entender como o veículo presume que seu público está familiarizado com as vacinas e de que forma ele atua para popularizar a ciência e qualificar os debates públicos. Hoje, o volume excessivo de conteúdos sobre ciência e saúde disponíveis na rede dificulta a avaliação da qualidade das informações e da confiabilidade das fontes, o que pode levar os usuários a conclusões infundadas (NAVAS-MARTÍN et al., 2012). Nesse cenário, o jornalismo se constitui como um ator fundamental para a divulgação científica. No entanto, a explicação de conceitos se restringiu a 45 matérias (34,1%), o que pode indicar que no restante do *corpus* as vacinas foram compreendidas como assuntos já dominados pela população. Por outro lado, um número maior de matérias (58, ou 43,9% do total) oferece algum tipo de recomendação de saúde aos seus leitores, por exemplo, manter ambientes arejados, higienizar as mãos, evitar contato com pessoas contaminadas, estar em dia com o calendário de vacinação e informar-se sobre vacinas antes de viajar.

Buscamos ainda investigar se os textos mencionam benefícios e danos concretos, assim como promessas e riscos potenciais da imunização. Na amostra, 63 matérias (47,7%) mencionam explicitamente um ou mais benefícios das vacinas e 55 (41,7%) citam uma ou mais promessas. Por outro lado, riscos são bem menos presentes, aparecendo em 23 matérias (17,4%), e apenas uma cita um dano (Quadro 2).

14 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/11/comunidade-antivacina-esta-por-tras-do-maior-surto-de-catapora-em-decadas-em-estado-americano.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

15 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/07/brasil-participara-de-fase-avancada-de-teste-de-vacina-contrahiv.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

16 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/baixa-imunizacao-contrasarampo-faz-sao-paulo-levar-campanha-para-escolas.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

Quadro 2 – Descrição e presença dos benefícios, danos, promessas e riscos das vacinas identificados na Folha de S. Paulo

Categoria	Menções	Número de matérias em que está presente
Benefícios	A vacina previne uma ou mais doenças	33
	A vacina bloqueia a transmissão de uma doença	19
	A vacina erradica uma doença	18
	A vacina evita mortes	5
	A vacina é eficaz	4
	A vacina evita o sofrimento causado por uma doença	3
	A vacina cura	1
	A vacina é uma conquista	1
	A vacina ameniza uma doença	1
Promessas	A vacina irá prevenir uma ou mais doenças	40
	A vacina irá bloquear a transmissão de uma doença	7
	A vacina irá erradicar a doença	4
	Novas vacinas estão a caminho	2
	A vacina não irá causar doença	1
	A vacina irá evitar mortes	1
	A vacina irá evitar sofrimento causado por uma doença	1
	A vacina irá recuperar o setor pecuário	1
	A vacina irá amenizar uma doença	1
Riscos	A vacina pode fazer mal	17
	A vacina pode causar uma doença	3
	A vacina pode falhar	2
	A vacina pode ser usada como arma biológica	1
Danos	A vacina agrava uma doença	1

Fonte: Produzido pelos autores

Como exposto no quadro acima, apenas uma matéria no período apresenta um dano concreto. A notícia *Vacina contra dengue não deve ser tomada por quem nunca teve o vírus, diz Anvisa*¹⁷ aborda a decisão da agência de contraindicar a vacina para pessoas soronegativas, que podem desenvolver formas mais graves da doença caso venham a ser infectadas pelo mosquito *Aedes aegypti*. Apesar da importância de enfatizar benefícios e promessas das vacinas para reforçar sua relevância para a saúde pública, o esclarecimento de possíveis dúvidas sobre riscos e danos é necessário diante da proliferação da desinformação. A menor ocorrência desses aspectos na cobertura demonstra que essa lacuna ainda pode ser mais enfaticamente explorada pelo jornalismo.

Por fim, também foi considerada significativa a abordagem de possíveis controvérsias em torno das vacinas, presentes em 36 matérias (27,3%). Uma controvérsia pode ser compreendida como o embate de ideias e teorias ou a falta de consenso em

17 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/vacina-contra-dengue-nao-deve-ser-tomada-por-quem-nunca-teve-o-virus-diz-anvisa.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

torno de determinados temas (RAMALHO et al., 2017). Entre os tópicos com maior expressão, estão o movimento antivacina; a hesitação vacinal; obrigatoriedade da vacina *versus* liberdades individuais; efeitos adversos e as *fake news*. Discutir abertamente essas controvérsias pode contribuir para esclarecer possíveis dúvidas das audiências e para ampliar o debate público.

Contudo, em apenas uma matéria uma controvérsia aparece como enquadramento principal: *Vacina contra sarampo não causa autismo, reafirma novo estudo com big data*. De acordo com a reportagem, “um novo e importante estudo publicado nesta semana não aponta para associação entre a vacina contra o sarampo e o autismo — um dos motivos que pais invocam para não vacinar seus filhos” (grifo nosso).¹⁸ Ou seja, mesmo que pesquisas anteriores já tenham descartado o risco, um novo estudo é considerado “importante” frente aos ainda elevados índices de recusa vacinal. Assim, a controvérsia é abordada, mas sem promover um falso balanço, apresentando um contexto dado por pesquisas científicas. Essa prática, verificada em menor escala na cobertura, poderia contribuir para sanar dúvidas do público sobre a vacinação.

Considerações finais

A análise da cobertura da *Folha de S. Paulo* revelou aspectos importantes para compreender a produção de sentidos sobre as vacinas no jornal. Elas são tratadas, primordialmente, como aspectos do *cotidiano*. Isso se reflete na proeminência dessa editoria frente às demais (52,3%), inclusive a de “Equilíbrio e Saúde” (21,9%). Essa abordagem reforça o entendimento da saúde como conceito amplo, relacionado não apenas a ausência de doença, mas à promoção de uma vida saudável; e o tratamento da vacinação como questão de política e saúde pública. Destacam-se os papéis de promoção da saúde e de prestação de serviços do jornalismo, com a ênfase na abordagem de campanhas de vacinação e de recomendações de saúde aos leitores.

A predominância do enquadramento de *políticas públicas* (principal em 48,5% e presente em 70,5%) e de fontes governamentais reforça a importância da vacina como recurso de saúde pública e o papel do Estado em sua distribuição à população brasileira. O destaque dos *impactos da C&T* entre os enquadramentos (principal em 18,2% e presente em 64,4%) também demonstra que a presença ou a ausência da vacinação interfere significativamente na vida das pessoas. Os principais ganchos para tratar de impactos se referiam a momentos em que a vacinação estava ameaçada: aumento de doenças, queda da cobertura vacinal e movimento antivacina. Esse aspecto demonstra que a cobertura dialoga com desafios contemporâneos à promoção da saúde pública, como a desinformação e a hesitação vacinal. O jornalismo se posiciona como ator importante, ao lado da ciência, para conscientizar sobre a importância das vacinas. No entanto, a sub-representação de pessoas comuns (7,5%) demonstra que a participação cidadã pode ser mais pautada pelo jornal no que se refere à vacinação.

O jornalismo da *Folha* também promoveu a divulgação científica com o reforço dos benefícios das vacinas (47,4%), o combate à desinformação e a explicação de conceitos (34,1%), ainda que esse último aspecto possa ser ampliado. Cientistas, médicos, e sociedades científicas apareceram frequentemente entre as fontes. Contudo, houve disparidade de gênero entre os cientistas entrevistados, com homens aparecendo mais que o triplo das vezes que mulheres. Além disso, os recursos multimídia tiveram foco nas fotografias de crianças recebendo uma injeção. O fato de que essas imagens apareceram até mesmo quando as matérias se referiam à vacinação de adultos contribui para a construção de um imaginário

18 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/03/vacina-contra-sarampo-nao-causa-autismo-reafirma-novo-estudo-com-big-data.shtml>. Acesso em: 11 out. 2020.

limitado sobre as vacinas como restritas à infância.

Além disso, riscos (17,4%) e controvérsias (27,3%) poderiam ter sido mais abordados pela cobertura, uma vez que a crescente hesitação vacinal demonstra que a população tem dúvidas sobre as vacinas. Esses aspectos têm sido largamente explorados em práticas de desinformação, portanto, reforça-se o papel do jornalismo em abordá-los, trazendo contextualização e pesquisas científicas ao invés de invisibilizá-los. A divulgação de pesquisas científicas, por fim, também encontra espaço para crescer na cobertura, uma vez que nenhuma das matérias foi posicionada na editoria de “Ciência”. Assim, a predominância do tratamento da vacina como questão do cotidiano, por um lado, produz sentidos em que o acesso a esse recurso faz parte da vida e deve ser apropriado pelas pessoas. Por outro lado, traz o risco de invisibilizar seu enquadramento como um recurso desenvolvido e em constante aprimoramento pela ciência, sendo alvo de pesquisas cuja divulgação poderia contribuir para sanar dúvidas. Se o imaginário sobre saúde construído na mídia convoca as pessoas a se apropriarem desse campo como aspecto da vida, as relações entre C&T e cotidiano ainda encontram espaço para ampliação no jornalismo.

Referências

AMORIM, Luís Henrique; MASSARANI, Luisa. Jornalismo científico: um estudo de caso de três jornais brasileiros. **R. B. E. C. T.**, v. 1, n. 1, p. 73-84, jan./abr. 2008.

AVAAZ. **As fake news estão nos deixando doentes?** São Paulo: Avaaz, 2019. Disponível em: <https://sbim.org.br/images/files/po-avaaz-relatorio-antivacina.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BATISTELLA, Carlos. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. *In*: FONSECA, Angélica Ferreira; CORBO, Ana Maria D’Andrea (Orgs.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 51-86.

CANCIAN, Natália. Vacinas, fake news e o papel do jornalista de saúde. *In*: Fundação Oswaldo Cruz - Gerência Regional de Brasília (Org.). **Fake news e saúde**. Brasília: Fiocruz | Gerência Regional de Brasília, 2020. p. 53-59.

CATALÁN-MATAMOROS, Daniel; PEÑAFIEL-SAIZ, Carmen. A visual content analysis of vaccine coverage in the print media. **Human Vaccines e Immunotherapeutics**, v. 15, n. 10, p. 2453-2459, 2019a.

CATALÁN-MATAMOROS, Daniel; PEÑAFIEL-SAIZ, Carmen. How is communication of vaccines in traditional media: a systematic review. **Perspectives in public health**, v. 139, n. 1, p. 34-43, 2019b.

CATALÁN-MATAMOROS, Daniel; PEÑAFIEL-SAIZ, Carmen. Specialty matters: analysis of health journalists’ coverage about vaccines. **El profesional de la información**, v. 28, n. 2, p. 1-10, 2019c.

CARVALHO, Vanessa Brasil de; MASSARANI, Luisa. Homens e mulheres cientistas: questões de gênero nas duas principais emissoras televisivas do Brasil. **Intercom – RBCC**, v. 40, n. 1, p. 213-232, jan./abr. 2017.

CGEE. **Percepção pública da C&T no Brasil**: 2019. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2019. Disponível em https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE_resumoexecutivo_Percepcao_pub_CT.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

DIXON, Graham N.; CLARKE, Christopher E.. Heightening uncertainty around certain science: media coverage, false balance, and the autism-vaccine controversy. **Science Communication**, v. 35, n. 3, p. 358–382, 2012.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**, n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; BRAGA, Patricia Seixas da Costa; MONTENEGRO, Karla Bernardo Mattoso; CESÁRIO, Bernardo Bahia. Acesso a vacinas no Brasil no contexto da dinâmica global do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, supl. 2, p. 1-17, ago. 2020.

GOMES, Sofia; LOPES, Felisbela. Vacinação: uma tematização que a imprensa privilegia. **RAEIC - Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación**, v. 6, n. 12, p. 269-288, 2019.

GOMES, Wilson. Opinião pública política hoje: uma investigação preliminar. *In*: FAUSTO NETO, Antônio; HOHLFELDT, Antônio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrell. (Orgs.). **Práticas midiáticas e espaço público**. Porto Alegre: PUC/RS, 2001, p. 61-82.

HOCHMAN, Gilberto. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, p. 375-386, fev. 2011.

LERNER, Katia. Investigando o conceito de saúde no contexto do jornalismo: alguns desafios teórico-metodológicos. *In*: PESSONI, Arquimedes (Org.). **Comunicação, saúde e pluralidade: Novos olhares e abordagens em pauta**. São Caetano do Sul: USCS, 2015, p. 187-208.

LIMA, Julie C.; SIEGEL, Michael. The tobacco settlement: an analysis of newspaper coverage of a national policy debate, 1997–98. **Tobacco Control**, v. 8, p. 247–253, 1999.

LIPPMAN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MASSARANI, Luisa. Comunicação da ciência e apropriação social da ciência: algumas reflexões sobre o caso do Brasil. **Uni-pluri/versidad**, v. 12, n. 3, p. 92-100, 2012.

MASSARANI, Luisa; CASTELFRANCCHI, Yuri; PEDREIRA, Anna Elisa. Cientistas na TV: como homens e mulheres da ciência são representados no Jornal Nacional e no Fantástico. **Pagu**, v. 56, p. 1-34, set., 2019.

MASSARANI, Luisa.; LEAL, Tatiane.; WALTZ, Igor. O debate sobre vacina em redes sociais: uma análise exploratória dos links com maior engajamento. **Cadernos da Saúde Pública**, v. 36, supl. 2, p. 1-14, ago. 2020.

MASSARANI, Luisa; RAMALHO, Marina (Orgs.). **Monitoramento e capacitação em jornalismo científico: A experiência de uma rede ibero-americana**. Rio de Janeiro: Museu da Vida/ Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina, 2012.

MCCOMBS, Maxwell; GHANEM, Salma. The convergence of agenda setting and framing. *In*: REESE, Stephen D; GANDY JR., Oscar H. GRANT, August E. (Orgs.). **Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003. p. 67-82.

MENASHE, Claudia L. The power of a frame: an analysis of newspaper coverage of tobacco issues-United States, 1985-1996, **Journal of Health Communication: International Perspectives**, v. 3, n. 4, p. 307-325, 1998.

NAVAS-MARTÍN, Miguel Angel, ALBORNOS MUÑOZ, Laura, ESCANDELL-GARCÍA, Cintia. Acceso a fuentes de información sobre salud en España: como combatir la infoxicación. **Enfermería Clínica**, v. 22, n. 3, p. 154-158, 2012.

OLIVEIRA, Fabíola. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. As fabulações jornalísticas e a saúde. *In*: LERNER, Katia; SACRAMENTO, Igor. **Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. [s.l]: E-book Kindle.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Report of the sage working group on vaccine hesitancy**. Geneva: OMS, 2014. Disponível em: https://www.who.int/immunization/sage/meetings/2014/october/1_Report_WORKING_GROUP_vaccine_hesitancy_final.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e**

política: conceitos e abordagens. Salvador; São Paulo: EdUFBA; Unesp, 2004. p. 73-104.

RAMALHO, Marina; POLINO, Carmelo; MASSARANI, Luisa. From the laboratory to prime time: science coverage in the main Brazilian TV newscast. **Journal of Science Communication**, v. 11, n. 2, p. 1-11, 2012.

RAMALHO, Marina; REZNIK, Gabriela; ARBOLEDA, Tania; MASSARANI, Luisa; HERMELIN, Daniel. A cobertura de ciência em telejornais do Brasil e da Colômbia: um estudo comparativo das construções midiáticas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 24, n. 1, p. 223-242, set. 2017.

ROTHBERG, Danilo. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In.: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Vitrine e vidraça:** crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: LabCom, 2010. p. 35-68.

SACRAMENTO, Igor; PAIVA, Raquel. Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. **MATRIZES**, v. 14, n. 1, p. 79-106, jan./abr. 2020.

SATO, Ana Paula Sayuri. Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil? **Revista de Saúde Pública**, v. 52, n. 96, p. 1-9, 2018.

SATO, Ana Paula Sayuri. Reflexões sobre coberturas vacinais para além das fake news. In: Fundação Oswaldo Cruz - Gerência Regional de Brasília (Org.). **Fake news e saúde**. Brasília: Fiocruz Gerência Regional de Brasília, 2020, p. 47-52.

SILVA, Terezinha; FRANÇA, Vera. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. **E-Compós**, v. 20, n. 3, p. 1-21, set./dez. 2017.

SILVA JUNIOR, Jarbas Barbosa da. 40 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma conquista da saúde pública brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 22, n. 1, p. 7-8, mar. 2013.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder:** toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Luisa Massarani é divulgadora científica e coordenadora do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), sediado na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e do Mestrado Acadêmico em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). É Doutora em Gestão, Educação e Difusão em Biociências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Neste artigo, contribuiu com a proposta geral do estudo sobre a cobertura jornalística das vacinas; a concepção do desenho da pesquisa; a supervisão da redação e da revisão do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Tatiane Leal é pesquisadora de Pós-Doutorado do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), sediado na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com bolsa FAPERJ. É Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também se graduou em Comunicação Social/Jornalismo. Neste artigo, contribuiu com desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito.

Igor Waltz é pesquisador de Pós-Doutorado do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), com bolsa PDR10 da FAPERJ, e pesquisador do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT). É Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também se graduou em Comunicação Social/Jornalismo. Neste artigo, contribuiu com desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito.

Michelle Modesto é Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), docente da ECDD/Infnet e pesquisadora do coLAB/UFF. Neste artigo, contribuiu com a coleta e

interpretação dos dados.

Antonio Marcos Pereira Brotas é pesquisador em saúde pública do Instituto Gonçalo Moniz (IGM/ Fiocruz Bahia). É Doutor em Cultura e Sociedade e Mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde também se graduou em Comunicação. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa.

Edição v. 40
número 1 / 2021

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 40 (1)
jan/2021-abr/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Imaginário e cultura da intolerância em plataformas algorítmicas

Imaginary and culture of intolerance on algorithmic platforms

JÚLIO CESAR LEMES DE CASTRO

Universidade de Sorocaba (UNISO) – Sorocaba, São Paulo, Brasil.
E-mail: julio@jlcastro.com.br. ORCID: 0000-0002-8961-2104.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

CASTRO, Júlio Cesar Lemes de. Imaginário e cultura da intolerância em plataformas algorítmicas. *Contracampo*, Niterói, v. 40, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021.

Submissão em: 23/12/2020. Revisor A: 10/03/2021; Revisor B: 16/04/2021. Aceite em: 20/04/2021.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.47817>

Resumo

A cultura da intolerância, impulsionada pelo contexto político do hiperneoliberalismo, é relacionada neste artigo de articulação teórica, baseado em pesquisa bibliográfica, com o imaginário presente nas plataformas algorítmicas, nas quais se exerce hoje uma modalidade fundamental de governança. Embora manifestações de intolerância já estivessem presentes em momentos anteriores da Internet, o artigo pretende demonstrar como as plataformas, devido às peculiaridades de sua tecnologia e seu modelo de negócios, são ambientes ainda mais favoráveis a tais manifestações. Nesse sentido, certos aspectos de seu funcionamento, classificados como arena de atenção, onimedição desigual, exposição calibrada e veridicação flexível, são vinculados a disposições que Lacan associa ao imaginário e à agressividade – respectivamente, narcisismo, identificação narcísica com líderes, segregação e paranoia.

Palavras-chaves

Intolerância; Discurso de ódio; Imaginário; Algoritmos; Plataformas.

Abstract

In this theoretical articulation based on bibliographic research, the culture of intolerance, driven by the political context of hyperneoliberalism, is linked to the imaginary present on algorithmic platforms, where a fundamental mode of governance is practiced today. While not ignoring past manifestations of intolerance on the Internet, this paper intends to demonstrate how these platforms are environments even more favorable for such manifestations, given the peculiarities of their technology and their business model. To this end, certain aspects of their operation, classified as arena of attention, uneven omnimmediation, calibrated exposure and flexible veridiction, are related to dispositions that Lacan associates with the imaginary and aggressiveness – respectively, narcissism, narcissistic identification with leaders, segregation and paranoia.

Keywords

Intolerance; Hate speech; Imaginary; Algorithms; Platforms.

Introdução

Este artigo parte do pressuposto de que os algoritmos funcionam como uma tecnologia de poder com impacto em diferentes esferas da vida social. Isso permite falar num modelo de governança algorítmica (CASTRO, 2018) como modalidade de governo de si e dos outros, na linha do que Foucault (2004a) denomina governamentalidade. O pano de fundo da governança algorítmica, que com ela se entrelaça, é o neoliberalismo hegemônico em escala mundial nas últimas décadas (CASTRO, 2016), tomado como uma racionalidade que perpassa tanto o sistema político e econômico quanto a subjetividade (FOUCAULT, 2004b).

A melhor ilustração desse tipo de governança encontra-se no que pode ser chamado de plataformas algorítmicas (CASTRO, 2019). Nesses aparatos, sob o controle de grandes corporações, as atividades e interações de cada usuário são rastreadas continuamente. Com base nos dados assim obtidos, são selecionados e hierarquizados os conteúdos com maior chance de o atraírem. Para nosso intento, vale salientar as plataformas que de algum modo servem de cenário para contendas de opinião, máxime de teor político, como o Google (incluindo os recursos sob seu guarda-chuva, como o YouTube), o Facebook e o Twitter.

A partir do colapso financeiro de 2008 e das medidas de austeridade que a ele se seguem, desencadeia-se uma crise de legitimação do neoliberalismo. O período atual, marcado pelo acirramento de facetas inerentes ao modelo neoliberal – a exploração, o autoritarismo e a desestabilização política –, pode ser qualificado como um hiperneoliberalismo, e é nesse cenário já conturbado que se inscrevem os transtornos trazidos pela pandemia da Covid-19 que eclode em 2020. Nas plataformas, a desestabilização política aparece como desinformação e cultura da intolerância, fortemente enredadas entre si.

Em outro trabalho, abordando justamente a desinformação, aprofundei-me em certos aspectos do funcionamento das plataformas que resultam da articulação entre sua tecnologia e seu modelo de negócios, classificados como arena de atenção, onimídiação desigual e exposição calibrada (CASTRO, 2020d). Neste artigo de articulação teórica, escorado em pesquisa bibliográfica, esses três aspectos, somados a um quarto, a veridição flexível, são vinculados a disposições por parte dos usuários, respectivamente narcisismo, identificação narcísica com líderes, segregação e paranoia, que tornam as plataformas especialmente propícias à proliferação da cultura da intolerância. Tais disposições correspondem, nos termos de Lacan, ao imaginário, que se desdobra numa dimensão de agressividade e tende a ser inflacionado nas plataformas.

Erosão da autoridade e imaginário

Nas primícias de sua trajetória intelectual, nos anos 1930, a publicação mais importante de Lacan (2001) é seu texto sobre os complexos familiares, escrito originalmente para a *Encyclopédie Française*. Partindo da análise de Durkheim (1975) acerca da passagem da família estendida pré-moderna para a família conjugal da modernidade, Lacan atribui à contração familiar uma mudança capital: se antes os papéis de modelo e de repressão eram cumpridos por pessoas diferentes, eles são agora acumulados pelo pai. Este passa a ser ao mesmo tempo o “pai que diz sim” e o “pai que diz não”, papéis internalizados, respectivamente, pelas instâncias que Freud denomina “ideal do eu” e “supereu”. Tal dualidade, que embaralha o exercício da lei encarnada na autoridade paterna, abrindo brecha para seu questionamento, é fonte tanto da neurose quanto da criatividade que definem a individualidade moderna.

Aqui se encaixam as reflexões de Lacan em torno do imaginário, que constitui um dos registros da experiência humana, ao lado do simbólico e do real, e se articula a partir do eu. O avanço da individualidade na modernidade corresponde ao avanço do imaginário, sublinhado em várias passagens. Para Lacan (1966a, p. 97), a fantasia do corpo dividido que precede a formação do eu é fixada por Bosch “em sua

ascensão no século XV para o zênite imaginário do homem moderno”.¹ Em outro ponto, observa que a concepção pré-freudiana do eu “começa numa época que podemos situar por volta do meio do século XVI, início do século XVII” (LACAN, 1978, pp. 15-16).² Afirma ainda que os *Pensamentos* de Pascal foram escritos na “aurora da era histórica do eu” (LACAN, 1966c, p. 283),³ que se situaria, portanto, ao redor de 1670.

Já em Freud (1967b, p. 257) o eu tem um alcance social, constituindo-se a partir da identificação com figuras externas e aparecendo assim como “um precipitado das catexias objetais abandonadas, que contém a história dessas escolhas de objeto”.⁴ Para Lacan, trata-se de identificações imaginárias, primeiro com a própria imagem especular e depois com pessoas semelhantes, balizadas por identificações simbólicas, com pessoas em posição de autoridade. Ora, no texto sobre os complexos familiares, Lacan (2001) aponta que a erosão da autoridade do pai na modernidade faz com que ele tenha dificuldade para encarnar a lei. Essa fragilidade da autoridade paterna certamente impacta o eu, estando estreitamente ligada às reflexões de Lacan sobre o imaginário, que se iniciam também nessa época e são tributárias da conjuntura histórica de ascensão do fascismo.

Nessas reflexões, sobressaem as vulnerabilidades do eu e os expedientes para remediá-las. Por ser produto de identificações externas, o eu é intrinsecamente alienado. Reagindo à percepção de sua própria alienação, ele tende a voltar-se para si mesmo, mantendo à distância a alteridade e a diferença. Isso se traduz em uma estrutura narcísica rígida e estática: o eu é comparável a uma “estátua”⁵ (LACAN, 1966a, p. 95), uma “armadura”⁶ (ibid., p. 97) ou um “campo fortificado”⁷ (ibid., p. 97). A postura defensiva desdobra-se em “uma agressividade como tensão correlata à estrutura narcísica”⁸ (LACAN, 1966b, p. 120). Mas há outras estratégias de defesa que equivalem a uma espécie de colonização do mundo exterior pelo eu. É o caso das identificações narcísicas com figuras de alguma forma semelhantes ao eu que ocupam posições de relevo. Essas figuras operam como prolongamentos através dos quais o eu adquire uma sensação vicária de poder, e por tabela como correia de transmissão da agressividade. Alternativamente, as identificações narcísicas com os pares formam grupos homogêneos. Na base desses grupos está a segregação, pois eles pressupõem a exclusão daqueles que são diferentes, convertidos em alvos de agressividade. Outro tipo de expansão do eu é a projeção, mecanismo típico da paranoia, quando certos impulsos internos são transferidos externamente e encarados de modo hostil, como ameaças. Ou seja, para defender-se de suas vulnerabilidades, o eu fecha-se para o exterior ou tenta moldá-lo a sua imagem; de um jeito ou de outro, evidencia-se a dimensão agressiva do imaginário.

O controle sobre os usuários nas plataformas algorítmicas é exercido em derradeira instância pelas corporações às quais elas pertencem, mas trata-se de um controle baseado na agência dos próprios usuários – um controle via agência (CASTRO, 2020c). Isso significa que os usuários são invariavelmente interpelados pela plataforma com base em sua atividade passada, mas contam com uma relativa latitude para agir, o que conduz à recalibragem contínua da interpelação. Assim, a autoridade existente nas plataformas, considerada seja em sua vertente de modelo, seja em sua vertente repressiva, é flexível. Nas

1 No original: “dans leur montée au siècle quinzième au zénith imaginaire de l’homme moderne”.

2 No original: “commence à une date que nous pouvons situer vers le milieu du seizième, début du dix-septième”.

3 No original: “l’orée de l’ère hstorique du ‘moi’”.

4 No original: “ein Niederschlag der aufgegebenen Objektbesetzungen ist, die Geschichte dieser Objektwahlen enthält”.

5 No original: “statue”.

6 No original: “armure”.

7 No original: “camp retranché”.

8 No original: “une agressivité comme tension corrélative de la structure narcissique”.

plataformas há oportunidades de ação, ou *affordances* (GIBSON, 2015), que circunscrevem seu uso (por exemplo, o limite de caracteres do Twitter), mas não há um padrão do que deve ser postado. Existem, por certo, restrições a determinados conteúdos (por exemplo, imagens de nudez no Facebook), mas somente pontuais. Diferentemente de um jornal com determinada linha editorial, não interessa em princípio às plataformas influenciar as opiniões políticas do usuário, mas simplesmente estimular sua participação. Concomitantemente a essa relativização da autoridade, há uma inflação do imaginário, com implicações em termos de agressividade. Vejamos as várias formas como isso se dá.

Arena de atenção e narcisismo

Ao introduzir o conceito de “esfera pública”,⁹ no início da década de 1960, Habermas (1990) adverte-nos, já no título de sua obra, que se trata de uma “categoria da sociedade burguesa”¹⁰ sujeita a uma “mudança estrutural”.¹¹ Essa mudança, para ele, consiste em um esvaziamento progressivo, a partir de fins do século XIX. Segundo Sennett (2002, p. 282-283), a tendência ao esvaziamento da esfera pública em prol do privado, que a coloniza, é reforçada pelos meios eletrônicos em geral e caminha *pari passu* com o narcisismo. Para Baudrillard (1988, p. 227-228), com as novas tecnologias temos o triunfo de Narciso sobre Édipo – o que em termos psicanalíticos equivaleria a uma expansão do imaginário às expensas do simbólico. Uma evolução nesse sentido pode ser rastreada na Internet.

Nos primórdios desta, os dispositivos de comunicação disponíveis – correio eletrônico (*e-mail*), lista de correio eletrônico (*mailing list*), grupo de notícias (*newsgroup*), bate-papo (*chat*) – não selecionam nem hierarquizam os conteúdos. Logo, se um usuário opta por utilizar determinado dispositivo, tudo que os outros participantes postam é-lhe apresentado na sequência em que foi postado. Nesse contexto, há meios benignos de chamar a atenção. É possível destacar-se, por exemplo, fornecendo voluntariamente informações e auxílio para outros participantes – a dita “economia do dom” ou “economia da dádiva”. Mas, no ambiente permissivo do ciberespaço, a atenção pode ser angariada de maneira agressiva, mediante transgressões das regras de convivência, como as práticas de *trolling*, *flaming*, *ranting*, *flooding* ou uso de identidades fictícias, que florescem nesse momento.

A busca por atenção envolve também questões de cunho prático. Numa quadra em que a publicidade ainda não tinha conquistado direito de cidade na Internet, o *spam* avulta como um expediente furtivo para atrair o interesse com finalidades mercantis. Com o surgimento da Web e a rápida multiplicação de seus endereços, ganham importância os mecanismos de busca (*Web crawlers*) e o ordenamento dos resultados por eles exibidos, embora nos primeiros mecanismos dessa natureza, como o Altavista, esse processo seja relativamente rudimentar. De qualquer modo, para conseguir que suas páginas ganhem realce, os responsáveis pelos *sites* recorrem a vários truques, nem sempre exatamente honestos.

O esforço para refinar as buscas, acoplado à exploração comercial, está na raiz do desenvolvimento da gestão de usuários via algoritmos pelo Google, que consolida o padrão de plataforma algorítmica e de economia de atenção. Sergey Brin e Lawrence Page (1998), que fundam o Google quando faziam doutorado em Stanford, inspiram-se na noção de fator de impacto vigente no âmbito acadêmico. O ranqueamento de uma página depende da quantidade e da qualidade dos *links* para ela, sendo que a qualidade de cada *link* oscila por sua vez com a quantidade e a qualidade dos *links* para si, e assim sucessivamente. O ranqueamento leva em conta também a popularidade da página, ou seja, quantos clicam nela quando ela figura entre os resultados. Há ainda uma customização dos resultados para cada usuário, ponderando suas consultas anteriores e o que mais lhe interessou nelas. E a customização de resultados conjuga-se à

9 No original: “*Öffentlichkeit*”.

10 No original: “*Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*”.

11 No original: “*Strukturwandel*”.

customização de anúncios, que a eles se misturam.

Em outras plataformas algorítmicas, cujo modelo de negócios se estriba em publicidade (como o Facebook), em comércio eletrônico (como a Amazon) ou na venda de serviços (como a Netflix e o Spotify), deparamo-nos um tipo análogo de customização de conteúdos e de anúncios ou ofertas. Aquilo que cada um vê é selecionado e hierarquizado pelos algoritmos consoantes suas escolhas pretéritas. Ao fim e ao cabo, essa gestão via algoritmos deve-se a razões pecuniárias: o que se customiza é aquilo que se pretende vender diretamente ao usuário ou que se pretende que interesse a ele, de forma a engajá-lo para gerar perfis dele que ajudem a vender-lhe alguma coisa ou simplesmente para mantê-lo como cliente. De um jeito ou de outro, os contínuos procedimentos de seleção e hierarquização subordinam-se à busca de sua atenção. É essa busca que é valorizada pelas plataformas.

Por conseguinte, podemos dizer que as plataformas coroam uma trajetória de desenvolvimento progressivo da mídia e da Internet. Paralelamente, elas arrematam de modo similar um longo processo de esvaziamento da esfera pública. Numa boa medida, esta dá lugar ao que poderíamos chamar de arena de atenção, coexistindo em “arena” os sentidos de local de espetáculo e de disputa. Em vez do debate racional em pós de entendimento que caracteriza idealmente a esfera pública, correspondendo a uma interação simbólica em termos lacanianos, temos uma luta a qualquer custo por atenção, combinando visibilidade e agressividade, ingredientes típicos do imaginário. Mais especificamente, o que se evidencia aqui é a exploração do narcisismo dos usuários.

“A libido narcísica ou do eu aparece para nós como o grande reservatório de onde as catexias objetais partem e no qual elas são novamente recolhidas”,¹² afirma Freud (1968, p. 119). Trocando em miúdos, a libido pode deslocar-se do eu para objetos exteriores ou destes de volta para o eu. Há casos patológicos em que a libido se concentra no eu. Mas em princípio a libido oscila entre o eu e os objetos, de acordo com as diferentes situações da vida de cada um. Podemos pensar, de qualquer forma, em certos contextos que favorecem um investimento narcísico da libido, mais centrado no eu, como é o caso das plataformas enquanto arena de atenção.

Fazer confluir a atenção dos outros sobre si equivale, na prática, a investir em si. Se os apelos comerciais que circulam nas plataformas estão submetidos à economia da atenção, isso se aplica igualmente aos conteúdos produzidos pelos usuários com o intuito de alcançar outros. Para ter êxito nessa empreitada, o usuário precisa saber o que funciona, seguir certas fórmulas de sucesso. E, ainda que alguém não esteja tão interessado em popularidade, o próprio ambiente das plataformas o induz a isso. A generalização da mensuração deixa essa sequela: expor a contagem de reações, comentários e compartilhamentos, no Facebook, de retuítes e respostas, no Twitter, ou de visualizações e comentários, no YouTube, estimula cada um a competir com os outros (cotejando suas métricas com as deles) e consigo mesmo (comparando os números de suas diferentes postagens).

Na disputa por atenção, a intolerância pode ser um trunfo. O fato de os algoritmos, ao ressaltarem essa disputa, favorecerem a intolerância, bem como a desinformação que a acompanha, é captado por estudos empíricos. Uma pesquisa sobre notícias fraudulentas (*fake news*) desde o início do Twitter, em 2006, até 2017, não apenas certifica que os boatos se espalham mais rapidamente e para um número mais amplo de pessoas do que as notícias verdadeiras, mas concatena sua disseminação à mobilização de emoções como desgosto, medo, raiva e tristeza (VOSOUGHI et al., 2018). Outro estudo empírico, que foca a rede chinesa Weibo, homóloga ao Twitter, e abarca 70 milhões de postagens de 278654 usuários, atesta que o dom de influência da raiva é bastante superior ao de outras emoções, como a alegria (FAN et al., 2014). Levantamento no Gab (MATHEW et al., 2019), plataforma que alardeia seu compromisso com a liberdade de expressão e é conhecida por atrair adeptos da extrema-direita, conclui que a propagação

12 No original: “Die narzißtische oder Ichlibido erscheint uns als das große Reservoir, aus welchem die Objektbesetzungen ausgeschickt und in welches sie wieder einbezogen werden”.

do discurso de ódio é mais rápida, ampla e profunda do que a de outros conteúdos. Numa enquete do Pew Research Center (SMITH, 2018), 71% dos usuários de mídia social reportam reagir com raiva a determinados conteúdos, sendo que com 25% isso acontece com frequência. Outra análise, por parte da mesma organização (KESSEL et al., 2018), focando páginas de membros do Congresso dos Estados Unidos no Facebook, constata que a reação mais encontrada às postagens é a de raiva.

Formas tradicionais de intolerância, as manifestações de preconceito – como racismo, misoginia e homofobia –, conectadas via de regra a visões políticas reacionárias, podem ser potencializadas pela disputa de atenção nas plataformas, na medida em que instigam adeptos, de um lado, e provocam choque e indignação, de outro. Elas polarizam sobretudo com a defesa radicalizada de posições progressistas por parte daqueles que são tratados pejorativamente em inglês como “*social justice warriors*” (“guerreiros da justiça social”), ou SJW, e em português como expoentes da “cultura da lacração” ou do “cancelamento”. Assistimos então ao aprofundamento do que Hunter (1991) designa como “guerras culturais”, a propósito originalmente da clivagem entre conservadores e progressistas nos Estados Unidos perante temas como aborto, homossexualidade, uso de drogas e porte de armas. Episódio emblemático é o Gamergate, que opõe a cultura sexista dos jogos *online* a posturas feministas e se desencadeia a partir do assédio – incluindo invasão de contas em plataformas, *doxing* (divulgação de dados privados) e ameaças de estupro e de morte – à desenvolvedora de jogos Zoë Quinn (2017).

Onmediação desigual e identificação narcísica com líderes

A função de mediação aparece em Lewin (1943) como *gatekeeping*, sendo equiparada à de um porteiro que determina o que atravessa ou não um canal. A ideia é estendida por White (1950) para o jornalismo, responsável pela definição do que é notícia e pela forma como esta chega à audiência. Já a contribuição de Lazarsfeld e seus parceiros (LAZARSELD et al., 1944; KATZ e LAZARSELD, 1955) é mostrar outro tipo de mediação: para eles, os meios de comunicação de massa não influenciam o público diretamente, como um fluxo em uma etapa, mas por meio de líderes de opinião, como um fluxo em duas etapas.

Nas plataformas algorítmicas, os jornalistas e os líderes de opinião tradicionais também exercem uma função de mediação. Entretanto, eles não são os únicos: com empenho e habilidade, outros sobressaem igualmente nesse papel. Há, portanto, uma generalização da mediação. Alguns são “superinfluenciadores”¹³ (WEI e MENG, 2021), obtendo ampla repercussão em suas postagens devido a seu prestígio e a seu número elevado de seguidores. Outros, que se destacam por sua intensa atividade, são “superparticipantes”¹⁴ (GRAHAM e WRIGHT, 2014). Mas no limite, na verdade, todos os usuários são mediadores em alguma medida, ao mesmo tempo como participantes e influenciadores. Qualquer intervenção de um usuário, mesmo que seja uma mera curtida ou um simples retuite, é levada em conta pelos algoritmos e influencia a forma como outros são interpelados. Na medida em que todos são mediadores em diferentes graus, podemos falar em uma onmediação desigual.

Aqui cabe retomar as lições de Freud (1967a) sobre a psicologia de massa. Segundo a análise freudiana, a massa opera via identificação com o líder. Ou seja, cada membro da massa coloca no lugar de seu ideal do eu, que representa a internalização da autoridade enquanto modelo, a figura do líder. Enquanto a psicologia de massa pré-freudiana postula uma força misteriosa ligando um indivíduo a outro – o contágio em Le Bon (2010) e a imitação em Tarde (1910) –, para Freud é a existência de um líder em comum que dá coesão à massa. Nas plataformas, pode-se constatar uma variação *vis-à-vis* a psicologia de massa freudiana. Nelas, a massa não é mais exatamente massa, mas assume o feitiço de rede, na qual

13 No original: “*super-influencers*”.

14 No original: “*superparticipants*”.

o líder central abre passagem à multiplicação de lideranças. A onimedição desigual corresponde, pois, a uma fragmentação do papel do líder.

Em Freud, cada membro da massa, enquanto tal, ao abdicar pelo menos temporariamente de uma instância internalizada de autoridade em favor de uma figura externa, tende a agir de maneira irracional. Esse mecanismo explica por que pessoas perfeitamente civilizadas, ao se reunirem em uma massa, adotam frequentemente atitudes selvagens. Nas massas fragmentadas das plataformas, tal fenômeno assume a forma dos comportamentos agressivos de manada. Para isso concorre também a natureza da identificação que se estabelece com alguém em posição de liderança: as plataformas favorecem identificações de tipo narcísico, abarcando as duas acepções do líder, que em Freud pode ser concreto (uma pessoa) ou abstrato (uma ideia).

Se, com a generalização da mediação nas plataformas, cada um já exerce de partida um papel de mediador, por ínfimo que seja, a tarefa de ampliar esse papel é facilitada. Não raro, pessoas comuns, amadoras, sem qualificação especial, apoiando-se apenas em atributos menos tangíveis como talento comunicativo e carisma, acabam sobrelevando-se como líderes. Além disso, o próprio caráter da interação virtual contribui para uma sensação de proximidade com o líder, que tende a expressar-se de maneira coloquial e com o qual é possível comunicar-se diretamente. Tudo isso acaba privilegiando identificações narcísicas, nas quais o líder aparece como “o alargamento da própria personalidade do sujeito, uma projeção coletiva de si mesmo” (ADORNO, 1972, p. 418).¹⁵ Esse tipo de identificação é viabilizado até pelas fraquezas percebidas no líder, que colaboram para que ele seja visto como uma pessoa comum, inclusive no caso de tiranos: “Hitler pode gesticular como um palhaço, Mussolini pode ousar notas erradas como um tenor de província” (HORKHEIMER e ADORNO, 1981, p. 209).¹⁶ Uma característica primacial, porém, presente muitas vezes nessa espécie de liderança e que a distingue do homem comum é a desinibição em exteriorizar aquilo que este teria vergonha de proferir (ADORNO, 1972, p. 427). Essa desinibição permite-lhe dar livre curso à agressividade, promovendo assim a cultura da intolerância. Nessa linha enquadra-se, por exemplo, o impulsionamento da chamada “direita alternativa”¹⁷ no YouTube por influenciadores que cultivam uma imagem de autenticidade e radicalismo (LEWIS, 2018).

Deve-se considerar também o emprego intensivo de contas falsas e de robôs em plataformas, com múltiplas finalidades (há inclusive influenciadores virtuais – criações artificiais que simulam seres reais – a serviço do *marketing*), mas procurando sempre potencializar o efeito dos algoritmos. Num célebre texto de 1950, Turing (2004) propõe um teste para verificar se uma máquina inteligente poderia passar-se por um ser humano. Na prática, sem terem a necessidade de enfrentar uma prova desse jaez, muitos robôs atuando nas plataformas não são discernidos como tal pela maioria dos participantes. Isso permite terceirizar para eles tarefas tradicionalmente desempenhadas pelos líderes desinibidos. Contas falsas e robôs costumam ser utilizados visando precipuamente a difusão de discurso de ódio, como ocorre durante a pandemia de Covid-19 (UYHENG e CARLEY, 2020).

Nos fenômenos conflituosos em plataformas, ideias na posição de liderança são tipicamente os memes, condensações libidinais de palavras e imagens que consistem na versão contemporânea dos chistes analisados por Freud (1940). Ou seja, as manifestações de intolerância nas plataformas são com frequência embaladas formalmente pela estética do meme, que contribui para as identificações narcísicas, ao propiciar a aproximação com o público e criar uma cumplicidade com ele. Tipificada pelo humor irreverente, anárquico, a estética do meme confere às manifestações de intolerância uma aura *pop* e um apelo peculiar junto aos jovens. Os memes podem ser empregados, por exemplo, para veicular

15 No original: “*the enlargement of the subject’s own personality, a collective projection of himself*”.

16 No original: “*Hitler kann gestikulieren wie ein Clown, Mussolini falsche Töne wagen wie ein Provinztenor*”.

17 No original: “*alt-right*”.

estereótipos negativos (DUCHSCHERER e DOVIDIO, 2016). Assim, a extrema-direita usa memes para retratar o feminismo como o “feminino monstruoso” (MASSANARI e CHESS, 2018).¹⁸

O recurso a essa estética é comum entre lideranças políticas ligadas ao discurso da intolerância, como Trump e Bolsonaro. Elas próprias, bem como lideranças menores que a elas se alinham e reproduzem algo de seu estilo, chegam a aparecer como memes, ou seja, como figuras folclóricas que é difícil levar a sério, em virtude de seu comportamento errático. Isso humaniza sua imagem, assimilando-as a cidadãos comuns, e concomitantemente as reifica, igualando-as a coisas e fazendo com que seus atos sejam avaliados em algum grau como inconsequentes, como sói ocorrer com aquelas personagens de desenho animado que num momento são amassadas, esticadas, torcidas, queimadas, e em seguida desfilam lépidas, com o corpo intacto. Essas lideranças intuem isso, alimentando os memes: Trump retuía uma efígie sua como Pepe the Frog e Bolsonaro compara-se verbalmente a Johnny Bravo. A reificação através do meme, portanto, acaba provendo uma espécie de salvo-conduto para os arautos da intolerância.

Exposição calibrada e segregação

Como as plataformas algorítmicas procuram oferecer a cada um o que mais lhe atrai, uma consequência bastante conhecida disso é o agrupamento de usuários com interesses e opiniões afins, gerando as chamadas “câmaras de eco”¹⁹ (SUNSTEIN, 2007) ou “bolhas de filtro”²⁰ (PARISER, 2011). Considerando, no entanto, que esses agrupamentos não são totalmente homogêneos, ou seja, que não é possível evitar completamente a exposição a posições diferentes (BRUNS, 2019), seria mais adequado falar em exposição calibrada. Em outras palavras, aquilo que é mostrado ao usuário é ponderado conforme suas predileções, sem chegar a ser uniforme.

Nas plataformas, não faltam exemplos das irrupções tradicionais de intolerância na Internet, individuais e isoladas. Mas os algoritmos tendem a potencializar sobretudo aquelas que têm um horizonte coletivo, por força da aproximação entre usuários com posições similares via exposição calibrada. Conquanto alguém se exprima individualmente nas interações com seus contatos, amiúde ele está reverberando posições de maior alcance. Além disso, as manifestações de intolerância impulsionadas pelos algoritmos são recorrentes. Ao privilegiarem situações que acarretam engajamento, independentemente de seu conteúdo, eles também favorecem litígios, que escalam rapidamente. Mesmo o *trolling* tradicional, alega Phillips (2015), na década de 2000 se converte em uma identidade assumida por seus próprios praticantes, não simplesmente um rótulo a eles aplicado por outros, e erige-se como subcultura. Desenvolvendo-se em fóruns marginais como o 4chan, essa subcultura, que se gaba de seu caráter politicamente incorreto, entrelaça-se com a direita alternativa (NAGLE, 2017).

Episódios notáveis de intolerância são as *online firestorms*, tempestades coletivas de ultraje contra uma pessoa, um grupo ou uma organização. Note-se que aqui o não-anonimato não necessariamente funciona como fator de inibição, podendo aliás estar associado a maior agressividade do que o anonimato (ROST et al., 2016). Isso não é complicado de entender, principalmente quando o que está em jogo não é uma agressão isolada a alguém, mas algo ligado a uma causa política mais abrangente. Nesses casos, a assunção explícita da agressividade por alguém em seu próprio nome dá mais efetividade a suas manifestações, permite-lhe demonstrar estar do lado que ele julga correto em alguma questão, facilita sua identificação como membro de uma determinada corrente e possibilita a obtenção de reconhecimento por suas atitudes.

A intolerância transparece ademais por meio da polarização política, que, assentada usualmente

18 No original: “*monstrous feminine*”.

19 No original: “*echo chambers*”.

20 No original: “*filter bubbles*”.

na desinformação, encontra terreno fértil nas plataformas. Chama a atenção a quase exclusividade da agenda destrutiva no populismo de extrema-direita que medra no período recente, aparecendo nas plataformas especialmente à guisa de movimentos coordenados que operam como máquinas de guerra híbrida, a exemplo das campanhas eleitorais de Trump em 2016 (CASTRO, 2020a) e Bolsonaro em 2018 (CASTRO, 2020b).

Nesses fenômenos coletivos e recorrentes há uma dinâmica de segregação, sobre a qual a psicanálise ajuda a lançar luz. Numa intervenção em Estrasburgo, em 1968, Lacan (1969) declara: “Acredito que em nosso tempo o traço, a cicatriz da evaporação do pai é o que poderíamos situar sob a rubrica e o título geral da segregação”.²¹ O que ele reputa como evaporação é uma mudança no exercício da função paterna, e por extensão da autoridade e da lei (que na psicanálise, desde Freud, são sintetizadas pelo pai), devido a transformações na ordem simbólica, representada em Lacan pelo Outro com maiúscula (para diferenciar do outro com minúscula, que representa o imaginário). Podemos dizer que essas transformações assumem hoje o formato do Outro algorítmico. Algoritmo tem o sentido genérico de receita, de conjunto de etapas para fazer algo; o Outro algorítmico representa a customização da lei em normas, como ocorre nas plataformas.

Visando a destruição da alteridade, o ódio camufla-se por trás de pretextos em razão da moralidade ocidental (LACAN, 1975, p. 305-306), mas em plataformas reguladas de forma flexível pelos algoritmos o peso dessa moralidade declina e o ódio pode irromper a céu aberto, ainda mais se considerarmos que nelas o sujeito não tem contato presencial com seus alvos e pode atuar em parceria com outros. O ódio é fulcral para fazer laço social num quadro de fragmentação vinculado à segregação generalizada. Grupos díspares estão aptos a alinhar-se ao redor do ódio a um alvo comum, ainda que não compartilhem muito mais do que isso. Em sua psicologia de massa, Freud reconheceu o condão unificador do ódio junto com o do amor, a capacidade que esse ódio a um alvo comum possui de imprimir coesão a um grupo. Entre os nazistas, o antissemitismo desincumbe-se eficazmente desse encargo. Em nossa época, também desponta a prevalência do laço pelo ódio ante o laço pelo amor. Lacan (1991, p. 132) é incisivo a propósito: “Só conheço uma origem da fraternidade – falo da humana, sempre o húmus –, é a segregação”.²²

Em termos psicanalíticos, as plataformas rastreiam as preferências dos usuários, captando suas maneiras prediletas de gozar, e agrupam esses usuários de acordo com afinidades em matéria de gozo, levando às últimas consequências um procedimento típico da sociedade de consumo. Enquanto cicatriz oriunda da evaporação da autoridade, o Outro algorítmico envolve, pois, uma segregação ancorada no gozo, que está na base do ódio, visto que esta mira tipicamente o modo particular de gozo do outro (por exemplo, no caso de estrangeiros, sua comida, seus cheiros, sua música, sua dança, sua sexualidade). Em contraste com o simbólico, o gozo não é passível de universalização; há algo de excessivo, de intolerável no gozo discrepante do nosso. E o ódio do gozo do outro secreta ele próprio um gozo que o complementa, o gozo com esse próprio ódio, a satisfação atrelada às falhas, tribulações e sofrimentos do outro, designada em alemão por “*Schadenfreude*”. A versão desse gozo específica das plataformas é o “*lulz*”, vocábulo derivado da corrupção de “*LOL*” (*Laugh Out Loud*”), o gozo que se obtém à custa das vítimas de *trolling*.

Verificação flexível e paranoia

Dado que os algoritmos estão subordinados a finalidades mercantis, é natural que eles funcionem nas plataformas algorítmicas como uma “instância de verificação”,²³ ou seja, de estabelecimento da

21 No original: “*Je crois qu’à notre époque, la trace, la cicatrice de l’évaporation du père, c’est ce que nous pourrions mettre sous la rubrique et le titre général de la ségrégation*”.

22 No original: “*Je ne connais qu’une seule origine de la fraternité – je parle humaine, toujours l’húmus –, c’est la ségrégation*”.

23 No original: “*instance de vérédiction*”.

verdade, papel associado por Foucault (2004b, p. 35) ao mercado sob o neoliberalismo. O critério decisivo dos algoritmos para selecionar e hierarquizar conteúdos é o da circulação: são mais valorizados aqueles que geram maior engajamento, avaliado por métricas como visualizações, curtidas, comentários e compartilhamentos. Na medida em que seu valor de troca predomina sobre seu valor de uso, adentramos o que pode ser chamado de “capitalismo comunicativo” (DEAN, 2009). Nele, na prática, o verdadeiro é definido como o que faz mais sucesso.

Esse cenário, evidentemente, favorece a desinformação em geral. Mas há um tipo de desinformação que se mescla com frequência à cultura da intolerância e vale ressaltar: as teorias conspiratórias. Elas postulam a ação coordenada de forças poderosas, que ocultam do público suas próprias atividades ou outros fatos, e apresentam essa ação de forma exagerada e até apocalíptica. Além disso, essas teorias tendem a levar o maniqueísmo ao limite, absolutizando o mal praticado pelos conspiradores e o bem representado pelos que os denunciam. Muitas vezes a desinformação, para ser mantida, requer o recurso a teorias conspiratórias. Para sustentar, por exemplo, a crença na Terra plana, a despeito da pleora de evidências em contrário, é mister supor que haja uma grande conspiração nesse sentido, envolvendo os governos, a ciência e a mídia. E a crença nas teorias conspiratórias, por sua vez, demanda o empilhamento contínuo de evidências, em que pese seu rigor duvidoso. Os próprios seguidores buscam incessantemente tais evidências, ou mesmo as produzem. No caso do terraplanismo, o YouTube, particularmente, é um ambiente bastante conveniente para isso, oferecendo a seus adeptos a possibilidade de articularem-se e de impulsionarem suas teses (MOHAMMED, 2019).

Uma teoria conspiratória típica que ganhou tração nos anos recentes, principalmente nos Estados Unidos, mas com reverberações em outros países, é o QAnon. Ela proclama a existência de uma rede internacional dedicada ao tráfico de crianças e à pedofilia, que reuniria figuras centrais do Partido Democrata norte-americano como Hillary Clinton e Barack Obama, e seus apoiadores, incluindo artistas consagrados de Hollywood como Tom Hanks, além de ter ramificações no chamado “Estado profundo” (que se refere a forças de segurança e agências de inteligência agindo à revelia do poder civil) e na elite global. Essa rede teria em Trump sua nêmesis, o que forneceria uma chave explicativa para muitos dos embates políticos envolvendo sua presidência. Trata-se de uma construção a serviço do trumpismo, que se origina do Pizzagate, uma teoria da conspiração propalada nas redes sociais, nas eleições de 2016, sobre o elo de Hillary com um círculo de pedófilos com sede em um restaurante em Washington. O QAnon surge em outubro de 2017 a partir das postagens de um suposto agente federal sob o pseudônimo de Q (letra que indica uma credencial privilegiada de acesso a informações confidenciais), inicialmente no 4chan, depois em seus similares 8chan e 8kun, alastrando-se em seguida pelas plataformas *mainstream*.

Teorias conspiratórias envolvendo ameaças a crianças, registre-se, sempre existiram. Não obstante, as motivações por trás delas e seus alvos adaptam-se às circunstâncias, algo que pode ser constatado nas últimas décadas. Confrontando o pânico moral face aos perigos que rondam a infância com a falta de evidências de um aumento desses perigos, Fine e Mechling (1991) conjecturam que tal percepção de risco estaria relacionada com o *status* mais valioso das crianças num contexto em que as famílias são menores e o custo de criação de cada filho aumenta. Isso se encaixa na visão neoliberal de um “capital humano”²⁴ (BECKER, 1993) embutido em cada indivíduo, que depende de investimentos em educação, saúde etc. Paralelamente, o maior engajamento profissional das mulheres, acompanhado inevitavelmente de uma terceirização dos cuidados com os filhos, dá margem a uma reação conservadora antifeminista que assume a forma de temores com respeito à segurança e ao bem-estar das crianças (BECK, 2015). Essa reação tende a alinhar-se com o chamado “neoliberalismo reacionário”,²⁵ que se opõe

24 No original: “*human capital*”.

25 No original: “*reactionary neoliberalism*”.

ao “neoliberalismo progressista”,²⁶ uma disputa que não se dá no terreno econômico, mas moral (FRASER, 2019). Evocando o espantinho da pedofilia e mirando setores liberais em termos de costumes, o QAnon nutre-se das guerras culturais que atravessam a sociedade norte-americana e se exacerbam sob o governo Trump, mormente sob a pandemia. Além disso, a preocupação manifesta com as crianças franqueia ao QAnon uma importante via de acesso ao *mainstream*, permitindo que ele ganhe adeptos junto a mães influenciadoras e a grupos de mães em diversas plataformas (DICKSON, 2020; BUTLER, 2020). Vale notar que, na eleição presidencial brasileira de 2018, algumas das notícias fraudulentas de maior repercussão do bolsonarismo, como o *kit gay* e a mamadeira com bico de pênis, também apelam para o pânico moral das ameaças à infância.

As teorias conspiratórias remetem à índole paranoica do conhecimento humano segundo Lacan. Para ele, o bebê inicialmente não se percebe como unidade, mas como um corpo despedaçado, um conjunto de peças sem coordenação. É entre os seis e os dezoito meses de idade, ao reconhecer a imagem que ele vê no espelho como sua própria imagem, que se constitui seu eu. O advento do eu pressupõe, portanto, uma dupla ilusão: a de uma imagem exterior tomada como interioridade e a de uma completude externa no lugar da descoordenação interna. Ao mesmo tempo, o contraste entre sua imperfeição e a perfeição da imagem leva a uma rivalidade com esta. A confusão entre o eu e a imagem externa aparece também no fenômeno de transitivismo: um bebê chora quando vê outro bebê cair, por não conseguir ainda se distinguir do outro. Com o tempo, obviamente, a demarcação entre o eu e o exterior fica mais clara, mas, como o eu continua a identificar-se imaginariamente com outros e a constituir-se a partir dessas identificações, persiste um elemento de ilusão e de rivalidade na relação com o mundo. Essa relação confusa com o exterior é captada pelo termo “paranoia”, que no original grego (παράνοια) compõe-se de “para” (fora) e “nous” (mente), indicando uma certa permeabilidade entre nossa mente e o que está fora dela. Em particular, a paranoia caracteriza-se pelo mecanismo da projeção, ou seja, a tendência a atribuir ao mundo algo que está em nós mesmos – exatamente o mecanismo distintivo das teorias conspiratórias.

É importante assinalar que, se as teorias conspiratórias são construções de tipo paranoico, não se trata necessariamente de paranoia no sentido clínico, mas de traços paranoicos presentes em todo mundo, que concernem ao imaginário. Esses traços podem ganhar força em função de condições sociais oportunas e de predisposições individuais. As circunstâncias históricas atuais do hiperneoliberalismo alimentam as teorias conspiratórias. Adicionalmente, o contexto das plataformas parece ser talhado para essas teorias. Como já vimos, ele enseja uma inflação do imaginário de diversas formas, mas merece realce aqui seu caráter projetivo. Os algoritmos possibilitam que o usuário crie um mundo a sua imagem e semelhança, elegendo seus contatos, os conteúdos que ele quer ver e em última análise o que é a verdade para si. É certo que a própria psicanálise, para Freud, pleiteia que o analisando projete no analista afetos que envolvem outras pessoas. Nesse caso, todavia, pondera Lacan (1966b, p. 109), trata-se de um “mecanismo paranoico (...) bem sistematizado, filtrado de alguma forma e estancado sob medida”.²⁷ Nas plataformas, em contrapartida, pode-se até dizer que se trata de uma projeção sistematizada e filtrada, mas ela é inflada ao extremo.

Considerações finais

É inegável que a intolerância sempre existiu socialmente e sempre esteve presente na Internet, como testemunha a literatura a respeito.

De toda forma, cabe sublinhar que o neoliberalismo, regime hegemônico de capitalismo desde

26 No original: “*progressive neoliberalism*”.

27 No original: “*mécanisme paranoïaque (...) bien systématisé, filtré en quelque sorte et étanché à mesure*”.

a década de 1980, sofre recentemente uma inflexão, que acentua algumas de suas facetas. Tal inflexão, qualificada aqui como hiperneoliberalismo, é secundada pelo agravamento da intolerância.

Ademais, como se procurou argumentar, as plataformas algorítmicas, que afloram no contexto neoliberal e refletem seu modelo de governança, são um terreno sobremaneira propício para a intolerância, por conta de sua tecnologia e de seu modelo de negócios, trazendo uma importante contribuição para esse agravamento.

Posto isso, estamos diante de uma conjunção de vários fatores, que comparecem nos diversos aspectos do funcionamento das plataformas explorados neste artigo como favoráveis à intolerância – arena de atenção, onimedição desigual, exposição calibrada e verificação flexível.

Para dar conta, contudo, da ressonância concreta de tudo isso em cada usuário, é essencial levar em conta os elementos psíquicos envolvidos, e para tanto o recurso ao conceito laciano de imaginário como fio condutor revela-se crucial.

Referências

ADORNO, Theodor W. Freudian theory and the pattern of fascist propaganda. *In*: ADORNO, Theodor W (Org.). **Gesammelte Schriften**, Band 8: Soziologische Schriften I. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1972. p. 408-433.

BAUDRILLARD, Jean. **De la séduction**. Paris: Denoël, 1988.

BECK, Richard. **We believe the children**: a moral panic in the 1980s. New York: PublicAffairs, 2015.

BECKER, Gary S. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3 ed. Chicago/London: University of Chicago Press, 1993.

BRIN, Sergey; PAGE, Lawrence. The anatomy of a large-scale hypertextual. **Web search engine**, sem data de publicação informada, 1998. Disponível em: <http://infolab.stanford.edu/~backrub/google.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRUNS, Axel. **Are filter bubbles real?** Cambridge, UK/Medford: Polity Press, 2019.

BUTLER, Kiera. The terrifying story of how QAnon infiltrated moms' groups. **Mother Jones**, 23 set. 2020. Disponível em: <https://www.motherjones.com/politics/2020/09/the-terrifying-story-of-how-qanon-infiltrated-moms-groups/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Social networks as dispositives of neoliberal governmentality. **Journal of Media Critiques**, v. 2, n. 7, p. 85-102, 2016.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Redes sociais como modelo de governança algorítmica. **Matrizes**, v. 12, n. 2, p. 165-191, maio/ago. 2018.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Plataformas algorítmicas: interpelação, perfilamento e performatividade. **Revista Famecos**, v. 26, n. 3, p. 1-24, set./dez. 2019.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Máquinas de guerra híbrida em plataformas algorítmicas. **E-Compós**, v. 23, p. 1-29, 2020a.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Neoliberalismo, guerra híbrida e a campanha presidencial de Bolsonaro. **Comunicação & Sociedade**, v. 42, n. 1, p. 261-291, jan./abr. 2020b.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Controle via agência em plataformas algorítmicas. **Galáxia**, n. 44, p. 144-157, maio/ago. 2020c.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. A economia da desinformação em plataformas algorítmicas. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade Federal da Bahia, 1 a 10 de dezembro de

2020d.

DEAN, Jodi. **Democracy and other neoliberal fantasies**: communicative capitalism and left politics. Durham and London: Duke University Press, 2009.

DICKSON, E. J. The birth of QAmom. **Rolling Stone**, 2 set. 2020. Disponível em: <https://www.rollingstone.com/culture/culture-features/qanon-mom-conspiracy-theory-parents-sex-trafficking-qamom-1048921/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

DUCHSCHERER, Katie M.; DOVIDIO, John F. When memes are mean: appraisals of and objections to stereotypic memes. **Translational Issues in Psychological Science**, v. 2, n. 3, p. 335-345, 2016.

DURKHEIM, Émile. **Textes 3**: fonctions sociales et institutions. Paris: Minuit, 1975.

FAN, Rui; ZHAO, Jichang; CHEN, Yan; XU, Ke. Anger is more influential than joy: sentiment correlation in Weibo. **PLOS ONE**, v. 9, n. 10, sem paginação, oct. 2014.

FINE, Gary Alan; MECHLING, Jay. Minor difficulties: changing children in the late twentieth century. *In*: WOLFE, Alan (Ed.). **America at century's end**. Berkeley, Los Angeles and Oxford: University of California Press, 1991. p. 58-78.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population**: cours au Collège de France, 1977-1978. Paris: Gallimard/Seuil, 2004a.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**: cours au Collège de France, 1978-1979. Paris: Gallimard/Seuil, 2004b.

FRASER, Nancy. **The old is dying and the new cannot be born**: from progressive neoliberalism to Trump and beyond. London and New York: Verso, 2019.

FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**, sechster Band: Der Witz und seine Beziehung zum Unbewussten. London: Imago, 1940.

FREUD, Sigmund. Massenpsychologie und Ich-Analyse. *In*: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**, dreizehnter Band: Jenseits des Lustprinzips / Massenpsychologie und Ich-Analyse / Das Ich und das Es. 5. Aufl. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1967a. p. 71-161.

FREUD, Sigmund. Das Ich und das Es. *In*: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**, dreizehnter Band: Jenseits des Lustprinzips / Massenpsychologie und Ich-Analyse / Das Ich und das Es. 5. Aufl. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1967b. p. 235-289.

FREUD, Sigmund. Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie. *In*: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke**, fünfter Band: Werke aus den Jahren 1904-1905. 4. Aufl. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1968. p. 27-145.

GIBSON, James J. **The ecological approach to visual perception**. New York and London: Psychology Press, 2015.

GRAHAM, Todd; WRIGHT, Scott. Discursive equality and everyday talk online: the impact of "superparticipants". **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 19, n. 3, p. 625-642, Apr 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Strukturwandel der Öffentlichkeit**: Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft. Neuauf. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Dialektik der Aufklärung: philosophische Fragmente. *In*: ADORNO, Theodor W. **Gesammelte Schriften**, Band 3. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

HUNTER, James Davison. **Culture wars**: the struggle to define America. New York: Basic Books, 1991.

KATZ, Elihu; LAZARSELD, Paul Felix. **Personal influence**. New York: Free Press, 1955.

KESSEL, Patrick van; HUGHES, Adam; MESSING, Solomon. Taking sides on Facebook: how congressional outreach changed under President Trump. **Pew Research Center**, jul. 2018.

LACAN, Jacques. Le stade du miroir comme formateur de la fonction du Je. *In*: LACAN, Jacques. (Org.). **Écrits**. Paris: Seuil, 1966a. p 93-100.

LACAN, Jacques. L'agressivité en psychanalyse. *In*: LACAN, Jacques. (Org.). **Écrits**. Paris: Seuil, 1966b. p. 101-124.

LACAN, Jacques. Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse. *In*: LACAN, Jacques (Org.). **Écrits**. Paris: Seuil, 1966c. p. 237-322.

LACAN, Jacques. Intervention sur l'exposé de M. de Certeau "Ce que Freud fait de l'histoire. Note à propos de 'Une névrose démoniaque au XVIIe siècle'", Congrès de Strasbourg, le 12 octobre 1968. **Lettres de L'École Freudienne**, n. 7, p. 84, 1969.

LACAN, Jacques. **Le séminaire**, livre I: les écrits techniques de Freud. Paris: Seuil, 1975.

LACAN, Jacques. **Le séminaire**, livre II: le moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse. Paris: Seuil, 1978.

LACAN, Jacques. **Le séminaire**, livre XVII: l'envers de la psychanalyse. Paris: Seuil, 1991.

LACAN, Jacques. Les complexes familiaux dans la formation de l'individu. *In*: LACAN, Jacques (Org.). **Autres écrits**. Paris: Seuil, 2001. p. 23-84.

LAZARSELD, Paul Felix; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **The people's choice**: how the voter makes up his mind in a presidential campaign. New York: Columbia University Press, 1944.

LE BON, Gustave. **Psychologie des foules**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

LEWIN, Kurt. Forces behind food habits and methods of change. **Bulletin of the National Research Council**, n. 108, p. 35-65, oct. 1943.

LEWIS, Rebecca. **Alternative influence**: broadcasting the reactionary right on YouTube. New York: Data & Society Research Institute, 2018.

MASSANARI, Adrienne L.; CHESS, Shira. Attack of the 50-foot social justice warrior: the discursive construction of SJW memes as the monstrous feminine. **Feminist Media Studies**, v. 18, n. 4, p. 525-542, 2018.

MATHEW, Binny; DUTT, Ritam; GOYAL, Pawan; MUKHERJEE, Animesh. Spread of hate speech in online social media. **Proceedings of the 10th ACM Conference on Web Science**, Boston, Massachusetts, 30 de junho a 3 de julho de 2019.

MOHAMMED, Shaheed N. Conspiracy theories and flat Earth videos on YouTube. **Journal of Social Media in Society**, v. 8, n. 2, p. 84-102, fall, 2019.

NAGLE, Angela. **Kill all normies**: the online culture wars from Tumblr and 4chan to the alt-right and Trump. Winchester/Washington: Zero Books, 2017.

PARISER, Eli. **The filter bubble**: what the Internet is hiding from you. New York: Penguin, 2011.

PHILLIPS, Whitney. **This is why we can't have nice things**: mapping the relationship between online trolling and mainstream culture. Cambridge, MA/London: MIT Press, 2015.

QUINN, Zoë. **Crash override**: how Gamergate (nearly) destroyed my life, and how we can win the fight against online hate. New York: PublicAffairs, 2017.

ROST, Katja; STAHEL, Lea; FREY, Bruno S. Digital social norm enforcement: online firestorms in social media. **PLOS ONE**, v. 11, n. 6, sem paginação, 2016.

SENNETT, Richard. **The fall of public man**. London: Penguin, 2002.

SMITH, Aaron. Public attitudes toward computer algorithms. **Pew Research Center**, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/internet/2018/11/16/public-attitudes-toward-computer-algorithms/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic.com 2.0**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

TARDE, Gabriel. **L'opinion et la foule**. 3. ed. Paris: Félix Alcan, 1910.

TURING, Alan M. Computing machinery and intelligence. *In*: TURING, Alan M (Org.). **The essential Turing: seminal writings in computing, logic, philosophy, artificial intelligence, and artificial life, plus the secrets of Enigma**. Oxford: Clarendon, 2004. p. 433-464.

UYHENG, Joshua; CARLEY, Kathleen M. Bots and online hate during the COVID-19 pandemic: case studies in the United States and the Philippines. **Journal of Computational Social Science**, n. 3, p. 445-468, 2020.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, mar. 2018.

WEI, Jianliang; MENG, Fei. How opinion distortion appears in super-influencer dominated social network. **Future Generation Computer Systems**, v. 115, p. 542-552, feb. 2021.

WHITE, David Manning. The "gate keeper": a case study in the selection of news. **Journalism Quarterly**, v. 27, n. 4, p. 383-390, 1950.

Júlio Cesar Leme de Castro é mestre e doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, pesquisador de pós-doutorado em Comunicação na Uniso, além de membro do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (Latesfip/USP).

Edição v. 40
número 1 / 2021

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 40 (1)
jan/2021-abr/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

Futebol midiaticizado, identidade cultural e reconhecimento nos fluxos comunicativos digitais

Mediatized soccer, cultural identity and recognition in digital communicative flows

CLÓVIS TEIXEIRA FILHO

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: clovistf@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-7527-6111.

LÍVIA SILVA DE SOUZA

Centro Universitário Belas Artes (FEBASP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: livia.2s@gmail.com. ORCID: 0000-0002-1518-7379.

GABRIEL MONI

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: gabrielmonidesouza@gmail.com. ORCID: 0000-0003-4544-8426.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

TEIXEIRA FILHO, Clóvis; SOUZA, Lívia Silva de; MONI, Gabriel. Futebol midiaticizado, identidade cultural e reconhecimento nos fluxos comunicativos digitais. *Contracampo*, Niterói, v. 40, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021.

Submissão em: 15/12/2020. Revisor A: 08/01/2021; Revisor B: 19//01/2021. Revisor A: 23/02/2021. Revisor B: 26/02/2021. Aceite em: 27/02/2021.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.47165>

Resumo

O futebol é um dos traços culturais do Brasil, amplamente divulgado, capaz de mobilizar diferentes temáticas em sua condição midiaticizada. Este artigo objetiva explorar a constituição da identidade cultural pautada pelo futebol brasileiro midiaticizado e as decorrentes expressões comunicativas de reconhecimento. Para tanto, realiza um percurso inicial a partir de múltiplos casos, envolvendo racismo, machismo e homofobia. O exame do *corpus* é realizado por meio de análise de conteúdo e do discurso. Como resultados destacam-se a presença de iniciativas independentes em causas, além das categorias de degradação ou ofensa e retomada histórica nas mensagens com menções de perfis pessoais. A análise de discurso evidencia como se constituem as identidades no interdiscurso nas mediações e midiaticização do futebol.

Palavras-chaves

Identidade Cultural; Reconhecimento; Futebol Midiaticizado.

Abstract

Soccer is one of the Brazilian cultural traits, widely disseminated, capable of mobilizing different themes in its mediaticized condition. This article aims to explore the constitution of cultural identity guided by mediaticized Brazilian soccer and the resulting communicative expressions of recognition. Therefore, it makes an initial journey based on multiple cases involving racism, machismo and homophobia. The *corpus'* examination is carried out through content and discourse analysis. As a result, the presence of independent initiatives in causes stands out, in addition to the categories of degradation or offense and historical resumption in messages with mentions of personal profiles. Discourse analysis shows how identities are constituted in interdiscourse in mediations and mediaticization of soccer.

Keywords

Cultural Identity; Recognition; Mediaticized Soccer

Introdução

A midiaticização do futebol é a transcendência de um esporte como recurso de sociabilidade humana – como o brincar infantil – para uma atividade em alteração pela simbiose com a mídia. A mudança ocasionada pela midiaticização do futebol, embora possa acontecer em questões organizacionais de desempenho, como aponta Lopes (2005) com o *scout*, é mais acentuada na forma como o esporte se estrutura a partir da mídia, em especial dos recursos financeiros que dela derivam e da sua lógica institucionalizada. A relação dos torcedores com o esporte é modificada (SATUF, 2014) e o futebol passa a ser dependente da estrutura criada pela midiaticização, conforme apontado por Moni et al. (2016) e posteriormente por Christofolletti (2017).

Helal (2011) indica o crescimento dos estudos sobre o esporte na comunicação, incluindo sua importância para a constituição da identidade nacional, com provocações para qual seria o espaço ocupado em uma abordagem identitária pós-moderna. Nesta proposta, busca-se evidenciar a relevância que o esporte ainda promove para a multiplicidade nacional por meio da sua lógica midiática atual, revelando uma das várias perspectivas metodológicas, em um cenário expressivo culturalmente e financeiramente. O segmento movimentou apenas em 2019, R\$ 6,8 bilhões, concentrado nos maiores times nacionais, em que as duas fontes de receita principais são os direitos de TV e as transferências de jogadores (FINANÇAS, 2020). Soma-se a isso a relevância do futebol na cultura nacional (DAMATTA, 2006), possibilitando ou negando reconhecimentos dos sujeitos pelo olhar do outro. Entre os fãs do esporte no Brasil, destacam-se as gerações mais jovens, majoritariamente masculinas e que recorrem à internet como fonte de informação (FUTEBOL, 2017).

A perspectiva apoiada neste artigo é a de que a identidade cultural abarcada pelo futebol possibilita também variações de reconhecimentos de sujeitos no tempo e no espaço, que podem influenciá-los em suas interações. O termo reconhecimento é entendido como o resultado intersubjetivo das formas de interação social com vistas ao respeito moral, considerando os participantes da interação em seu ambiente (HONNETH, 2017). Sendo o reconhecimento moldado de forma intersubjetiva, em uma relação dialógica de alteração do Eu social e do Eu internalizado, há também a influência da identidade. Como explicita a expressão escolhida pelo autor, o reconhecimento não é estabelecido horizontalmente, mas em uma dinâmica de lutas, de negociações tanto dos sujeitos, quanto dos grupos sociais.

Tendo em vista a manutenção de desafios sociais da América Latina (CEPAL, 2019) entender a influência da comunicação na identidade e no reconhecimento pode ser também uma forma de auxiliar melhores condições de vida. Ainda que as demandas tratadas neste artigo possam ser encontradas em outras localidades e comportem questões globalizantes discutidas pela Federação Internacional de Futebol, como o racismo; o presente trabalho concentra-se no âmbito nacional, tendo em vista a participação do futebol como traço da identidade cultural e as intersecções com a distribuição de renda, o tempo e o espaço dessas discussões. Afasta-se dessa proposta a hegemonia dos meios e seus efeitos produzidos em um sujeito atomizado, mas o que se busca é uma lógica de interação, envolvida pela moderação da cultura midiática.

A partir do exposto, considerar o futebol como sistema simbólico de representações que articula a identidade e reconhecimentos possui contribuição tanto teórica, quanto empírica e visa responder criticamente às perguntas: Como a formação da identidade cultural brasileira é evidenciada pelo futebol e reflete em negociações sociais pelos sujeitos? Como as expressões da comunicação agem em convergência ao reconhecimento dos sujeitos em agendas possibilitadas pelo futebol midiaticizado? Assim, este artigo tem como objetivo explorar a constituição da identidade cultural pautada pelo futebol brasileiro midiaticizado e as decorrentes expressões comunicativas de reconhecimento dos sujeitos nesse contexto.

Futebol midiaticizado e identidade cultural brasileira

Ainda que se tenha uma convergência das origens inglesas do futebol e da influência em sua expansão (OLIVEIRA, 2012), também são expostas origens mais antigas, datadas de 1400 a 1250 a.C., e ligadas às práticas religiosas (HARO, 2009), como o jogo de pelota do povo Maia. No Brasil, prática similar é verificada em povos indígenas, ainda que sem sacrifícios ou ritualidades agressivas, com comparação aos jogos atuais:

Há, entretanto, uma contribuição ainda mais positiva do menino ameríndio aos jogos infantis e esportes europeus: a da bola de borracha por ele usada em um jogo de cabeçada. Este jogo brincavam-no os índios com uma bola provavelmente revestida de caucho, que aos primeiros europeus pareceu de um pau muito leve; rebatiam-na com as costas, às vezes deitando-se de borco para fazê-lo (FREYRE, 2019, p. 21).

Ainda que não se possa traçar como sinônimo os vários tipos de jogos e o esporte atual, a analogia com as formas de jogar e sua classificação nas sociedades podem auxiliar a reflexão do desenvolvimento dessas práticas. Caillois (1958) propõe diferentes princípios dos jogos entre os quais estão a competição (agôn) e a imitação (mimicry), além de duas formas de jogar, uma pelo gosto da dificuldade e valores morais, outra pela alegria espontânea em que as crianças aparecem como primeiras lembranças. Futebol profissional e amador, torcedores em práticas de imitação, assim como os rituais envolvidos no jogo de competição e em outros jogos que se direcionam posteriormente para práticas religiosas, parecem caminhos interessantes para pensar o desenvolvimento histórico-social do futebol.

Posto a existência de diferentes antecedentes do futebol que contribuem com a construção antropológica, o esporte contemporâneo, embora seja considerado popular, teve sua origem a partir das elites inglesas e foi propagado no Brasil por marinheiros. Conforme aponta Becker (2011) o futebol necessitava de uma série de equipamentos e muitas regras para que fosse praticado, restringindo seu fazer aos que podiam comprar esses objetos e frequentar clubes sociais, mas, ao longo do tempo, os ingleses influenciaram os ferroviários, que teriam entusiasmado os construtores das ferrovias.

Só depois de algum tempo o futebol se direciona a negros e a pobres (RODRIGUES, 2003), que logo acabaram por ser proibidos de integrarem times no início dos anos 1900 (BECKER, 2011). Dessa forma, o que se vê nesta breve retomada sobre a exclusão racial e socioeconômica é que a partir do jogo é possível interpelar questões sociais e identitárias:

Os jogos são artes populares, relações coletivas e sociais às principais tendências e ações de qualquer cultura. Como as instituições, os jogos são extensões do homem social e do corpo político, como as tecnologias são extensões do organismo animal. (...) Como extensões da resposta popular às tensões do trabalho, os jogos são modelos fiéis de uma cultura. Incorporam tanto a ação como a reação de populações inteiras numa única imagem dinâmica (MCLUHAN, 2000, p. 264).

Ainda é possível extrair do autor uma discussão sobre o potencial de representação que os esportes têm, tanto social quanto individual. DaMatta (2006) corrobora nesse sentido, ao expor o alívio das pressões do trabalho e amplificação dos rituais por meio do culto ao simbólico. Os símbolos esportivos, assim como os religiosos, carregam uma série de conceitos que foram construídos ao longo do tempo, evolução do futebol no Brasil. Contudo, é preciso reforçar que ao longo do tempo o esporte ganhou autonomia e idiosincrasias capazes de produzir ruptura com os jogos predecessores de bola. Como já antecipa Bourdieu (1983), o esporte moderno é a constituição de um campo com agentes e instituições com regras próprias, que definem um modo de operar em si mesma, uma estrutura possível a partir dos limites previamente constituídos, que não mais operam a partir do viés popular dos jogos tradicionais e seus rituais ligados a outras práticas sociais, mas que pelas escolas de elites tornam-se contemplação

da atividade física, um perímetro específico, com um calendário próprio. Nesse sentido, as influências midiáticas comentadas posteriormente, acrescentam mais uma camada para a autonomia do esporte em relação aos jogos tradicionais, modificando as condições vislumbradas pelo estruturalismo genético.

No que diz respeito às questões identitárias, segundo Damo (2001), torcer para um clube traz grandes noções de pertencimento e anonimato, já que é virtualmente possível que qualquer pessoa seja parte de um grupo, com os cantos e cores em comum, independente de credo, raça, idade, gênero ou posição econômica. Por outro lado, não apenas o sujeito é pertencente ao grupo, como este grupo está inserido em identificações mais amplas. Ao considerar a proposta de identidade cultural de Stuart Hall (2006) e o sujeito da modernidade tardia como definido historicamente, móvel, fragmentado e múltiplo, a dependência da identidade pela cultura fornece coesão à multiplicidade, por meio de um sistema simbólico, gerando representações influenciadoras dos indivíduos.

Cabe recordar, ainda sob a ótica da identidade cultural, a proposição de mestiçagem de Martín-Barbero (2008) e as propostas das culturas híbridas (CANCLINI, 2001, 2006). Mestiçagem e hibridação discutem a característica plural das sociedades latino-americanas, afastando-se da dualidade entre dominadores e dominados, mas ao envolver os múltiplos atores, a cultura popular, a cultura de massa e a indústria cultural em sinergia com as influências sociais que existem nas territorialidades periféricas. Contraditoriamente, é essa evidência da mistura constituinte que repercute as diferenças socioeconômicas. O consumo midiático, mas também o midiaticizado (TRINDADE e PEREZ, 2016), auxiliam no entendimento do posicionamento em sociedade. Dessa forma, tanto os estudos culturais ingleses quanto os latino-americanos nos auxiliam na jornada pelo futebol, em específico no chamado terceiro circuito por Canclini (2001), que são os ambientes digitais, onde há enfraquecimento da identidade nacional pela tecnologia e entretenimento monetizados globalmente. Como resume o autor “deve-se levar em conta a diversidade de repertórios artísticos e de meios de comunicação que contribuem na reelaboração das identidades. (...). A identidade é teatro e é política, é representação e ação” (CANCLINI, 2001, p. 172-176).

Em conjunto com o desenvolvimento do futebol no Brasil, se aponta também a midiaticização da cultura e da sociedade em transformações visíveis no cotidiano. Hjarvard (2012), sinaliza que a institucionalização da mídia e sua influência nas mudanças das demais instituições sociais como política, família e religião determinam a midiaticização.

A midiaticização surgiu como um novo quadro teórico para reconsiderar questões antigas, embora fundamentais sobre o papel e a influência da mídia na cultura e na sociedade. Em particular, o conceito de midiaticização revelou-se produtivo para a compreensão de como a mídia se difunde para, se confunde com e influencia outros campos ou instituições sociais (HJARVARD, 2012, p. 54).

Nesse sentido, não é apenas o acréscimo tecnológico dos meios e sua aplicação no futebol que se analisa aqui, ainda que a tecnicidade influencie as formas possíveis de interação, mas entender como o futebol tem sido pensado pela lógica da mídia. A independência da mídia e o crescimento do esporte como um espetáculo, um entretenimento de massas, configurou uma relação de complementaridade que alterou processos, mas, por outro lado, potencializou o alcance de audiências. A vigilância do VAR (*video assistant referee*), os patrocínios de marcas, as causas defendidas por jogadores e torcidas, as formas de interação dos diversos públicos de interesse e a necessidade de visibilidade evidenciam as mudanças a partir da lógica da mídia neste esporte.

O futebol na contemporaneidade é uma das poucas produções de entretenimento, que após o estabelecimento dos serviços de *Streaming* e *Video on Demand* (ver GRIWODZ et al., 1997) ainda é dependente de uma sincronidade, ou seja, da tangibilidade do momento em que o jogo acontece. Para a popularização do esporte não bastava acomodar os interessados em estádios, mas se desenvolver a partir das mídias, para ampliar as interações com os públicos (HJARVARD, 2012). Portanto, soma-se ao enfrentamento face a face, a interação digital expandida.

Essa mudança, que acrescenta o termo midiaticizado ao esporte (MONI et al., 2016; CHRISTOFOLETTI, 2017) também evoca uma nova lógica mercantil, que retoma o passado histórico do futebol das elites, da segregação socioeconômica, uma vez que as interfaces digitais ao mesmo tempo em que aumentam o alcance para além dos limites físicos do estádio, também podem segregar por meio de novas lógicas de consumo, como planos de assinatura ou altos preços de ingressos em ambientes de entretenimento. Assim, devem ser pensadas as segmentações de consumidores quanto ao acesso à informação e entretenimento, bem como as interações diferenciadas entre públicos assíduos e pontuais. O consumo midiaticizado configura novas perspectivas de interação, com participações cada vez mais ativas no relacionamento com as marcas, o que inclui os clubes de futebol. Concomitante ao retorno monetizado do esporte se mostra a possibilidade de produção do conteúdo, antes limitada aos veículos, em convergência com a eliminação de sacerdotes sociais no ambiente digital (HAN, 2014). A partir dessa análise entre futebol midiaticizado e identidade cultural é que se entende a possibilidade de dialogar com os autores dos estudos culturais e da cultura por meio do futebol no Brasil.

Futebol midiaticizado como matriz para o reconhecimento

Como Martín-Barbero (2008) antecipa, a comunicação é mais uma questão de reconhecimento do que de conhecimento. Além do reforço político-epistemológico, há nesse contexto o respeito à diversidade e ao outro, a oportunidade de compreensão da cultura popular nas suas mediações comunicacionais e, conseqüentemente, o reconhecimento de que o consumo, as apropriações, novos usos ou atribuições de funções não programadas podem falar da pluralidade e dos conflitos nos espaços latino-americanos. Assim, a Matriz Cultural se refere à presença do esporte e do futebol no cotidiano brasileiro; e Formato Industrial é o futebol midiaticizado e suas extensões de produtos (jogos televisionados, entretenimento em estádio, bens físicos, conteúdos em veículos de comunicação, entre outros), em que o consumo ocorre a partir das lógicas de produção dos times, institucionalizados por diversas marcas, que geram novos formatos industriais.

Em uma visão mais analítica sobre reconhecimento, no resgate da moral hegeliana e do pragmatismo de George Mead, há um contraponto com as teorias críticas anteriores no déficit sociológico da dualidade moral e de poder, que dificultaram aplicabilidades nos atuais contextos sociais. Nesse sentido, os estudos de Axel Honneth abordam uma estrutura voltada à empiria:

(...) interessam-lhe aqueles conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evolutivo superior (NOBRE, 2017, p. 18).

Honneth (2017) decompõe o reconhecimento em três dimensões: amor, entendido como as relações primárias entre sujeitos com proximidade afetiva (dedicação emotiva); direito, compreendido como a imputabilidade moral promovida juridicamente entre sujeitos (respeito cognitivo); e solidariedade, que abrange os valores do indivíduo em sociedade por suas capacidades e propriedades (estima social). Dessa forma, considera que os conflitos sociais possuem complexas lutas e não uma letargia promovida coercitivamente, interpeladas por diferentes dimensões de reconhecimento, mas que podem melhorar as condições de respeito e compreensão do outro e de si (Quadro 1). Nesse sentido, o desrespeito também está presente na proposta do autor.

O ambiente digital, em especial, é interface de conflitos de diferentes sujeitos em situações que cruzam as fronteiras de respeito. Em uma leitura do filósofo Byung-chun Han (2014), as tempestades de indignação, apesar de tratarem com furor sobre temas polêmicos de grupos sociais, não possuem a força necessária para gerir mudanças sobre essas conjecturas. Ao pensar o cenário atual da midiaticização e

seu amálgama aos modos de vida pós-moderno, há o transbordamento da interação humana com essa linguagem. Nesse direcionamento, Campanella (2019) propõe o termo reconhecimento midiático como uma nova forma de prestígio em que as lutas históricas de parcelas desprivilegiadas da população dão espaço à popularidade, muito mais individualizada, em plataformas de comunicação digital. O trabalho do autor, ainda que sem uma incursão empírica, reforça a importância da comunicação para o reconhecimento e compreende a possibilidade de coexistência do reconhecimento tradicional ao afirmar que “em alguns momentos, quando é possível observar certas práticas midiáticas de grupos ativistas ou minoritários, pode-se até mesmo afirmar que ambas as estruturas de reconhecimento se misturam” (CAMPANELLA, 2019, p. 2).

Quadro 1 – Estrutura das relações sociais de reconhecimento

Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidade e propriedade
Formas de reconhecimento	Observação, entrevista	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Autorrelação prática	Autoconfiança	Autorrespeito	Autoestima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	“Honra”, dignidade

Fonte: Honneth (2017, p. 211)

A hipótese levantada aqui é a de uma visão distinta dos autores citados, ainda que compartilhada em alguns aspectos de projeção do cotidiano. Dessa forma, sem desconsiderar a busca de reconhecimento midiático individualista e momentâneo, nem a ferocidade sem rosto dos ataques em rede, observa-se que institucionalidades frágeis surgem de novos corpos com potencialidades midiáticas, como as marcas. Nesse sentido, é que a análise do ambiente digital se torna relevante para compreender quem são os atores nesse processo e como ocorrem as interações. As celebridades e o futebol midiaticizado, neste caso, são vistos aqui também como produtos marcários. Agentes que geram alto envolvimento e se transformam em mídias, isto é, em dispositivos capazes de carregar, de transmitir sentidos outros a partir de uma cultura e, que na articulação com outros sujeitos constituem identidades. Portanto, não apenas grupos específicos e minoritários de ativismo medeiam as possibilidades de reconhecimento, como as marcas-mídia têm condições para fazê-lo.

A proposta de reconhecimento tem sido questionada nos cenários de múltiplas demandas sociais e diferenças de renda. A pesquisadora Nancy Fraser relata que a identidade de grupo suplanta o interesse de classe em uma sobreposição da cultura sobre a redistribuição socioeconômica (FRASER, 2001). Para ela, um reconhecimento efetivo só é possível ao aliar políticas culturais da diferença com políticas sociais de igualdade, em que remédios afirmativos e remédios transformativos possuem resultados distintos nessa tentativa. Aqui, o reconhecimento é considerado não como forma isolada para uma emancipação do

sujeito, mas como proposta válida para compreender um passo anterior importante para essa ocorrência, que é a circulação de temas e o contato entre sujeitos de diferentes posicionamentos. Isto é, há na teoria do reconhecimento de Axel Honneth potencialidades metodológicas para a Comunicação, a partir dos diversos textos colocados em circulação tanto no âmbito digital, quanto no analógico.

A materialidade da redistribuição dificulta a análise exclusiva pela Comunicação, pois não tem na discursividade sua projeção suficientemente derivada, o que não neutraliza as possibilidades de avaliação de características afirmativas e transformativas para o reconhecimento e identidade. Os casos de Yony González no jogo Grêmio x Fluminense (racismo) no dia 05 de maio de 2019, a partida interrompida temporariamente por gritos da torcida (homofobia) no jogo Vasco x São Paulo no dia 25 de agosto de 2019 e a desigualdade de gênero a partir dos jogos da Copa do Mundo de Futebol Feminino são exemplos da circulação colocada em prática e que podem articular reconhecimentos.

A identidade cultural nesse sentido é entendida apenas por uma parte de toda a potencialidade nacional, que é o futebol e sua presença nas diferentes regiões do país. Nesse sentido, ao promover discussões sobre grupos e questões que interpelam sujeitos, a identidade como metamorfose (CIAMPA, 1984) se faz presente no sentido de explorar um eu representado, um eu idealizado e um eu fixo no tempo. Além disso, a dimensão pública, por meio da regulamentação, pode acionar reações institucionais e individuais. Como exemplos temos o novo Código Disciplinar da FIFA, que permite encerrar um jogo em caso de racismo e a recomendação do Superior Tribunal de Justiça Desportiva para o registro em súmula pelas comissões de arbitragem nos casos de homofobia e transfobia (TIMES, 2019).

Metodologia

Foi desenvolvida uma pesquisa exploratória com estudo de casos múltiplos, que segundo Yin (2001) tem a potencialidade de delinear objetos futuros e suas estratégias de análise ao compreender fenômenos sociais complexos, incluindo os relacionados aos sujeitos. O sentido é expor a potencialidade de análise desses casos, ainda em uma perspectiva inicial de construção metodológica. Isto é, apenas propor um percurso metodológico possível.

A seleção do corpus ocorreu por casos que representassem diferentes demandas identitárias. Optou-se pelo site de rede social Twitter para a coleta de dados por ser um ambiente de discussão ativa em contato com diferentes agentes (YANG, 2016), além das possibilidades ampliadas de coleta e da liberdade de conteúdo aos usuários (MORSTATTER et al., 2013). A relação da rede social com o esporte para articular outras discussões já é destacada por D'Andrea (2016), mesmo que em percurso metodológico diferente ao utilizar análise de redes, mas também no sentido de valorizar a relação entre atores, que aqui ocorre por uma abordagem qualitativa. Para realizar a coleta e a análise dos dados foi utilizado o *software* ATLAS.ti 8™, na seguinte sequência: definição das cadeias de busca e coleta, análise descritiva, excertos das interações entre usuários, análise de conteúdo e do discurso desses excertos. A busca é limitada ao período de uma semana pelo site de rede social e o direcionamento ocorreu para três casos de desrespeito: racismo, homofobia e machismo.

As cadeias de busca utilizadas foram “futebol racismo (racista OR macaco OR negro OR preto OR preconceito OR jogo OR torcida OR grito OR #vidasnegrasimportam)” para o caso de racismo; “futebol homofobia (homofóbico OR veado OR viado OR gay OR bicha OR lgbt OR preconceito OR homossexual OR jogo OR torcida OR grito OR #gaynoesporte)” para o caso de homofobia; e “futebol machismo (machista OR igualdade OR feminino OR mulher OR genero OR preconceito OR jogo OR torcida OR grito OR #torcacomoumagarota OR #equalplay)” para o caso de machismo. Portanto, utilizam-se os operadores booleanos “E” e “OU” em conjunto, com extração realizada no dia 26 de outubro de 2019. Essas palavras-chave foram validadas com especialistas, mestres ou doutores na área de Comunicação, que direcionam seus estudos para diversidade racial, de gênero e de orientação sexual, que fizeram indicações de

marcações e outras possibilidades de palavras-chave lidas como positivas ou negativas. Conforme aponta Bauer (2015), a potencialidade da análise de conteúdo (AC) figura na predominância do texto escrito, em uma perspectiva histórico-cultural, com a transparência de procedimentos que auxiliam na replicação de pesquisas. A AC ocorreu tanto por categorias definidas anteriormente pela literatura – abordagem dedutiva-objetiva (modos de reconhecimento e desrespeito; remédios afirmativos ou transformativos; mestiçagem e hibridação), quanto por categorias definidas posteriormente com base nos dados – abordagem indutiva-construtiva (LINCOLN e GUBA, 1985).

A análise do discurso (AD), por sua vez, permite-nos expandir nosso olhar para o interdiscurso, uma vez que “toda formação discursiva é associada a uma memória discursiva, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações.” (MAINGUENEAU, 1989, p. 115). É no interdiscurso que compreendemos as manifestações dos indivíduos/sujeitos nos casos de racismo, homofobia e machismo que compõem o *corpus* de análise.

Resultados e discussão

Todos os casos (racismo, homofobia e machismo) tiveram a solicitação de 250 *tweets*, contudo, apenas os dados de racismo atingiram essa saturação; homofobia e machismo tiveram 55 e 129 retornos respectivamente. A Tabela 1 resume os dados descritivos da pesquisa e expõe majoritariamente as mensagens de outras fontes (*retweet*). Dessa forma, a circulação sobre o racismo aliado ao futebol está mais presente no âmbito digital neste circuito, do que homofobia e machismo. Este, no entanto, contou com maior quantidade de mensagens de diferentes perfis e, juntamente com o caso de racismo, possuem mais capilaridade do que homofobia, que foi restrito a poucos perfis e interações sobre as mesmas mensagens.

A análise dos perfis de maior *retweet* apresenta alta circulação proveniente de veículo de comunicação (@Globoesportecom), clube (@SantosFC) e confederação brasileira (@CBF_Futebol), mas também de iniciativas de torcedores de dois times distintos: Vasco e Grêmio. O @CRVG_SemAssedio é um grupo de torcedoras vascaínas que se descrevem no perfil como “movimento independente contra o assédio nas arquibancadas” e o @Tribuna77_GFBPA reúne torcedores no formato de produto midiático de contracultura descrito como “fanzine digital para difusão de conteúdo da 77, grupo de Gremistas que se reúne na tribuna superior norte da Arena”. Nesse sentido, as iniciativas midiaticizadas que dão voz aos sujeitos, sem a mediação institucional, e que afetam o cotidiano desses consumidores são observadas na organização dos torcedores sobre o tema, o que se aproxima da discussão do ambiente digital realizada por Han (2014). O mesmo foi discutido por Teixeira Filho e Azevedo Junior (2020) na midiaticização da religião, o que pode gerar futuras pesquisas sobre as aproximações de outras manifestações culturais com o futebol (DAMATTA, 2006; HARO, 2009), como é o caso dos rituais simbólicos do carnaval e da religião brasileira de influência africana.

Nota-se que, diferentemente do exposto por Han (2014), há uma atividade que ultrapassa o digital e que se consolida na sua materialidade por meio de encontros e práticas efetivas em ambiente analógico. Enquanto os perfis institucionais estão direcionados para o tema racial e sua violação de reconhecimento pelo racismo, os perfis da sociedade civil se organizam em torno do machismo no caso das torcedoras vascaínas; e da diversidade que abarca tanto a questão racial, quanto a homofobia e o machismo no caso dos torcedores gremistas. Ambos os times com casos recentes já citados envolvendo as lutas por reconhecimento.

Tabela 1 – Dados descritivos do estudo de casos

Casos	Tweets	Retweets	Percentual
Racismo	250	141	56,4%
Homofobia	55	35	63,6%
Machismo	129	61	47,3%
Total	434	237	54,6%
Principais Perfis Institucionais (Retweets)			Magnitude
@CRVGSemAssedio			31
@Tribuna77_GFBPA			30
@Globoesportecom			30
@ObRacialFutebol			29
@CBF_Futebol			19
@SantosFC			15
Principais Marcações			Magnitude
#AmaOGremioCombateORacismo			31
#Racismo			6
#Futebol			5

Fonte: Produzido pelos autores

Outro destaque é a recorrência de um perfil pessoal de usuário, que não foi exposto na tabela para preservar o anonimato, mas que possui capacidade para articular repetições de mensagem, superior à @CBF_Futebol. Este perfil tem cunho jornalístico e integra em uma só mensagem os três casos abordados aqui, por meio da divulgação de uma matéria.

Os quatro perfis institucionais foram analisados para entender a característica das circulações. No caso do @Globoesportecom a entrevista em que Roger Machado fala sobre racismo e sua análise por Humberto Person, ampliando a discussão para preconceitos e misoginia, são o foco. O @ObRacialFutebol destaca o caso de racismo com Néelson Semedo do Barcelona e questiona a normalização do preconceito, utilizando em suas mensagens a marcação #chegadepreconceito.

Tanto a @CBF_Futebol, quanto o @SantosFC, são focos de torcedores deste e de outros times sobre o caso de racismo da torcida contra o jogador Fábio Gonçalves do Ceará, gerando uma nota do clube paulista convidando os torcedores preconceituosos a não torcer pelo time. Portanto, o que se observa na circulação institucional é o direcionamento ao racismo a partir de diferentes casos, em sua maioria cometidos pelas torcidas, mas também a evidência de porta-vozes envolvidos em experiências sobre o tema.

As palavras mais recorrentes evidenciam novamente o racismo como maior circulação entre os três temas e retomam o time sul-rio-grandense. Nesse caso, a marcação com maior magnitude é iniciada pelo @Tribuna77_GFBPA e destaca uma entrevista com Roger Machado, um dos únicos técnicos negros do Campeonato Brasileiro. Ao lado da marcação, o símbolo da mão fechada seguida de BW é colocado. A marcação relaciona o amor ao time com o combate ao racismo e traz nos formatos das mensagens as

formas narrativas, reforçando o estudo de Yang (2016), que evidenciou no ativismo digital a recorrência desse tipo de sintaxe.

Ao analisar cada um dos três casos separadamente, a homofobia apresenta em seu conjunto de palavras a retomada de questões sobre machismo e racismo, sem a presença de marcações e com o jornalista mencionado anteriormente como porta-voz e, em menor magnitude o empresário Felipe Neto, além da aparição do Flamengo e Fluminense em sua rede de palavras e da divulgação de um livro sobre homofobia no futebol. Para o machismo, diversos perfis pessoais são mencionados, sem especificações de times, assim como o programa Profissão Repórter, da Rede Globo, que exibiu registros sobre as dificuldades das jogadoras no país. Já no caso de racismo há menção do Globo Esporte, perfil novamente ligado à Rede Globo, e maior recorrência dos times, como Barcelona, Ceará, Grêmio e Fluminense, a palavra naturalização também é repetida. Tanto para homofobia, quanto para machismo verifica-se uma dicotomia entre termos como estrutural e enraizado, com o termo modinha.

A repetição de palavras parece preceder além das lutas por reconhecimento as questões históricas levantadas por Nancy Fraser (2001), não com a recorrência de termos econômicos, mas na visão de manutenção ou ruptura dos cenários de desigualdade. Verifica-se também que os sujeitos falam por meio de seus grupos, identificados em seus times, em suas marcas, mesmo nas iniciativas independentes.

Após a análise descritiva, buscou-se a interpretação por meio das mensagens que mencionavam algum perfil pessoal, explorando o contato entre pessoas no sentido de recuperação do reconhecimento ou sua violação. A menção de perfis institucionais, mesmo que de iniciativa popular, não foram consideradas nesta etapa para se ter o panorama das mediações entre sujeitos. A Tabela 2 expõe esses resultados, que totalizam vinte e nove mensagens. Em todos os casos, temos tanto proposições no sentido do reconhecimento quanto de sua violação.

A categorização pré-definida explora três eixos da literatura: as lutas por meio dos reconhecimentos ou suas violações no direito e na solidariedade (respeito cognitivo/privação de direito ou exclusão e estima social/degradação ou ofensa); os remédios afirmativos ou transformativos; e a mestiçagem ou hibridação. Mas ainda assim, foram codificadas e categorizadas cada uma das mensagens para ecoar manifestações presentes empiricamente.

A categoria de maior magnitude é a violação de reconhecimento social exposta por Honneth (2017) como Degradação ou Ofensa, o que evidencia o insulto entre as mensagens trocadas, mas também um sentimento de resposta reativo às violações percebidas, muitas vezes seguida por generalização, como será evidenciado nas discussões dos casos. A segunda categoria é a Retomada Histórica, que emerge dos dados e coloca em circulação exemplos da violação percebida, assim como expressões que retomam a importância histórica do tema no país. Por fim, a categoria também empírica, com a terceira incidência é a Menção de Times, que não obteve repetição expressiva no caso de machismo; também seguidamente acompanhada por generalizações, mas que reforçam a identificação com o grupo e diferenciação do outro por meio dos times (DAMO, 2001; HALL, 2006). Exemplos desses casos e da categorização das mensagens podem ser vistos na Captura de tela 1.

Tabela 2 – Categorias recorrentes nas mensagens com menção

Futebol e Racismo	8 mensagens
Categorias	Magnitude
Time	6
Retomada Histórica	6
Generalização	5

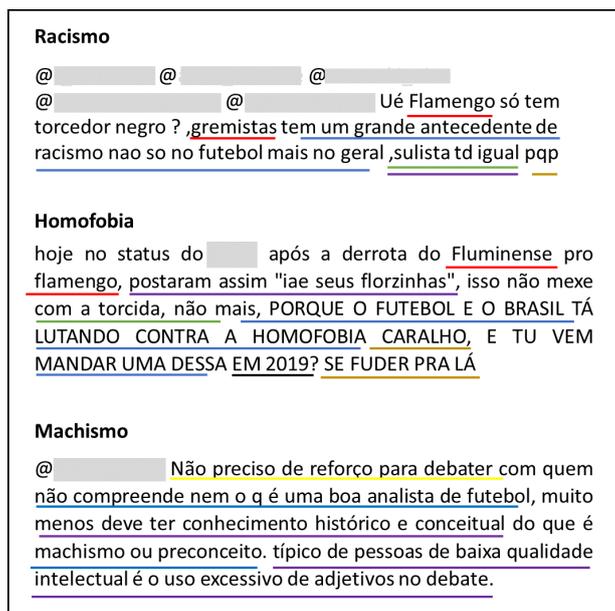
Degradação ou ofensa	5
Futebol e Homofobia	6 mensagens
Categorias	Magnitude
Degradação ou ofensa	5
Retomada Histórica	3
Time	3
Futebol e Machismo	15 mensagens
Categorias	Magnitude
Degradação ou ofensa	6
Característica Estrutural	5
Retomada Histórica	5
Remédio afirmativo	3
Naturalização	3
Deboche e Ironia	3

Fonte: elaborado pelos autores

No caso de racismo, emergem os times citados (Grêmio e Flamengo), degradação ou ofensa com diversos xingamentos e retomada de fatos recentes ou históricos com a preocupação de embasar os argumentos. Também é recorrente a generalização seja de times (grupos sociais de representação – principalmente o Grêmio) ou de locais (sul do Brasil) como representantes de racismo. Dessa forma, há nos conflitos digitais a menção de pessoas específicas concomitantemente à generalização dos comportamentos de violação, traçando conflitos não apenas de preconceito racial, como do tensionamento de diferentes regiões do país. Outra característica específica do caso é a categoria de Retomada Histórica, marcando o preconceito como uma característica nacional. Em conjunto com a categoria de Característica Estrutural evidencia a permanência das políticas culturais de diferença pontuada por Fraser (2001).

No que tange à homofobia, as duas categorias gerais são concentradas neste caso, no entanto, é retomada a palavra Brasil com a conotação de percepção nacional da causa, um marcador para identificar que se trata de demandas brasileiras, como exposto na expressão “porque o futebol e o Brasil tá lutando contra a homofobia caralho”, redigida em caixa alta na versão original na interação com outra pessoa mencionada pelo caso. Na mesma mensagem há a referência do anacronismo em pensar a desigualdade por meio da orientação sexual nos dias de hoje. A própria expressão também menciona a tentativa de remédio afirmativo ao se lutar contra a homofobia. Ainda surgem em menor quantidade a citação de “lei de homofobia”, com correspondência rara à mestiçagem de Martín-Barbero, alegando que isso retoma a elitização do esporte, questão discutida por Moni et al. (2016) pelo escopo de monetização e normatização de comportamento nos estádios, mas que cabe ressaltar a percepção de torcedores de aspectos culturais, mesmo que preconceituosos, como elitizantes, no sentido em que as violações de reconhecimento são permitidas na dicotomia da cultura popular. Soma-se a essa visão a expressão “mimimi” para fazer referência às críticas de gritos de “viado” aos jogadores.

Captura de tela 1 – Exemplos das principais categorias nos casos analisados



Fonte: Produzido pelos autores com base nos dados do Twitter

O caso com maior incidência de menções de outros perfis pessoais foi o machismo. Verifica-se maior categorização que os casos anteriores, reforçando a Característica Estrutural em conjunto com Retomada Histórica, principalmente mencionando acontecimentos que exemplificam o machismo, seguidas de expressões de naturalização. Isto é, uma vez que o machismo é estrutural, as mensagens retomam que, por isso, as violações de reconhecimento são naturalizadas, em alguns casos pelas próprias vítimas. Exposição de comparação entre gêneros, assim como a identificação de gênero seguido de marcador de juventude, como “moça” e “garota” são verificados. Porém, há no machismo maior incidência na tentativa de expor soluções aos problemas, majoritariamente por remédios afirmativos, seguidos de mensagem com a reafirmação de estima social, ou seja, reforçando competências das mulheres em sociedade. Também apareceu o questionamento da efetividade da lei de vagão exclusivo feminino. A palavra “Brasil” é mencionada no sentido de caracterizar o machismo como marcador cultural e “nordestino” é exaltado no sentido de ter diversidade até no comentarista de uma partida de futebol feminino. Alguns xingamentos são colocados em contestação como “macho” e “vadia”, sendo que os perfis lidos como masculinos utilizam mais xingamentos nas expressões. Neste caso, expressões que indicam deboche, como risadas e ironias estão presentes na defesa contra as violações de reconhecimento.

A análise de conteúdo expõe ainda algumas lacunas em triangulação com a literatura. Nesse sentido, as soluções afirmativas ou transformativas têm baixa aparição na pauta, com exceção do caso de machismo. Da mesma forma em que expressões que marquem políticas sociais da igualdade não figuraram nas expressões comunicativas digitais, nesses casos. mestiçagem é recordada ainda de forma incipiente, mas há na identificação de clubes a conotação entre populares e não populares, assim como nas medidas regulamentares que discutem as influências de ações públicas. Híbridação é igualmente diminuída no sentido de percepção de convivências globais e locais, com exceção do caso de racismo no Barcelona, ao ser comparado com os casos nacionais. O questionamento entre culturas distintas ocorre no sentido de tensionar as diferenças brasileiras em suas várias regiões e também na identificação do que a cultura brasileira mantém como seus elementos estruturados.

Hjarvard (2012) aponta que a mídia, uma vez na condição indissociável da cultura e da sociedade,

age como um catalisador das reações entre as esferas, como família, trabalho, religião e política. Com base nisso torna-se possível assumir que as novas interfaces mediadoras das relações, as redes sociais, acabam por catalisar os enfrentamentos humanos, ampliando a circulação das diferenças geográficas, culturais e educacionais.

As mediações comunicacionais na circulação do futebol midiático revelam, ainda, as construções dos sujeitos nos múltiplos discursos que os constituem. Explorando os exemplos apresentados na Captura de tela 1 a partir da análise do discurso, podemos verificar de que maneira o interdiscurso se manifesta nas formulações discursivas em torno das questões de racismo, homofobia e machismo e, ainda, como as próprias determinações da mídia social Twitter interferem nestas formulações.

No exemplo selecionado para a categoria racismo, já no início do texto, a escolha da expressão “ué” evidencia a presença do outro, para além da marcação dos demais usuários presentes no debate. A escolha da interjeição quer evidenciar espanto e sobretudo irritação, posicionando o enunciador como alguém disposto a levar a discussão adiante. Em seguida, o recurso à generalização, conforme já evidenciado na análise de conteúdo, manifesta a existência de um senso comum que é evocado como argumento. Podemos reconhecer nas próprias limitações da plataforma (atualmente o Twitter permite o uso de 280 caracteres por postagem) uma espécie de dispositivo discursivo que, de certo modo, estimula o recurso às generalizações ao desestimular o aprofundamento de argumentos.

A esse respeito, Hjarvard (2014) retoma Gibson e caracteriza *affordances* como elementos concretos de um meio que podem se tornar potencialidades (ou limitações) em seus usos. Tal limitação pode ser compreendida como constitutiva das próprias formulações discursivas que se materializam em *tweets*. No caso analisado, a identidade cultural constitui-se no interdiscurso das generalizações ironicamente usadas como argumento contra o preconceito racial, da questão racial como arena de debate na atualidade e das próprias *affordances* da plataforma de mídia social enquanto mediação do formato industrial.

Quanto ao exemplo selecionado para ilustrar as postagens no campo da homofobia, a escolha pela transcrição de uma postagem entre aspas (intertextualidade), seguida do recurso da caixa alta no texto para indicar o reforço do argumento usado contra essa citação, demarca a importância do debate acerca do tema de forma ampla nas redes. A insistência em mencionar o ano em que está acontecendo a discussão evidencia o lugar das discussões sobre homofobia como sendo o da contemporaneidade. A formação da identidade se dá no reconhecimento do ser / estar em um ideal discursivo de mundo contemporâneo, em que não caberiam mais certos preconceitos como a homofobia.

Aqui, o combate à homofobia se forma na interdiscursividade de um mundo atual, em contraponto a um passado obsoleto, aspecto este que não foi verificado nas discussões em torno do racismo, por exemplo. Constitui-se, assim, uma identidade alinhada às questões contemporâneas de gênero e orientação sexual, distanciando-se de um mundo antiquado.

O exemplo que ilustra as discussões sobre o machismo, por sua vez, evidencia um sujeito que se afirma no esforço de inferiorização do outro, manifestado na escolha lexical reveladora de um esforço intelectual, destacando-se do padrão coloquial típico de uma rede que limita as postagens a 280 caracteres. Expressões como “conhecimento histórico e conceitual” e “uso excessivo de adjetivos no debate” distanciam-se das formulações discursivas corriqueiras em discussões sobre futebol. Busca-se constituir nesse caso um espaço de debate em que o outro não tem legitimidade discursiva, afastando-se do próprio território discursivo comum do futebol. Trata-se de um recurso tipicamente reativo, evocado justamente quando se é uma minoria discursiva, para assegurar um lugar no debate em que seja possível fazer-se ouvir, buscando também o reconhecimento nesse outro lugar discursivo. Também aqui, o futebol midiático e suas dinâmicas na interdiscursividade do campo das questões de gênero se torna um lugar de construção de identidades de sujeitos para muito além do esporte.

Considerações finais

Com o objetivo de explorar a constituição da identidade cultural pautada pelo futebol brasileiro midiaticizado e a luta por reconhecimento dos sujeitos nesse contexto, verifica-se que há nas expressões comunicativas digitais potencialidades discursivas tanto para a avaliação do reconhecimento, quanto das relações sociais mais amplas, caracterizadas como traços da cultura do país. Nesse sentido, o futebol – nos casos analisados – foi evidenciado como dispositivo de carregamento de sentidos, em especial na sua interface institucional marcária. Dessa forma é que se propõe a sua qualificação como mídia, capaz de ampliar circulações e representações simbólicas. Do ponto de vista das alterações da midiaticização, além do ambiente digital em que as demandas sociais são discutidas. Verifica-se também a convivência entre porta-vozes institucionais, como veículos de comunicação, em conjunto com iniciativas populares de mobilização. Outra evidência é a amplificação da discussão entre ações e funções de esferas públicas e privadas que retomam a moral hegeliana em uma condição presente.

Diferentes categorias são percebidas em cada um dos casos, mas a recorrência de lutas por reconhecimento, principalmente de violações da socialidade (degradação e ofensa) e retomada histórica de casos que auxiliam na argumentação podem ser identificadas amplamente. No entanto, discussões para o tratamento dos problemas das demandas sociais são menos recorrentes. A redistribuição, como analisada na revisão de literatura, não apresentou potencialidades discursivas diretamente expressas; o que também pode ser considerado um dado no sentido de verificar outras formas de discussão socioeconômica.

No que se refere à metodologia, este artigo também traça possibilidades para a avaliação de objetos no sentido compartilhado entre mediações e midiaticização, em que interações entre sujeitos e estrutura são pensadas de forma dinâmica. Devido à volatilidade (rápidas mudanças) e quantidade dos dados digitais é que se propõe estudos longitudinais para acompanhar as transformações culturais. A complementaridade do percurso descritivo e interpretativo pode ser ampliada por meio de coleta por API (*Application Programming Interface*), processamento de linguagem natural e análise de sentimento, além da adição de entrevistas em profundidade.

A análise do discurso mostra-se um caminho favorável na complementaridade das análises de dados, indicando aberturas para a compreensão da formação das identidades nas mediações comunicacionais das mídias sociais e no interdiscurso do futebol midiaticizado, racismo, homofobia e machismo (também midiaticizados).

Como estudos futuros propõem-se a replicação da exploração em diferentes contextos, assim como as práticas realizadas por organizações e sujeitos. Nesse sentido, tanto iniciativas de grupos da sociedade civil, para pautar demandas identitárias, quanto a ação institucional das marcas, no direcionamento de vínculos com seus públicos, monitoramento de discursos sociais e sobre a marca, bem como estratégias ligadas a causas e valores podem atuar por meio da midiaticização do esporte. Como exemplo recente temos o envolvimento em torno de questões ambientais no nordeste brasileiro, com a contaminação das praias por óleo cru, que envolveu o Bahia Esporte Clube. Por fim, pelas características apontadas pela Ipsos (FUTEBOL, 2017), cabe avaliar se há diferenças ao centralizar as análises no público jovem.

Referências

BAUER, Martin W. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BECKER, Laércio. **Do Fundo do Baú**. Itapevi: Editora Campeões do Futebol, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. **Panorama Social da América Latina 2018**. Nações Unidas, 2019. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

CAMPANELLA, Bruno. Em busca do reconhecimento midiático: a utopia-realização do sujeito na sociedade midiaticizada. **E-compós**, v.22, n.1, p. 1-20, jan./mar. 2019.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Unesp, 2006.

CHRISTOFOLETTI, Danilo F. et al. **A midiaticização do futebol brasileiro: um estudo comparativo entre o museu do futebol e o memória globo**. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2017.

CIAMPA, Antonio C. Identidade. In: CODO, Wanderley; LANE, Sílvia T. M. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 58-75.

CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa: Edições Cotovia, 1958.

DAMATTA, Roberto. **A bola corre mais que os homens: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DAMO, Arlei S. Futebol e estética. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 82-91, jul. 2001.

D'ANDREA, Carlos F. B. de. Controvérsias midiaticizadas no Twitter durante transmissões televisivas ao vivo: a rede "exoesqueleto" na abertura da Copa 2014. **Revista Famecos**, v. 23, n. 2, p. ID21106, 2016.

FINANÇAS dos Clubes Brasileiros em 2019. **Sports Value**, São Paulo, maio 2020. Disponível em: <https://www.sportsvalue.com.br/wp-content/uploads/2020/05/SportsValue-Finan%C3%A7as-clubes-2019-maio-2020.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age. In: SEIDMAN, Steven; ALEXANDER, Jeffrey (Orgs.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, 2001. p. 285-293.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2019.

FUTEBOL: quem disse que é apenas um esporte?. **IPSOS**, São Paulo, 20 jul. 2017. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/futebol-quem-disse-que-e-apenas-um-esporte>. Acesso em: 20 set. 2019.

GASTALDO, Édison. Comunicação e esporte: explorando encruzilhadas, saltando cercas. In: **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 8, n. 21, p. 39-51, 2011.

TIMES Brasileiros Tentam Levar Ações Contra Racismo e Homofobia para Arquibancadas. **Observatório da Discriminação Racial no Futebol**, 05 set. 2019. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/times-brasileiros-tentam-levar-acoes-contra-racismo-e-homofobia-para-arquibancadas/>. Acesso em: 20 set. 2019.

GRIWODZ, Carsten; BAR, Michael; WOLF, Lars C. Long-term movie popularity models in video-on-demand systems. **Proceedings of fifth ACM Multimedia**, Seattle, nov. 1997.

HAN, Byung-chul. **En el Enjambre**. Barcelona: Herder Editorial, 2014.

HELAL, Ronaldo. Futebol e Comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 8, n. 21, p. 11-37, 2011.

HJARVARD, Stig. Mediatization: Theorising the Media as Agents of Social and Cultural Change. **Matrizes**, v. 5, n. 2, p. 53-91, 13 jun. 2012.

HJARVARD, Stig. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.

HARO, Guilherme Krummenauer. **Futebol e valores religiosos**: Uma revisão de literatura. Monografia – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.35. 2009.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

LINCOLN, Yvonna; GUBA, Egon. **Naturalistic Inquiry**. London: Sage Publishing, 1985.

LOPES, Ricardo. **O Scouting em Futebol**: Importância atribuída pelos treinadores à forma e ao conteúdo da observação ao adversário. Monografia - Faculdade De Desporto Da Universidade Do Porto, Universidade Do Porto. Porto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

MONI, Gabriel; CIACCO, Marcos V. D.; VIEIRA, Rodrigo B.; SILVA, Mateus Y. E.; CHIARELLI, Vinicius D.; PÁDUA, Lívia B. A Midiatização do Futebol: Um Estudo de Caso Sobre o Uso do Facebook pelo Palmeiras no Match Day **Anais do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, Centro Universitário N. Sra. do Patrocínio, 17 a 19 de junho de 2016.

MORSTATTER, Fred; PFEFFER, Jurger; LIU, Huan; CARLEY, Kathleen M. Is the Sample Good Enough? Comparing Data from Twitter’s Streaming API with Twitter’s Firehose. **Proceedings of the 7th International AAAI Conference on Weblogs and Social Media**, MIT, 8 a 11 de julho de 2013.

NOBRE, Marcos. Apresentação. In: HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

OLIVEIRA, Alex Fernandes de. Origem do futebol na Inglaterra no Brasil. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 4, n. 13, p. 170-174, 2012.

RODRIGUES, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SATUF, Ivan. As telas ubíquas e a midiatização do torcedor de futebol. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 2, p. 328-340, 2014.

TEIXEIRA FILHO, Clóvis; AZEVEDO JUNIOR, Aryovaldo. Midiatização da Umbanda: uma análise sobre a religião nos conteúdos audiovisuais mais consumidos digitalmente. **Comunicação & Sociedade**, v. 42, n. 1, p. 163-191, 2020.

TRINDADE, Eneus B. F.; PEREZ, Maria C. R.; Para Pensar as Dimensões do Consumo Midiatizado: teoria, metodologia e aspectos empíricos. **Contemporânea**, v. 14, n. 3, p. 385-397, set./dez. 2016.

YANG, G. Narrative agency in hashtag activism: The case of #BlackLivesMatter. **Media and Communication**, v. 4, n. 4, p. 13-17, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso – planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Edição v. 40
número 1 / 2021

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 40 (1)
jan/2021-abr/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

Todos pedem ao presidente

Everyone asks the president

JUREMIR MACHADO DA SILVA

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: juremir@pucrs.br. ORCID: 0000-0001-8105-5596

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Juremir Machado da. *Contracampo*, Niterói, v. 40, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021.

Submissão em: 20/01/2021. Revisor A: 18/02/2021; Revisor B: 11/03/2021. Revisor A: 12/03/2021; Revisor B: 12/03/2021. Aceite em: 15/03/2021.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.48227>

Resumo

Este artigo aborda a comunicação entre o presidente brasileiro João Goulart (1961-1964) e as pessoas que lhe enviavam correspondências, de ex-presidentes da República a anônimos. Todos pediam ao chefe da Nação? O que pediam? Que respostas recebiam? O material examinado foi guardado durante décadas por Wamba Guimarães, um assessor de gabinete do presidente da República deposto pelo golpe de 1964.

Palavras-chave

Brasil; Governo João Goulart; Comunicação política.

Abstract

This article addresses the communication between the Brazilian president João Goulart (1961-1964) and the people who sent him correspondence, from ex-presidents of the Republic to anonymous. Did everyone ask the head of the nation? What did they ask for? What responses did they receive? The material examined here was kept for decades by Wamba Guimarães, an aide to the President of the Republic deposed by the 1964 coup.

Keywords

Brazil; João Goulart government; Political communication.

O guardião

A presidência do gaúcho João Goulart (1961-1964) foi um período político e social de grande conturbação e polarização ideológica. Eleito vice-presidente da República, Jango, como era chamado por todos, foi alçado à chefia da Nação com a súbita renúncia de Jânio Quadros, menos de sete meses depois da posse do eleito, em 25 de agosto de 1961. Apesar de ter, constitucionalmente, o direito de assumir na vacância do titular, Goulart enfrentou uma tentativa de golpe articulada por ministros militares, que o vetaram sob a suspeita de ser comunista e representar perigo de desestabilização do país. João Goulart estava em viagem, com políticos e empresários, à China no momento da desistência de Jânio. Esse aspecto anódino foi tomado como agravante. A posse de Jango, em 7 de setembro de 1961, foi garantida pela resistência comandada por seu cunhado, governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que montou o que seria conhecido como Rede da Legalidade, uma cadeia de emissoras de rádio, com a Guaíba, de Porto Alegre, na cabeça, instalada nos porões do Palácio Piratini, a sede dos governos gaúchos. A democracia venceu com o apoio da imprensa e mobilização popular.

Admitido no poder, João Goulart montou o seu governo prestando minuciosa atenção às indicações para todos os escalões. Chamou para assessor de gabinete um velho conhecido de quando ainda vivia na sua cidade natal, São Borja: o uruguaianense Wamba Guimarães, de longa carreira no serviço público. Para se ter uma ideia dessa carreira de servidor, alguns exemplos dessa caminhada: em 9 de agosto de 1954, Wamba foi nomeado por Getúlio Vargas para “exercer, interinamente, o cargo da classe E da carreira de Guarda-Livros do quadro permanente do Ministério da Fazenda”. Essa informação consta num dos papéis (917 itens) guardados pelo próprio Wamba até a sua morte, em Arujá, no estado de São Paulo, em 2003. Praticamente todos os outros documentos protegidos zelosamente por ele ao longo da vida em duas malas de viagem são correspondências enviadas ao presidente João Goulart ou minutas de cartas e discursos a serem feitos por Jango, além de informes sigilosos, relatórios, bilhetes, cartões de congratulações de chefes de Estado, telegramas e anotações esparsas.

A função de Wamba era cuidar da correspondência de Jango. Cabia-lhe organizar o fluxo: entrada, registro, encaminhamento para leitura e despacho do presidente e envio das respostas. Antes de chegar a essa função, em 15 anos de atividades, Wamba Guimarães só fez subir na sua carreira de assessor meticoloso. Em 29 de outubro de 1946, o interventor federal no Rio Grande do Sul nomeou-o para o estágio probatório no cargo de oficial administrativo do Tesouro do Estado, “visto ter sido aprovado em concurso”. Em 20 de março de 1947, foi transferido para o Tribunal de Contas do Estado (TCE) ainda como oficial administrativo. Bacharel em Ciências Econômicas, em 1949 foi promovido nos quadros do TCE. Em 1950, foi autorizado a assinar “certificados de empenho”, pelo presidente do TCE, com a expressão “pelo diretor”. A burocracia era o seu chão, a sua especialidade, o seu elevador social.

Em 18 de maio de 1951, classificado como contador e economista, Wamba Guimarães foi designado pelo presidente em exercício do TCE, o prestigiado intelectual Moysés Vellinho, para integrar uma comissão de inquérito “instaurada para apurar a responsabilidade do Delegado de Polícia, Bacharel Rodolfo Pierri, quando titular da Diretoria Geral de Trânsito”. Em 24 de agosto de 1951, cedido pelo Tribunal de Contas do Estado, foi nomeado assessor contábil da direção do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). Em 27 de outubro de 1952, passou a assessor administrativo da direção do DNER. Uma flecha que ascendia pela dedicação.

Ao ser empurrado para fora do poder, João Goulart pediu a Guimarães que protegesse a correspondência da qual o assessor se ocupava metodicamente. O oficial de gabinete assumiu a missão como um cão de guarda e caiu na clandestinidade com o seu tesouro. Cuidou dele até o último dia da sua vida. O neto, Ricardo Guimarães, decidiu vender o material para montar um quarto-enfermaria

apto a atender às necessidades da avó, a esposa de Wamba.¹ Burocrata eficiente, guardião fiel, Wamba Guimarães acompanhou o governo de Jango dos bastidores. Viu a derrocada chegar. Nos documentos que guardou se pode encontrar o itinerário de uma queda anunciada.

No jogo de narrativas estabelecido, cada lance descortina uma possibilidade. Pode ser muito instrutivo cruzar olhares e observar os reflexos interpretativos. O historiador norte-americano Thomas Skidmore (1975) veria o fim, em 1964, como um começo, a ruptura com uma visão de mundo capaz de abrir novos horizontes:

A derrubada de João Goulart provou que os processos constitucionais habituais tinham falhado no Brasil. Não era a primeira vez que o Exército intervinha para fazer cessar a luta entre os políticos. O precedente óbvio era 1954, mas 1964 era profundamente diferente por diversas razões. Pela primeira vez o Exército estava unido numa posição ideológica contra o populismo. Essa posição foi pela primeira vez manifesta em fevereiro de 1954 quando o 'memorando dos coronéis' tinha sido uma solicitação velada da demissão de Goulart da pasta do trabalho. Esse antipopulismo transformou-se, porém, no subsequente ultimato dos generais que acarretou o suicídio de Vargas (SKIDMORE, 1975, p. 367).

Numa leitura irônica, que também a análise acadêmica pode recorrer a dispositivos heterodoxos como forma de provocar o desvelamento, caberia um comentário de tom coloquial: é o que dá ter a história nacional contada pelo vencedor estrangeiro! Um olhar, porém, relativiza o outro. O brasileiro Jorge Ferreira (2011), historiador e biógrafo de Jango, viu parte desse outro lado encoberto:

O secretário de Justiça norte-americano, Robert Kennedy, já era conhecido no Brasil por suas declarações insultuosas contra Goulart e Brizola. Além de qualificar o primeiro como chefe de um governo 'desastroso', acusou ambos de enriquecerem no exercício do poder. John Kennedy, por diversas vezes, passou a se referir de maneira muito negativa ao Brasil, ressaltando a inflação descontrolada, o descalabro econômico-financeiro, a pobreza no Nordeste do país, o perigo de 'soluções totalitárias', entre outros comentários depreciativos (FERREIRA, 2011, p. 318).

Se analistas divergem a partir de matrizes de interpretação diversas, resta ver os escombros da história. O que o conteúdo das malas de Wamba Guimarães conta sobre esse passado que ainda exige iluminação? O que as correspondências trocadas com Jango comunicam sobre o presidente, sobre o seu governo, aqueles que lhe escrevem, o país, o contexto histórico, as relações internacionais, a imprensa, o funcionamento do poder, as expectativas sociais, as interpretações sobre o período e o golpe que viria?

A correspondência

As malas de Wamba tornaram-se um arquivo importante. As correspondências ganharam status de documentos históricos. O passar dos anos converteu papéis rotineiros em portas para a compreensão do passado. Como João Goulart se comunicava com seus correspondentes? O que, de fato, guarda e revela o tesouro de Wamba Guimarães? O guardião, quando ainda era apenas um assessor zeloso, viu a ditadura ser projetada e construída. Depois, já no anonimato, acompanhou o endurecimento do regime, os seus desmandos, o terror, a tortura, o sofrimento de Jango no exílio. Por fim, a morte do presidente deposto, a agonia do sistema, a anistia para todos como forma de proteger militares e torturadores de julgamentos e condenações necessários.

1 O material foi adquirido pela Federação Unimed-RS, com a minha intermediação, graças ao interesse do seu presidente, o médico e escritor Nilson May, por assuntos culturais. Foi-me entregue para pesquisa em primeira mão. Elaborei projeto de pesquisa para o CNPq na condição de bolsista PQ 1B. O primeiro resultado publicado foi o livro *A Memória e o Guardião: em comunicação com o presidente da República: relação, influência, reciprocidade e conspiração no governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

As cartas, ofícios, relatórios, informes, memorandos, cartões e telegramas das malas de Wamba fazem um tempo falar. O que ele diz? Pedidos, reclamações e respostas indicam a tendência do chefe da nação para atender boa parte das solicitações. Por quê? Talvez pelo interesse em fidelizar os seus apoiadores e em ampliar o leque de apoios de modo a fortalecer os mecanismos necessários à governabilidade numa época de tensões, instabilidade e incerteza. Espremido entre direita e esquerda, o moderado Jango parecia buscar um ponto de equilíbrio difícil, improvável ou certamente impossível.

Se os correligionários têm acesso fácil ao presidente da República, não há, pelo que mostram os despachos, um bloqueio partidário ou de classe social. De todos os horizontes sociais e ideológicos chegam demandas mais ou menos argumentadas. Não há limite nem gênero: por que tantos pedem tanto ao presidente da República? O que pedem? Como pedem? Quanto pedem? Por que pedem? Quem pede? Quem pede mais? Se a resposta tarda, o pedido ressurgiu como cobrança, ameaça, insistência, crítica ou lamentação. Com uma caneta azul de tinta espessa, João Goulart faz, nos papéis que recebe, anotações dirigidas aos seus assessores mais diretos. O sistema funciona assim.

Os 917 itens do arquivo descortinam uma espécie de pesadelo presidencial: o chefe da nação parece cercado por uma matilha de aproveitadores dispostos a tudo para se saciarem. Todos pedem incansavelmente e com os argumentos mais rasteiros ou sem qualquer argumento. O que mais conta é a determinação e a convicção de que haverá atendimento. Quem pede? A lista é longa, diversificada e curiosa. Pede um ex-presidente da República, pedem militares de alta patente, deputados, senadores, governadores, sargentos, generais, aliados, adversários, antigos e futuros golpistas, prefeitos, homens, mulheres, velhos, jovens, anônimos, conhecidos, religiosos, um cardeal, um bispo, um padre, estudantes, artistas, músicos, gente de todos os lugares, de todas as regiões, de todos os quadrantes, a qualquer hora, todo o tempo.

As fotos do acervo de Wamba exibem o presidente envolvido com a população. Flagrantes de João Goulart em reuniões ministeriais, no meio de multidões, sorrindo, abraçando, atuando como político, relações públicas, elemento de agregação. Essas atitudes revelam aquilo que as elites chamam de populismo e a população vê, simplesmente, como o exercício do poder? O Brasil de 1961 a 1964 estremece na Guerra Fria e incendeia-se nas suas controvérsias internas, incontornáveis e fatais.

João Belchior Marques Goulart, natural de São Borja, no Rio Grande do Sul. Tornou-se “herdeiro político de Getúlio Vargas”, conforme a expressão consagrada pelo jornalismo, alcançou a presidência da República depois de duas eleições consecutivas para a vice-presidência da nação, a primeira com Juscelino Kubitschek, a segunda, como era possível na época, em oposição a Jânio Quadros. As eleições para presidente e vice eram separadas. O resultado podia ser desconcertante: dois estranhos ou oponentes compartilhando o poder. Jânio e Jango pouco tinham em comum. O vice certamente nada esperava do presidente, que, inesperadamente, lhe entregou o cobiçado cargo.

Instalado na cadeira presidencial, João Goulart rapidamente compreendeu que lhe faltavam bases de apoio sólidas para negociar com o Congresso Nacional. Era um homem inteligente, intuitivo, que sabia se cercar de assessores qualificados. Teria de ser criativo, flexível, paciente, zeloso, atento, capaz de ouvir a todos e a não ter preconceitos ideológicos. Ouvir era a sua especialidade. Teria de fazer desse dom uma arma política. Só ouvir, porém, não lhe bastaria. Todos esperavam respostas, concessões, justificativas, afagos, indicações, abertura de portas. Afinal, por que tantos pediam? A hipótese mais provável tem a ver com a situação brasileira de país com maioria analfabeta e de tradição política centrada no patrimonialismo, no cartorialismo, no coronelismo e no clientelismo, categorias que não serão analisadas aqui para evitar redundância.² Era dando que se mantinha o poder.

A lista dos pedidos escancara um país atolado em seu atraso e concentrado em um centralismo desolador. Tudo depende da caneta presidencial: autorização para obter empréstimos no Banco do Brasil

² Ver obras como Leal (2012) e Faoro (1977), ambas citadas nas referências bibliográficas do presente artigo.

ou na Caixa Econômica Federal, fundos para a compra da casa própria, empregos de todo tipo, nomeações de apadrinhados, transferência de funcionários públicos, cargos, passagens aéreas, promoções de militares, interferências de toda ordem, recomendações e abertura de portas e janelas para o futuro. Uma constante antropológica emerge: tudo depende de relações, de redes de contato, de influências que resultam em pactos de lealdade, vínculos e atos de reciprocidade.

Certos documentos explicitam acordos eleitorais assentados em futura partilha de cargos. Preto no branco, como se dizia sem o menor constrangimento. Quase nada era ilegal, tudo se negociava, muito se assumia, algumas vezes discretamente, outras sem medo da publicidade. Podia-se colocar no papel quem ficaria com que cargos e quem os distribuiria em cada lugar de acordo com as articulações feitas. Documentos são como indícios para a compreensão de uma época. Só um positivista ressuscitado poderia ainda crer na verdade absoluta do texto exumado. A qualidade do material conservado por Wamba Guimarães está na homogeneidade dos vestígios, que permitem reconstituir um ambiente por demais visitado. Entra-se na materialidade daquilo que se costuma saber por meios indiretos ou por vagas aproximações sucessivas.

Que personagens sobressaem desse passado tão próximo e tão distante? São muitos: o político oportunista, o militar cansado da guerra, o estudante de dedo em riste, o governador astuciosamente cortês, o ex-presidente à espera de um novo reencontro com o poder, o colecionador de autógrafos, o filho de uma personalidade política de primeira linha diagnosticando os problemas do presente e prevendo sem margem de erro os desfechos do futuro, o ministro em busca de recursos, a cidadã que pede um cavalo, o general que quer dinheiro para quitar a compra da sua sonhada casa própria, o jornalista famoso aliado do presidente que se interroga sobre os próximos passos a dar, o diretor de jornal que faz indicações para altos cargos, os informantes das tentativas de golpe ainda não esquecidas e dos golpes ainda em preparação, os assessores fiéis que elaboram discursos e minutas de projetos capazes de abalar o conservadorismo dominante.

Se há pedido, há pedintes. Se há quem conceda, há razões para tanto. Nada acontece por acaso. Trata-se de uma engrenagem, de um dispositivo em funcionamento, de uma máquina em movimento, de uma modalidade de gestão da coisa pública passada de governo para governo. Que fatos podem ser desenterrados desse depósito de histórias pouco edificantes? Um plano de bombardear o Congresso Nacional, relatórios sobre reuniões secretas, ou nem tanto assim, de insatisfeitos com o governo, articulações nebulosas para salvar o país do espectro comunista que rondaria o regime com a conivência do presidente da República e a participação efetiva de alguns dos seus colaboradores, necessidades comezinhas informadas ao homem mais importante do país. Histórias escritas a muitas mãos: as mãos dos que pedem, as mãos de quem concede, as mãos de quem faz intermediação, as mãos do poder.

Jango ouvia e respondia. Buscava desesperadamente ser ouvido para poder governar ou por parte da sua personalidade conciliadora. Mesmo assim, ele não teria, porém, o grosso da mídia ao seu lado. O historiador Jorge Ferreira (2011) procurou apresentar com ponderação a situação que levaria à queda do presidente:

Com exceção dos donos dos jornais que assumiram claramente seu repúdio a Jango, a exemplo de *O Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*, a imprensa, de maneira geral, o apoiava, desde que ele se mantivesse afastado das esquerdas. Foi o caso do *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Jornal* que, a partir de outubro de 1963, se uniram formando a chamada Rede da Democracia. Os jornais das três organizações, a partir daí, unificaram suas críticas ao governo (FERREIRA, 2011, p. 413).

Na prática, Jango dava mais do que recebia. A política de conciliação não funcionou. A estratégia de radicalização funcionaria menos ainda. O seu governo padecia de uma queda anunciada ou de um impasse que crescia com o tempo e a polarização. O homem da escuta havia recebido para governar um país que não dialogava. As elites pareciam satisfeitas com o abismo do qual se alimentavam:

O Brasil que João Goulart recebeu para governar era um país atolado na desigualdade social. Somente 3.350 milhões possuíam terra. Apenas 2,2%, míseros 73.737 proprietários, dominavam 58% da superfície territorial. O quadro era desolador: 'Numa população de cerca de 78 milhões de habitantes, 40% de analfabetos entre 15 e 69 anos, esqueléticos 6 milhões (8,5%) matriculados na rede de ensino primário, míseros 900 mil (1,2%) no ensino médio e vergonhosos 93 mil (0,13%) no ensino superior, apenas dois mil alunos de pós-graduação' (SILVA, 2013, p. 60).

Diante desse quadro tenebroso, toda concessão era insuficiente e toda radicalização era excesso. João Goulart escrevia o seu epitáfio crendo na salvação.

Os pedidos

Se todos pedem, como eram esses pedidos? Qual era a retórica da demanda? Cabe examinar alguns pedidos para dar uma imagem do todo. Em 21 de abril de 1963, Tancredo Neves, que fora primeiro-ministro no parlamentarismo de ocasião, adotado para permitir a posse de Jango em 1961, escrevia à mão ao presidente.

Meu caro presidente, pelo Caillard, faço chegar às suas mãos carta que me enviou para lhe ser entregue pelo nosso prezado amigo Bolívar de Freitas que acaba de ser dispensado do seu posto em Beirute, um tanto 'à galega'. Peço permissão para lhe ponderar que o ato de exoneração de Bolívar poderá lhe criar a curto e a longo prazos alguns problemas. a) ele é irmão do ministro Gonçalves de Oliveira, que tem sido voto certo nos problemas de interesse do governo, no Supremo Tribunal Federal; b) o Bolívar é pessoa da mais absoluta intimidade do JK; c) os deputados do PR mineiro que lhe estão dando o mais firme e decidido apoio serão frontalmente atingidos pelo ato, pois que o Bolívar é um dos seus dirigentes de Partido, em Minas; d) a repercussão do ato, na opinião pública de Minas, onde o Bolívar desfruta de profunda estima e do mais alto apreço, será das mais desfavoráveis ao governo. Sobre o caso é que me cumpre ponderar para sua decisão. Formulando os mais sinceros votos pelo êxito de sua viagem ao Chile, que será mais uma bela página na sua nobre carreira de estadista. Aqui fica para o que der e vier o sempre seu Tancredo Neves.

No caso acima, a demanda assumia ares de defesa dos interesses do presidente. Mais do que pedir, aconselhava. O resultado deveria ser um só: manter no cargo o atingido por uma inadequada decisão. Em 4 de novembro de 1963, Juscelino Kubitschek dirige-se ao presidente da República em tom satisfeito: "Agradeço eminente amigo autorização dada pedido Delamare de Abreu empréstimo CX Econômica São Paulo aquisição casa própria". Delamare de Abreu, com o nome de Ranchinho, fazia sucesso na dupla sertaneja com Alvarenga. JK praticava o mais tradicional apadrinhamento clientelista. Já não era conselho, mas exercício explícito de influência. Em 22 de fevereiro de 1962, JK ia direto ao ponto com argumentos afetivos:

Meu caro Jango, o Carlos Neto Teixeira, amigo meu e seu, é candidato a agente do Lloyd em Santos. Tenho naturais constrangimentos de aborrecê-lo com pedidos, pois sei quanto atormentam um presidente da República. Sou, entretanto, forçado a uma exceção. O Carlos é um excelente companheiro, dedicado ao extremo à causa que defendemos em 55 e depois em 60 e com todos os títulos para o cargo. Ficarei muito grato se o meu ilustre companheiro puder atendê-lo.

Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, conspirava e despachava com a mesma desenvoltura. Em 9 de setembro de 1963, enviou mensagem ao secretário pessoal de Jango pedindo que agradecesse ao presidente da República pela autorização de empréstimo da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, no valor de 4 milhões de cruzeiros, concedida para o senhor Edgar Ferreira Duca. Na mesma data, outra mensagem agradecia pela liberação de empréstimo de 8 milhões de cruzeiros para Ari Fernandes da Rocha. Os seus pedidos pareciam ordens a executar por conveniência.

Numa carta manuscrita, de 12 de março de 1964, às vésperas da tempestade do Comício da Central do Brasil, certo general Solon pede autorização presidencial para obter um empréstimo na Caixa Econômica Federal. A introdução é um tratado acerca da sobreposição dominante entre coisa pública, relações pessoais e ação política:

Prezadíssimo e denodado chefe Dr. João Goulart, a quem estou fortemente ligado por laços de indestrutível amizade, sentimentos afetivos de família e também pelas árduas lutas nacionalistas que juntos empreendemos e que vêm acelerando o processo histórico da nossa Pátria. Com um forte e afetuoso abraço, o meu cordial cumprimento, a nossa confiança e solidariedade irrestrita. Desejaria merecer do meu ilustre e digno chefe e amigo Jango uma especial e particular fineza, qual seja, autorizar ao Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais através da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro um empréstimo no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para aquisição da casa própria dispensando também o período de carência.

Mauro Borges, governador de Goiás, fazia pressão. Em junho de 1962, reclamava: “Peço-lhe o obséquio de recomendar ao ministro Moreira Sales nos fornecer mais quinhentos milhões do montante de letras do tesouro que o senhor nos prometeu”. Em seguida, indicava: “Caso o senhor não tenha compromisso, peço-lhe, com muito empenho, o aproveitamento do general Américo Braga para vaga no Superior Tribunal Militar”. A assessoria de Jango fazia o fluxo andar: “O governador do Espírito Santo, sr. Francisco Lacerda de Aguiar, solicita a Vossa Excelência examinar a possibilidade de nomear seu filho, sr. dr. Paulo Vianna de Aguiar, para administrador do Parque Nacional do Caparaó”. Jango mandou remeter o pedido ao Ministério da Agricultura.

Nenhuma função ou atividade era obstáculo ao exercício dos pedidos. Em 24 de novembro de 1961, o presidente João Goulart assinou uma resposta datilografada ao “eminente amigo Dom Jaime Câmara”, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro:

Recebi, com todo apreço, a sua cartinha de 19 do corrente, recomendando o nome do dr. Paulo Monteiro Mendes para um posto de destaque na direção da Companhia Siderúrgica Nacional. Em resposta, apraz-me informar-lhe que já me dirigi, manifestando todo o interesse sobre o assunto, ao almirante Lucio Meira, Diretor Presidente daquela Empresa. Receba, nesta oportunidade, o testemunho da minha particular estima e consideração.

Em 17 de dezembro de 1962, Dom Carlos Motta, cardeal arcebispo de São Paulo, faz, se a expressão não for desrespeitosa, genuflexão: “Venho mais uma vez recorrer a nunca desmentida generosidade de V. Excia; e, agora, em nome do meu parente e amigo, Sr. Geraldo Mauro Gomes, a fim de que V. Excia. se digne a nomeá-lo para o emprego de que falará pessoalmente”. Não poderia faltar uma justificativa: “Empenho-me em favor dele por se tratar de pessoa muito digna de confiança e, além disso, por ser um pai de família que luta por ela, destituído de recursos materiais”.

Em papel timbrado da Câmara dos Deputados, Francisco Leite Neto, parlamentar do PSD, avisa com pretensa justificativa:

O governador de Sergipe – Seixas Dória – relembra ao Presidente o pedido de nomeação que fez para o agrônomo – Aloisio Aciole Leite – chefiar o Fomento Agrícola de Sergipe. Desejava que ao tomar posse a nomeação já estivesse feita para facilitar os entendimentos sobre o plano de ação.

Em 21 de fevereiro de 1962, Jango recebeu uma lista de nomes, junto do cartão de visitas de Roberto Marinho, dono do jornal O Globo, com sugestões para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo: “Sylvio Froes da Fonseca, diretor do Instituto de Tecnologia; Antônio Viana de Souza, consultor jurídico da Companhia Siderúrgica Nacional; Adão de Freitas, advogado do Banco do Brasil e da Companhia Siderúrgica Nacional”.

A imprensa dependia do governo para comprar papel importado. No arquivo de Wamba Guimarães, encontram-se dezenas de relações de valores e garantias para compra de papel pelas grandes empresas jornalísticas. A radiografia da relação incestuosa entre imprensa e governo aparece no extrato dos empréstimos garantidos pelo Estado.

Bloch Editores s.a. – Rio de Janeiro – Operações normais – Valor..... Cr\$ 99.600.000,00
Espécie: desconto de duplicatas – papel de imprensa – Valor..... Cr\$ 100.000.000,00
Garantia: contrato de empréstimo, por conta do Governo Federal, referente ao 1º período, que vai de abril/62 a março/63, com promessa de garantia real, ainda não concretizada, reforçada pela fiança dos diretores da empresa, em situação normal. Valor..... Cr\$ 50.000.000,00

Eram empréstimos no Banco do Brasil, garantidos pelo governo federal, com promessas de garantia real não concretizadas. Uma dependência explícita com plena liberdade de crítica. A situação se repete de “A” a “Z”, da Artes Gráficas Gomes de Souza, do Rio de Janeiro, com um empréstimo de Cr\$ 70.100.000,00, à Casa Editora Vecchi, devedora de Cr\$ 40.000.000,00, “por conta do Governo Federal, com promessa de garantia real”. É longa a lista dos devedores garantidos pelo governo com promessa de garantia real não concretizada: Boa Leitura Editora; Gazeta de Pinheiros, São Paulo; Antena Empresa Jornalística; Revista do Rádio Editora Ltda.; Saraiva S.A.; Livrários Editores S.A.; Selbach & cia, de Porto Alegre; Nascimento Júnior & cia, de Santos; Livraria Martins Editora, de São Paulo; Jornal dos Sports, do Rio de Janeiro; cia Editora Nacional; cia Jornalística Castelar; cia Editora Fon Fon e Seleta; Editora O Estado do Paraná; Editora LEP; Editora Impressora de Jornais e Revistas S.A.; Ary Mills, União da Vitória (PR), Ao Livro Técnico S.A.; Tenório Cavalcanti – Luta Democrática; Sociedade Comercial e Representações Gráficas, de Curitiba, S.A. Jornal do Brasil (Cr\$ 100.000.000,00), S.A.; O Estado de S. Paulo (Cr\$ 70.000.000,00), O Povo, de Fortaleza; Empresa Jornalística PN, do Rio de Janeiro; Diário Popular, de São Paulo; Empresa Jornalística Comércio e Indústria; Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A.; Empresa Gráfica Correio do Sul, de Bagé, RS (Cr\$ 750.000,00); Folha da Manhã, de São Paulo (Cr\$ 100.000.000,00); O Livro Vermelho dos Telefones; Shopping News do Brasil Editora; Editora Abril Ltda. (Cr\$ 70.000.000,00); Conquista Empresa de Publicações Ltda.; Editora das Américas; Editora Brasil América; Edibrás; Editora Brasiliense; Gazeta Mercantil; Editora O Pensamento; Efecê Editores; Ersol; Paraná Esportivo; Edigraf, J.C. Barros, de Porto Alegre; J. Câmara.

Nas malas de Wamba Guimarães havia também interessantes papéis de antes da chegada de João Goulart à presidência da República. Em 12 de março de 1955, de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek escreveu a Jango, então presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, para formalizar o que fora costurado por eles em conversas preliminares:

De acordo com os entendimentos verbais que mantivemos, visando o [sic] apoio do Partido Trabalhista Brasileiro à minha candidatura à presidência da República, venho declarar-lhe que assumo perante o amigo e o PTB os seguintes compromissos:

1º – O candidato à Vice-Presidência da República, na chapa por mim encabeçada, será indicado pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

2º – Se eu for eleito Presidente da República, o Ministério do Trabalho com as Autarquias ligadas à sua atividade, o Ministério da Agricultura e a Carteira Agrícola do Banco do Brasil caberão ao Partido Trabalhista Brasileiro.

3º – O Partido Trabalhista Brasileiro terá participação nas nomeações para os cargos públicos federais, na proporção de 1/3 (um terço).

4^o – A política do Estado do Rio Grande do Sul será realizada através do Partido Trabalhista Brasileiro e da dissidência local do PSD que vier se somar ao PTB para efeito da campanha eleitoral e do apoio ao futuro Governo Federal no mesmo Estado.

5^o – A mesma condição do item anterior prevalecerá com relação à política dos Estados de Pernambuco e Santa Catarina.

6^o – Os recursos financeiros para a campanha eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro para a próxima sucessão presidencial serão proporcionados pelos órgãos centrais diretores de minha campanha à Presidência da República.

Em 6 de julho de 1955, JK escreveu a Jango sobre o mesmo tema:

Confirmando nosso entendimento pessoal, venho declarar ao prezado amigo que estou inteiramente de acordo com os entendimentos estabelecidos entre você e o Deputado Mário Palmério com relação ao seguinte: 1 – Todas as nomeações federais no Triângulo Mineiro serão sempre feitas de comum acordo com o Deputado Palmério. 2 – Todas as subvenções e auxílios de qualquer natureza possibilitados pela iniciativa do Governo Federal às entidades culturais, educacionais e assistenciais em funcionamento na região do Triângulo Mineiro serão sempre proporcionados de comum acordo com o Deputado Mário Palmério.

O deputado citado é o mesmo que brilharia na literatura com *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre*, dois excelentes romances. Tem-se aí uma amostragem do funcionamento da máquina pública na época e do papel do presidente da República como despachante dos interesses variados dos diversos extratos sociais. João Goulart atuava em função da busca pela governabilidade. Quem pedia queria ser atendido. Pedir era quase uma ordem, ainda mais quando o pedido era de algum político.

Considerações finais

A correspondência recebida pelo presidente João Goulart, anotada por ele em despachos à mão, mostra, em primeiro lugar, a importância da rede de relações numa época dominada por favores políticos e pela falta de uma racionalização mais profunda dos mecanismos de exercício do poder. A governabilidade desejada dependia de tentativas constantes de ampliação do leque de alianças. Atender aos pedidos de aliados era uma óbvia forma de manter a fidelidade da tropa. Atender demandas de adversários podia ser um modo de tentar atraí-los para uma relação mais cordial e, quem sabe, obter apoios pontuais em questões controversas. Goulart fez dessa comunicação direta com correspondentes de todos os tipos, de cidadão anônimo a ex-presidente da República, um instrumento de aproximação, de vinculação e de cortesia. Era preciso catalogar, responder, atender se possível, cativar, explicar, jamais ignorar.

O material zelosamente guardado por seu assessor de gabinete, o fiel Wamba Guimarães, funciona como uma porta para os bastidores de um governo marcado por crises, convulsões e interrompido abruptamente por um golpe midiático-civil-militar. Mais do que tudo, fica claro o quanto João Goulart acreditava na comunicação com seus interlocutores: ouvia, lia, respondia, lançava pontes, tentava resolver. Se era, como se costuma dizer, um homem de escuta, era também um homem de respostas.

Referências

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1977.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Juremir Machado da. **A memória e o guardião**: em comunicação com o presidente da República: relação, influência, reciprocidade e conspiração no governo João Goulart. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SILVA, Juremir Machado da. **Jango, a vida e a morte no exílio**: como foram construídos, com ajuda da mídia, o imaginário favorável ao golpe e as narrativas sobre as suspeitas de assassinato do presidente deposto em 1964. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Juremir Machado da Silva é doutor em Sociologia pela Sorbonne, Paris V. Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS.

Crise e catástrofe como categorias interpretativas das experiências humanas do tempo¹

Crisis and catastrophe as interpretative tools of human experiences of time

CARLOS ALBERTO CARVALHO

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8433-8794.

VERÔNICA SOARES COSTA

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: ve.scosta@gmail.com. ORCID: 0000-0002-1324-0535.

PHELLIPY PEREIRA JÁCOME

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: phellipy2002@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6939-7542.

BRUNO SOUZA LEAL

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: brunosleal@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6937-6976.

1 O artigo incorpora, em parte, discussões coletivas realizadas no Núcleo de Pesquisa Tramas Comunicacionais: Narrativas e Experiência na preparação para, durante e após o X Historicidades dos Processos Comunicacionais – Encontro de Grupos de Pesquisa Brasileiros, realizado de 4 a 6 de novembro de 2019 em Belo Horizonte, com o tema Crise e Catástrofe nas Experiências Humanas do Tempo.

Edição v. 40
número 1 / 2021

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 40 (1)
jan/2021-abr/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

CARVALHO, Carlos Alberto; COSTA, Verônica Soares; JÁCOME, Phellipy Pereira; LEAL, Bruno Souza. Crise e catástrofe como categorias interpretativas das experiências humanas do tempo. *Contracampo*, Niterói, v. 40, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021.

Submissão em: 16/06/2020. Revisor A: 17/09/2020; Revisor B: 04/12/2020; Revisor B: 19/01/2021. Aceite em: 19/01/2021.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.43112>

Resumo

O artigo aborda *crise* e *catástrofe* em suas dimensões temporais referenciadas na narrativa e implicações relativas à ação e à imaginação. O objetivo é tomar os termos como categorias heurísticas que permitem alcançar dimensões da experiência temporal, inclusive nos processos midiáticos. Recuperam-se usos e sentidos associados aos dois termos, em suas interconexões e presença no cotidiano e na vida acadêmica. Pelas noções de narrativa, de tessitura da intriga e suas interconexões com o tempo, identifica-se como crise e catástrofe podem ser entendidas positivamente ao explicitarem dimensões da ação e da imaginação humanas. Por fim, crise e catástrofe são relacionadas com a própria estruturação ocidental e moderna do tempo e a experiências culturais que fogem ao Moderno.

Palavras-chave

Crise; Catástrofe; Temporalidades; Modernidade.

Abstract

Crisis and *catastrophe* are explored in their temporal dimensions, taking the narrative as a reference, and harboring important implications related to human action and imagination. Our aim is to take the terms as heuristic categories that reach specific dimensions of the human temporal experience, including media practices. At first, uses and meanings of the two terms are highlighted, to explore their interconnections and presence in daily life and academic studies. The notions of narrative, intrigue and its interconnections with time help us to identify how *crisis* and *catastrophe* can be positively understood in association with action and imagination. Thus, crisis and catastrophe are related to modern Western structuring of time and to cultural experiences that escape that frame.

Keywords

Crisis; Catastrophe; Temporalities; Modernity.

Introdução

O objetivo deste artigo é abordar os conceitos de *crise* e *catástrofe* em suas dimensões temporais e em associação aos fenômenos da comunicação, tendo como referência a narrativa vista, a partir de Ricoeur (2010), como condição da experiência humana do tempo. A hipótese, aqui, é de que os princípios reguladores da tessitura da intriga narrativa em determinada sociedade são organizados de modo peculiar tanto em *crises* quanto em *catástrofes*, ao mesmo tempo contribuindo a elas e resultando delas. Em todos os casos, pensadas em seus imbricamentos com as narrativas, *crise* e *catástrofe* abrigam importantes implicações à ação e à imaginação humanas.

Antes de adentrarmos nessas relações, entendemos ser necessário um percurso inicial sobre usos e sentidos regularmente associados aos dois termos, destacando, além disso, suas interconexões e sua forte presença no cotidiano e na vida acadêmica. *Crise* e *catástrofe*, nesses usos, mantêm relações polivalentes, podendo ser aproximadas e dissociadas de diferentes modos. Da mesma forma que uma *crise* pode resultar em *catástrofe*, esta pode gerar a outra, ou ambas serem simultâneas; podem também designar situações bastante distintas.

Após esse percurso inicial, em que a relação dos termos com o acontecimento é também brevemente abordada, o artigo se atém às dimensões da própria ordem da narrativa e do tempo, buscando identificar como a crise pode ser entendida positivamente, como inerente ao gesto humano de fazer concordar as discordâncias entre o tempo cosmológico e o tempo vivido. A catástrofe, por sua vez, pode ser paradoxalmente o que suspende a ação e o que instaura a necessidade de imaginar outros modos de ser, existir e fazer. Partimos, portanto, das noções de tessitura da intriga e suas interconexões com o tempo propostas por Paul Ricoeur:

O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal (RICOEUR, 2012, p. 93).

Nesta articulação entre as noções de crise e de catástrofe, pensadas na narrativa, não nos interessa restringir a reflexão a fenômenos específicos ou empirias recortadas, mas, sim, partir dos conceitos para empreender uma discussão com formas de pensamento outras, como as perspectivas de Rivera Cusicanqui (2018), Quijano (2009) e Mbembe (2018). Nesse caminho, nossa reflexão parte do entendimento de que a experiência temporal se dá como parte de processos culturais amplos que permitem, como observa Ricoeur, conectar o tempo cósmico ao tempo humano. É parte da organização temporal humana, seja em nível individual, seja como grupo, coletivo e/ou sociedade, projetar passados, presentes e futuros como algo compreensível e vislumbrável, pelas relações com as tradições, as memórias, prognósticos, aspirações, projetos e outros processos que configuram espaços de experiência, horizontes de expectativas e espessuras do presente nas relações cotidianas (AGAMBEM, 2009; ANTUNES, GOMES, 2018; APPADURAI, 2013; CERTEAU, 1998; HELLER, 2000; KOSELLECK, 2006; LEAL, SACRAMENTO, 2019; RIBEIRO, GOMES, LEAL, 2017; RICOEUR, 2010, entre outros). Porém, é sempre bom lembrar, o encontro com o acaso e com dimensões temporais outras expõem o limite, a pequenez ou mesmo a inutilidade do tempo tornado humano.

Crises, catástrofes, acontecimentos e a ocupação do mundo

Nos primeiros jornais brasileiros, ao final da década de 1800, os termos *crise* e *catástrofe*, quase como sinônimos, eram utilizados para caracterizar a relação que a nova sede do império português estabelecia com outras nações. *Crise*, por exemplo, era a palavra que definia a rivalidade entre França e Inglaterra, bem como a constante troca de acusações entre esses países, no *Correio Braziliense: Ou*

Armazém Literário, além de caracterizar, no mesmo periódico, os motivos da anexação da Finlândia pela Rússia ou expor os perigos revolucionários na Espanha. Em 1808, o jornal iria lamentar a *catástrofe* que havia acontecido em Madrid em dois de maio daquele ano, enfatizando a debilidade de um governo que não defendeu o seu povo (do mesmo modo que o faria a *Gazeta do Rio de Janeiro*). Esses termos, portanto, estavam fortemente associados a dinâmicas políticas, sendo raras, nos primeiros anos do século XIX, referências a desastres ambientais ou sanitários.²

Dois séculos depois, uma consulta aos jornais atuais irá revelar similitudes, mas também várias diferenças com esses usos passados. Sobretudo, em um momento em que enfrentamos as consequências de uma pandemia global sem precedentes neste século e em que esses termos assumem grande protagonismo. *Catástrofe* e *crise*, na seção de notícias do buscador da Google, em abril de 2020, nos levam até narrativas sobre impasses políticos criados por um presidente e seu Ministro da Saúde em relação às medidas do combate à COVID-19;³ a discussões sobre a necessidade urgente de enfrentar a mesma doença e evitar uma *catástrofe* na África;⁴ a diagnósticos e panoramas sombrios para a economia mundial;⁵ e à exposição das especificidades do vírus em nosso país e os problemas locais.⁶ Há também espaço para fenômenos da natureza, como a erupção de um vulcão na Indonésia ou um incêndio florestal nas imediações de Chernobyl.

Em boa parte dessas narrativas, são expostas várias relações temporais como antecipações, diagnósticos sobre o presente e esperas. Fala-se em *evitar* uma *catástrofe*, em anúncios prévios das consequências do aquecimento global que foram deslegitimados, em um mundo que *voltará à normalidade* e na impossibilidade de haver um retorno às situações que teriam provocado a *crise*. Em notícias que caracterizam acontecimentos como *catástrofes* (que são resultados ou instauram *crises*), muitas vezes, constitui-se uma rede sinonímica que as liga à tragédia,⁷ desastre⁸ e a transtorno,⁹ ligadas a fortes modificações de nossas percepções anteriores ao agir e ao padecer aqueles fenômenos.

Boa parte dessas narrativas cotidianas, como se vê, têm *crise* e *catástrofe* frequentemente associadas a acontecimentos peculiares, de distintas magnitudes, sejam eles vistos como *naturais* ou entendidos como *provocados* pelo ser humano. Inicialmente, essas distinções podem parecer óbvias, mesmo quando se busca evitar simplificações nas articulações com eventos e situações. Um *impeachment* presidencial, por exemplo, pode ser visto como o acontecimento culminante de uma crise e simultaneamente como seu fechamento, sua síntese e seu ponto referencial; um fenômeno da natureza, como uma seca numa dada região, por sua vez, pode gerar uma crise que é ela mesma um grande

2 A consulta aos periódicos foi feita em suas versões digitalizadas na Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 03 maio 2020.

3 Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/mandetta-e-a-conta-da-catastrofe>. Acesso em: 19 abr. 2020.

4 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/e-preciso-agir-rapido-para-evitar-catastrofe-na-africa-diz-cruz-vermelha/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/01/coronavirus-a-catastrofe-economica-e-social-em-numeros.ghtml>; <https://www.istoedinheiro.com.br/em-tres-meses-planeta-mergulhou-em-cenario-de-catastrofe/>; https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/09internas_economia,843311/catastrofe-no-comercio-global-omc-estima-perdas-na-economia-brasileir.shtml. Acesso em 19 abr. 2020.

6 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/a-pandemia-e-uma-doenca-de-classe-a-catastrofe-brasileira-ainda-esta-por-vir/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

7 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/25/interna_gerais,1132490/novo-coronavirus-prefeitura-de-brumadinho-vai-instalar-barreira-sanit.shtml. Acesso em: 19 abr. 2020.

8 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-04/justica-libera-dinheiro-de-desastre-de-mariana-para-combate-COVID-19>. Acesso em: 19 abr. 2020.

9 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/03/30/a-arriscada-aposta-da-suecia-de-combater-o-coronavirus-protetendo-economia-e-liberdades.htm>. Acesso em: 19 abr. 2020.

acontecimento, mesmo sendo experienciada em eventos cotidianos (como a saída de parte da população em busca de melhores condições de vida).

Já as catástrofes seriam acontecimentos de grande magnitude, que podem ter a imprevisibilidade de um tsunami, de uma ação da natureza que escapa e se sobrepõe aos tempos humanos, ou serem vinculadas às controvérsias da humanidade, como, por exemplo, genocídios, guerras e bombas. No entanto, essa distinção entre eventos *naturais* e *humanos* e mesmo as relações entre crise, catástrofe e acontecimento passaram a adquirir outros tons e nuances a partir do final do século XX, em um cenário que se intensifica nas primeiras duas décadas dos anos 2000. Consolidou-se, desde então, a percepção de que as ações dos seres humanos não trazem consequências apenas à espécie humana. Desmatamentos, diferentes formas de poluição, as tecnologias agrícolas, os extrativismos, o aumento populacional, a má distribuição da riqueza, o extermínio de grupos humanos, espécies animais e vegetais, as ocupações, usos desiguais e predatórios dos espaços e recursos do planeta passaram a ser vistos como uma crise ambiental que produz catástrofes regulares e que prenuncia um futuro assustador.

Como aponta Eva Horn (2018), a crise ambiental não tem um acontecimento decisivo: é um processo em curso, de caráter catastrófico, que se manifesta em grandes e pequenos eventos interconectados e de temporalidades diversas. Assim, as enchentes em uma grande cidade em 2020 são parte de processos de urbanização que consumiram e depredaram rios e morros ao longo de vários anos; um tsunami na Ásia está conectado com o aumento do degelo no Ártico e na Antártida, que resulta por sua vez do excesso de lixo, da poluição do ar e dos rios, do consumismo desenfreado; o aumento do preço do tomate está ligado aos ciclos econômicos de produção e consumo e também ao empobrecimento dos solos, pelas monoculturas, pela opção por transgênicos e à intensificação do uso de defensivos agrícolas. Não se trata mais, portanto, de associar *crise* e *catástrofe* a um *acontecimento decisivo* desta ou daquela magnitude. Os eventos, de diferentes impactos e repercussões, sucedem-se como fragmentos, peças, intercorrências de algo maior, mais complexo, mais desafiador, de um mundo simultaneamente em crise, por caminhar para a catástrofe, e já catastrófico, pela crise que vive (STENGER, 2015; entre outros). Assim, *crise* e *catástrofe* podem ser apreendidas como modos flutuantes e interconectados de relação com esses acontecimentos vários e com as múltiplas temporalidades e dimensões do presente, tal como apontam os estudos reunidos por Manna, Valle, Bertoll e Maia (2020).

As preocupações de ordem temporal em relação à crise e à catástrofe são parte de uma pujante produção intelectual no final do século XX e início do XXI. O Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), por exemplo, lançou uma biblioteca de acesso livre intitulada *Afrontar la crisis desde América Latina*, com obras que se preocupam com a relação entre humanos e algoritmos, passando pelos desafios de governos progressistas e da esquerda no subcontinente, além de questionar conceitos como multiculturalismo, e biopolítica, buscando reflexões territorialmente localizadas. *Catástrofe* e *Crise* também é a forma com que Eric Hobsbawm, em *A era dos extremos*, caracterizou o início e o fim do *curto* século XX, com suas bombas atômicas, guerras mundiais e produção artístico-cultural. Esses vocábulos repetem-se em diagnósticos de distintas ênfases e disciplinas, desde Bruno Latour, que identifica uma crise da crítica moderna; Jean-François Lyotard, que postula uma crise do saber científico e das grandes narrativas; Isabelle Stengers e suas reflexões sobre ciência, catástrofe e Gaia; e Bauman e Bordoni, que buscam compreender o *estado de crise* dos estados contemporâneos; a Ailton Krenak, que ratifica uma crise do modo de funcionamento da humanidade; Silvia Rivera Cusicanqui, que vê a própria ideia de *presente* em crise; Judith Butler, e suas reflexões sobre as violências causadoras e decorrentes de crises; Rita Laura Segato, e suas discussões sobre gênero e colonialidade; entre muitas outras autoras e autores.

Em boa parte dessa produção, ambos os termos são utilizados em reflexões de fundo epistemológico, que buscam promover novas formas de habitar e territorializar o mundo ou mesmo de reconhecer um estado de relações presente e em curso. Seja por uma modernidade que deveras nunca existiu, em crise ou que já deixou de existir, diagnosticam-se limites, consequências, implicações e fraturas

de modos de saber, quase sempre identificadas em suas matrizes eurocêntricas, tomadas não raro como coloniais (a respeito da colonialidade, ver QUIJANO, 2009; MBEMBE, 2018; CUSICANQUI, 2018, entre outros).

Nos termos de Gilberto Guimarães Filho, em texto que analisa as relações entre justiça e utopia segundo Paul Ricoeur,

Dialogando com a temporalidade e a história, percebe-se que toda narrativa é uma seleção: elementos escolhidos como importantes ou relevantes e narrados de determinado ponto de vista, determinada maneira. Narram-se apenas os momentos relevantes e notáveis da ação, que façam sentido ao que está em jogo na intriga. Porém, sempre podemos contar de modo diferente, e esta seleção abre à possibilidade de manipulação, a estratégias ardilosas, como levar ao esquecimento fatos importantes por interesses pessoais ou políticos. Por isso, o problema das sempre polêmicas histórias “oficiais” de um povo (GUIMARÃES FILHO, 2016, p. 201, com aspas no original).

Embora situadas no contexto do problema da igualdade, sempre precária, as considerações de Gilberto Guimarães Filho coincidem com preocupações de diversos estudos centrados no reconhecimento das dinâmicas das colonialidades. Como produções humanas, sujeitas a contradições, disputas de sentido e poder, as narrativas constituem fenômenos privilegiados para escrutínios sobre modos de propor inteligibilidades acerca de crises e de catástrofes. Nesse cenário, impõe-se às narrativas o desafio de identificar temporalidades, acontecimentos, especialidades e personagens nomeadas ou obliteradas, valorizadas ou negligenciadas, colocadas, de modo forçado ou privilegiado, em hierarquizações que buscam, grosso modo, estimular e dar visibilidade a histórias (e a passados, presentes, futuros) ou circunscrever e até impedir falares considerados subalternos e de menor valor.

Os usos frequentes de *crise* e *catástrofe* não podem, portanto, ser dissociados da própria estruturação ocidental e moderna do tempo, a partir da expansão mundial da Europa. Isto é, se o passado é aquilo que deve ser superado pelo futuro em um presente cada vez mais acelerado, como diagnóstica Koselleck (2006), a fixação por revoluções e rupturas conduz a uma sensação permanente de crise. No entanto, essa sensação de ruptura e de crença no progresso vem se tornando cada vez mais problemática para os (pós) *modernos*, a ponto de converter-se numa aparente paralisia (catastrófica?) da ação, reconhecida em proposições como *lento presente* (GUMBRECHT, 2015) ou de *presentismo* (HARTOG, 2015). Por outro lado, se o *presentismo* é visto de maneira negativa por parte de autores que pensam a modernidade europeia, outras experiências culturais do tempo nos ajudam a complexificar as relações temporais de passado-presente-futuro. Em estudos como os de Silvia Rivera Cusicanqui (2018), por exemplo, essas relações não são compreendidas como uma linearidade ou ruptura, mas de maneira espiralada, estratificada, recuperando a força de um presente dinâmico e nada imóvel. Trata-se, inclusive, de escapar a modos eurocêntricos, reivindicados por estudos decoloniais, a partir dos quais *colocar em crise* certas relações temporais e de causalidades é um gesto político necessário.

Nesse sentido, pelo viés epistemológico propiciado pelas visadas aqui defendidas em relação à crise e à catástrofe, é necessário escrutinar as narrativas, incluindo aquelas que circulam em múltiplos processos e produtos comunicacionais, observando tensões temporais, apagamento de personagens, hierarquias decorrentes de preconceitos, dentre outras variáveis. Se as narrativas têm que se haver com complexas relações temporais em suas operações de inteligibilidade do tempo humano, naquilo que Paul Ricoeur (2012) refere como agenciar acontecimentos, temporalidades e personagens discordantes em uma concordância somente viabilizada pelas artes do pôr em intriga, elas também se inscrevem no complexo jogo das identidades narrativas (RICOEUR, 2012; 2014).

Resumidamente, a identidade narrativa, para Ricoeur, diz respeito à dialética mesmidade-ipseidade, em que somos temporalmente confrontados e confrontados permanentemente com o mesmo que permanece em nós com o passar dos tempos, mas com os outros *si-mesmos* que a ação temporal,

dentre outras variáveis, nos impõe. Somos, dialeticamente, um mesmo e outros, processo que também inclui, além da ipseidade diante do que fui, sou e serei, a obrigação ética de estender o reconhecimento da alteridade ao diferente de mim. Nesses termos, estamos em permanente crise, pois agimos e sofremos as (e sobre as) relações temporais tanto como pacificadas e reconhecíveis quanto como desestabilizadoras e que, epistemologicamente, nos colocam em permanente processo de vivenciar as catástrofes do tempo humano e de suas conexões com o tempo cósmico.

Narrar, agir, imaginar

Que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei;
mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei.
Contudo, afirmo com certeza e sei que, se nada passasse,
não haveria tempo passado; que se não houvesse os acontecimentos,
não haveria tempo futuro; e que se nada existisse
agora, não haveria tempo presente
(AGOSTINHO, 2003, capítulo XIV).

A constatação de Agostinho em *Confissões* (2003) serve como ponto de partida poderoso para que Ricoeur comece a desdobrar suas reflexões em *Tempo e Narrativa* (2012). Afinal, ela aponta para uma deficiência ontológica do tempo humano (que sempre nos escapa enquanto nos passa), na mesma medida em que define o caráter aporético de qualquer reflexão sobre a temporalidade. O tempo é, simultaneamente, pensado de maneira positiva (aquilo que foi, que é e que será) e negativa (aquilo que já não é, que ainda não é e que não mais será). Frente a esta inconsistência do ser-do-tempo que nos conduz a um princípio da suprema discordância, Ricoeur percebe na tessitura da intriga uma forma de resolver de maneira poética e de dar algum grau de concordância à ordem caótica do tempo. “Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico” (RICOEUR, 2012, p. 74).

Propomos, então, que a *crise* pode ser percebida como algo seminal a qualquer reflexão temporal. O caráter aporético do tempo faz com que suas definições sejam sempre *críticas*, provisórias e abertas. Há, neste sentido, um chamado à ação humana que condiciona nossas reflexões sobre o passado e expectativas para o futuro a um presente articulado como tempo da iniciativa. Por isso, vincular *crise* ao esforço humano de produzir concordâncias na discordância postula a agência de sujeitos (pessoas, instituições, nações etc.) nas transformações da vida social em regimes de historicidade específicos. Em um primeiro desdobramento deste ponto de partida, pode-se entender que *crise* é inerente ao agir humano no tempo. Cada ação é ela mesma uma resposta a outros agires e a alteração de um estado de coisas, de escalas variáveis e frequentemente interdependentes. Assim, toda ação humana é ela mesma uma *crise*, pois indica uma transformação, mínima que seja, e que contém aspectos propositivos em relação ao passado, ao presente e ao futuro. Consequentemente, a *crise* constitui-se como a oportunidade circunstancial, cotidiana, de rever (atualizar, manter, alterar, dispor, combinar etc.) imaginários e de agir imaginativamente.

Se tomamos como referência a noção de ação de Hannah Arendt (2000) verificamos que esta é a

única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo (ARENDR, 2000, p. 15).

Ação como princípio político, assim, diz da necessidade de preservação da diversidade humana como fundante para a vida em comum, indicando que qualquer pessoa deve ser reconhecida como dotada

de capacidade para agir. Consequentemente, a *crise* vai continuar sempre pela necessidade de atribuição de um sujeito à/de ação. Nessa perspectiva, expressões como *crise política* não descrevem um momento excepcional, mas o imperativo constante de se fazer política, de agir e responsabilizar (se) politicamente, por exemplo. *Crise*, portanto, se a entendemos sob o prisma da narrativa, caracteriza o contínuo esforço humano, um agir e padecer, de organizar um mundo (e um si) em constante transformação.

Entretanto, a filosofia da ação e da hermenêutica ricoeuriana nos inspira a defender que o gesto de narrar não parte do nada (RICOEUR e CASTORIADIS, 2018). O narrar é sempre atrelado a histórias, às tradições, às tradicionalidades, aos cânones e ao *substrato ético* de uma dada realidade cultural (RICOEUR, 2010; LEAL e SACRAMENTO, 2019) pré-figurada nas condições que permitem a sua instauração. Essa pré-definição faz com que não sejamos obrigados a atribuir inéditos gestos de significação a todo o momento. Por isso, ainda que ajamos sempre *em crise*, dadas as características do ser-do-tempo e do ser-no-tempo, o fazemos apaziguando as arestas dessa aporia e envoltos em uma cultura que nos habilita a pensar determinadas coisas e desabilitar outras tantas. Isto é, fazemos concordar as discordâncias somente a partir desse mundo pré-figurado. Nesse momento, as relações entre ação e imaginação podem ser vislumbradas com mais nitidez “não há acção sem imaginação”, diz RICOEUR (1989, p. 223) Em todas as dimensões do agir, a imaginação tem um papel decisivo e incontornável. É a partir das e pelas qualidades antecipadoras e organizadoras, figurativas diríamos, da imaginação que uma ação se torna possível e realizável:

É a imaginação que fornece o meio, a clareira luminosa, onde podem comparar-se, medir-se, motivos tão heterogêneos, como desejos, e exigências éticas; elas próprias tão diversas, como regras profissionais, costumes sociais ou valores fortemente pessoais. A imaginação fornece o espaço comum de comparação e de mediação para termos tão heterogêneos como a força que empurra como que detrás, o atractivo que seduz como que para frente, as razões que legitimam e fundamentam, como que para baixo (RICOEUR, 1989, p. 224).

Todo agir implica, portanto, a mobilização da capacidade humana de fabular, de fazer figurar expectativas, possibilidades, probabilidades, caminhos, consequências, escolhas, inclusive quando operamos no âmbito das reflexões que aparentam ser meramente conjecturais ou do devaneio ou na forma de raciocínios contrafactuais (DULUERMOS; SINGARAVELOU, 2018). Cotidianamente, essa interconexão entre ação e imaginação explicita também as articulações entre as dimensões pessoais e coletivas, situando o agir na história e em condições sociais específicas. Nos termos postos por Ricoeur, trata-se dos imbricamentos da imaginação como potência humana, manifesta em cada indivíduo, e o imaginário social.

Elaborando a partir das categorias desenvolvidas por Alfred Schutz, Ricoeur observa que a imaginação opera a partir dos esquematismos intersubjetivos, que compõem o que se chama de imaginário social. Produz-se então passagens decisivas, do *eu* para *nós*, de *nós* para *elas* e vice-versa. Em outras palavras, é a partir do substrato ético de uma dada realidade cultural que conseguimos não só projetar, conceber nossas ações individuais, como também nos percebermos como parte de um coletivo mais amplo, pautado por igualdades e diferenças, inclusive em relação aos que já se foram e aos que virão. Nos termos de Ricoeur:

(...) a imaginação tem por competência preservar e identificar a *analogia do ego*, em todas as relações com os nossos contemporâneos, os nossos antecessores e os nossos sucessores. Por conseguinte, a sua competência é preservar e identificar a diferença entre o curso da história e o curso das coisas (...). Mas permaneceremos afectados pelo curso da história pelos efeitos da história apenas na medida em que somos capazes de alargar a nossa capacidade de assim sermos afectados. A imaginação é o segredo dessa competência (RICOEUR, 1989, p. 227, com destaque no original).

Seja sob as formas ditas sãs ou doentes da ideologia ou da utopia, somos constantemente tensionados entre movimentos de preservação e de abertura de sentido, seja no nível individual, seja

em nível coletivo. Isso é parte da dinâmica dos modos humanos de agir, padecer, imaginar. Há situações, no entanto, capazes de colocar em xeque esse mundo que nos é dado e os modos como essas dinâmicas usualmente operacionalizam-se. De repente, formas de pôr em intriga, de amalgamar concordâncias e discordâncias naturalizadas e disponíveis no cotidiano parecem perder efeito, expondo a inconsistência ontológica do tempo humano e de seus processos histórico-sociais. Nesse momento, a *crise* tende a dar lugar à *catástrofe*. Ainda que, como vimos, *catástrofe* seja um termo que pode ser aplicado a diferentes fenômenos, ora compreendido também como um fato dado, um acontecimento de considerável magnitude, na perspectiva que compartilhamos aqui essa associação não se revela tão simples. A perda de efeito dos processos de *mise-en-intrigue* (MANNA e LAGE, 2019), de articular concordância-discordância, não são meras consequências de desastres *naturais* ou *humanos*, por exemplo. Um tsunami não necessariamente produz essa perda de efeito, pois diferentes instituições sociais, como as mídias jornalísticas, atuam exatamente na direção de evitar que essa ruptura se dê, configurando esse acontecimento a partir de matrizes culturais estabelecidas, como o melodrama (GOULART et al., 2020). Assim, a *catástrofe* se apresenta menos como externo ao indivíduo e mais como a qualidade da relação que este pode vir a ter, numa dada situação, com o que está à sua volta. Como apontam Leal e Gomes (2020), mesmo um ato rotineiro e repetido pode, em dado momento, *acontecer* como *catástrofe*, bastando para isso que as condições de ação no mundo pré-figurado se desestabilizem.

Na perspectiva positiva que pretendemos favorecer, a *catástrofe* adquire *status* de limite da ação, que exige uma mudança ou superação intensa e radical de um estado de coisas, inclusive do pensamento. Nessa linha de raciocínio, a *catástrofe* seria a interdição ou a suspensão momentânea da ação e, por extensão, da capacidade humana de imaginar. É o que algumas *relações* com acontecimentos tidos como *grandes*, como o rompimento de uma barragem de mineração, um terremoto ou a disseminação de um vírus, entre outros fenômenos, podem promover. Na dimensão aqui empreendida, portanto, *catástrofe* surge como uma espécie de suspensão violenta de um determinado mundo possível, em que modos históricos de ver o tempo e o mundo entrariam em colapso e os esforços para lidar com as transformações da ação se esgotam. Porém, ainda que imponha limites ao agir humano, a menos que esse limite seja efetivamente apocalíptico, a *catástrofe* não se configura como um fim, mas, ao contrário, exige superação, impondo a urgência e a necessidade da ação, como parte do trabalho de construção de um outro, um novo mundo possível, estado de coisas, sociedade etc. – de um possível retorno a um estado de normalidade ou de fundação de um novo normal.

Como aponta Alphonso Lingis (2018), vivemos em um mundo que pode ser caracterizado por um determinismo rigoroso e por uma tentativa de planejamento exaustivo como forma de tentar controlar as aporias do tempo – e que parece se intensificar diante de dinâmicas próprias de (sobre)vivência durante uma pandemia, quando multiplicam-se textos e tutoriais sobre “o que fazer” para organizar o tempo, torná-lo produtivo e ocupado durante períodos de isolamento social. Mas mesmo fora dessas vivências extraordinárias, a todo o momento, traçamos metas pessoais e intersubjetivas para o nosso trabalho e relações afetivas, enchemo-nos de responsabilidades e, frequentemente, esquecemos que há um “elemento de sorte e risco em quaisquer relações que estabelecemos com outro ser humano. Nós realmente não sabemos o que ele ou ela podem pensar ou fazer. Simplesmente confiamos nele ou nela” (LINGIS, 2018, p. 30). Assim, nossa vivência é marcada por uma profunda incerteza sobre os motivos improváveis de nossa origem e do nosso futuro. Além disso, por mais que planejemos, sempre estamos sujeitos a rupturas nas nossas expectativas, incluindo as de ordem pessoal que, para cada ser humano, terão um desenrolar imprevisível: desde a perda de um trabalho, a morte de alguém querido, o diagnóstico de uma doença incurável até mesmo, como várias narrativas audiovisuais exploram, uma pequena alteração na organização temporal e espacial das nossas rotinas diárias. Essas situações destroem o tempo ritmado do trabalho e da razão, abrindo um vazio em nossas formas de produzir narrativas, exigindo outras maneiras de fazer concordar as discordâncias do tempo cosmológico.

Desse modo, reposicionada, a *catástrofe* não significa a falência absoluta da ação. Isso seria a morte (ainda que metafórica). Quem permanece vivo, age. A menos que se considere a possibilidade do fim de tudo, a *catástrofe* coloca também a possibilidade da sobrevivência. Para os que permanecem vivos, ela representa, paradoxalmente, a perda de sentido de certos modos de agir no mundo, de certas narrativas que davam coerência e significado àquele mundo em que habitavam e o imperativo de ação para instaurar, então, um novo lugar, ainda não compreendido, ou no qual o imaginário anterior parece não mais fazer sentido. O ponto de virada indica que certas ações, situações, rotinas, eventos deixam de significar aquilo que significavam *antes da catástrofe*. Aliás, como observam Leal, Borges e Tognolo (2019), diferentes produções audiovisuais recentes, como *Battlestar Galactica*, *The 100*, *The Walking Dead*, *The Expanse*, *3%*, têm recorrentemente narrado realidades *pós-apocalípticas* e os desafios de viver (agir, imaginar, construir) um outro mundo após a queda do que existia *antes*. Do mesmo modo, conforme apontam Costa e Jácome (2018), pode-se também observar certo achatamento de dimensões temporais em séries como *Black Mirror*, *Westworld* e *The Refugees*, que

(...) tratam de um porvir no qual a humanidade se confronta com consequências desastrosas do sonho da modernidade, em que a tecnologia onipresente é testemunha de um progresso fracassado (COSTA e JÁCOME, 2018, p. 283).

Do ponto de vista das reflexões temporais, *crise* e *catástrofe* se apresentam, então, como categorias interpretativas que permitem alcançar aspectos importantes da experiência temporal humana, aplicáveis a diferentes situações e acontecimentos. Conforme já apontado, um desastre nuclear, a queda de um regime político, a morte ou a erupção de um vulcão, o surgimento de um novo vírus e uma nova pandemia, por exemplo, seriam vistos de modos distintos quando sob a lente de *crise* ou *catástrofe*, sendo que nem sempre cada um dos termos seria obrigatoriamente pertinente. De qualquer forma, todo acontecimento, desdobrado no tempo, poderia ser visto como *crise*, mas nem sempre como *catástrofe*.

Presentismo como presente forte: proposições relacionais entre crise e catástrofe

Se no apartado anterior afirmamos que a *crise* é um traço inerente da condição humana de experiência temporal, e que, como *catástrofe*, constitui modos de entendimento e relação com o mundo, gostaríamos agora de deter-nos em uma forma específica, em determinado regime de historicidade. A chamada história moderna, como ressalta Koselleck (2006), pode ser vista como emergência de uma nova configuração temporal, um *tempo novo*, que traz grandes consequências para toda a humanidade e reposiciona a ideia de *crise*. Isso porque, na experiência moderna (ocidental, eurocêntrica), o tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam, mas ele próprio passa a adquirir uma qualidade histórica. A modernidade europeia (e seus colonialismos externos e internos) não designa um tempo fixo, apenas o qualifica (sem informar sobre o conteúdo histórico desse período) em contraste a um tempo anterior. Por isso, postula-se uma linearidade temporal que monopoliza e unifica os demais fluxos temporais a partir de uma mesma escala. Histórias e experiências culturais diversas passam a ser parte de uma “mesma história”, liderada agora pelo ocidente. Segundo Koselleck:

O avanço das ciências, que prometiam e anunciavam sempre mais descobertas no futuro, assim como a descoberta do Novo Mundo (sic) e de seus povos, repercutiram, de início lentamente, ajudando a criar a consciência de uma história universal, que como um todo estaria entrando em um novo tempo (KOSELLECK, 2006, p. 278).

Esse *novo tempo* seria caracterizado por uma crença no progresso, na aceleração rumo a um futuro melhor e na ideia de uma disponibilidade de História. Nesse sentido, no uso do termo *crise* convém reter o entendimento de Koselleck, para quem a noção designa o encadeamento de uma (in)decisão no

interior de uma ideia de progresso. Os modernos esperam o progresso chegar e seu agir pode implicar espera ou revolução (um agir para *fazer a história, fazer o futuro chegar*). Alcançam-se, então, outras dimensões da ideia de *crise*, caracterizada por um presente frágil, como um tempo de passagem rumo a um fechamento do passado e a abertura para as novidades e benesses do futuro. Essa nova forma de articular presente-passado-futuro passou a gerar um fosso entre a experiência anterior (configurada como um espaço de experiência) e a expectativa do que há por vir (vislumbrado como um horizonte de expectativa), fazendo crescer a diferença entre passado e futuro, tendo em vista que o presente, a época em que se vive, passaria a ser experimentada como um tempo de constante ruptura, permeado por acontecimentos novos e inesperados, *em crise*.

Essa composição moderna propõe uma sincronia a diferentes fenômenos, colocando-os em uma mesma base comparativa que permite, por exemplo, categorizar desenvolvidos (os modernos) e arcaicos ou em desenvolvimento (os pré-modernos). A simultaneidade do assincrônico força a ideia de um atraso, na medida em que autoriza pensar que o estágio técnico-industrial já alcançado pelos países desenvolvidos poderia ser, no futuro, alcançado pelos menos desenvolvidos. No imaginário brasileiro (JÁCOME, 2020), por exemplo, nossa expectativa de país em desenvolvimento ou emergente seria compulsoriamente a experiência deles, dos Modernos e desenvolvidos, dos europeus e dos cidadãos do norte global, como um espaço-tempo em que se quer chegar. No entanto, uma série de promessas não cumpridas e de guerras, genocídios, desastres ambientais, dentre outros acontecimentos que, eventualmente, poderíamos categorizar como catastróficos, fizeram com que a crença de um tempo acelerado que nos conduziria rumo ao progresso fosse bastante abalada. Os modernos já não são (alguma vez foram?) capazes de suplantar o passado e dar-lhe um fechamento rumo ao porvir. Ao mesmo tempo, o futuro se assemelha mais a reflexões distópicas do que a uma ideia inocente de um progresso universal. Como pontua Achille Mbembe (2018), a era do humanismo parece ter terminado sem nunca ter, de fato, iniciado.

Não por acaso, são várias as narrativas que apontam para o fim da história e para uma dificuldade de enxergar além. “Mais se reage do que se age”, aponta HARTOG (2015, p. 10) em seu diagnóstico de um império do presente que ele nomeia como presentismo. Para o pensador francês, sua obra *Regimes de Historicidade* trata de uma reflexão sobre a *crise do tempo*, uma crise de um mundo em que, reinando absoluto, o presente se impõe como único horizonte. Entretanto, retomando nossas articulações prévias, estamos inclinados a vislumbrar o presentismo europeu, nos termos de Hartog, menos como *crise* e mais como uma *catástrofe*. Isso porque, mais do que uma interrupção definitiva, um fim – a morte –, o presentismo se dá como uma incapacidade ou recusa de imaginar *além* e, no limite, de agir temporalmente. Há uma imobilidade temporal em um presente que se configura como onipresente e onipotente, impondo um horizonte que tende a valorizar o imediatismo, apropriando-se do passado como monumento estabilizado. Seria, portanto, um tempo desorientado, no qual a tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006) se torna uma cisma (RICOEUR, 2012), incapaz de gestar novas relações no presente. Nessa perspectiva, o presentismo pode ser visto como sinal de enfraquecimento, uma *doença* europeia diante da modernidade, uma *catástrofe* paralisante que atua para não permitir fazer o tempo fluir, um marco insuperável da nossa historicidade.

Para Hartog, o presentismo seria visto como certa incapacidade ou recusa de ação, o que aqui entendemos como uma *catástrofe* temporal. No entanto, o presentismo também pode ser visto de maneira dinâmica, recuperando as potências de sua capacidade de *crise* como uma oportunidade de ação para imaginar e animar outros mundos possíveis, especialmente para aqueles à margem da temporalidade europeia. Como aponta María Inés Mudrovcic,

Quando nos perguntamos acerca de um passado esquecido ou, ao contrário, demasiado presente; quando o futuro parece ameaçador ou enclausurado; quando o presente parece consumir-se no instante ou não deixa de transcorrer, surge então o interstício ou a greta que deixa em evidência

que uma experiência do tempo proposta, “naturalizada”, na qual vivíamos confortavelmente, está sendo colocada em questão (MUDROVICIC, 2013, p. 13, com aspas no original).¹⁰

Nesse sentido, de maneira positiva e diferentemente do que postula Hartog, *o presentismo como catástrofe do tempo* pode representar, para populações latino-americanas, por exemplo, a possibilidade de um questionamento efetivo da história como singular coletivo.

Mudrovicic (2013; 2015) aponta que o monopólio das histórias nacionais é mitigado por uma pluralidade de perspectivas: movimentos feministas, movimentos negros, movimentos de imigrantes, movimentos indígenas etc. Essas perspectivas cobram seu lugar na história e *catastroficamente* (aqui, ressalta-se a positividade do termo) reclamam um novo mundo possível: novas formas de reorganizar passado, presente e futuro. Ainda segundo a autora, nessa relação com as temporalidades, o passado se transforma em dívida, em culpa, em memória, em justiça, enfim, um passado que não termina de passar e sobre o qual atuamos e sofremos. O cuidado aqui, nos parece, é não condicionarmos ações transformadoras a *conceitos mágicos*, como adverte Rivera Cusicanqui (2018), entendendo tais conceitos como dotados, em si mesmos, da capacidade de explicar tudo e de se autoexplicarem, não deixando margens para dúvidas ou questionamentos das validades heurísticas neles implicadas.

Se as discussões a partir do conceito de presentismo podem levar potencialmente a uma sensação de paralisia frente a um agora que pesa sob a forma do presente, que se impõe fortemente, e de um futuro ameaçador ou decadente, é necessário não cair na armadilha oposta das perspectivas insinuadas pelas noções de progresso. Afinal, a depender do foco adotado, o progresso seria a seta para um futuro sempre mais alvissareiro do que o passado e o presente, aplainando as tensões temporais e apagando as hierarquias e demais problemas que visões colonialistas das temporalidades e das historicidades trazem em si. Vale recorrer novamente a María Inés Mudrovicic:

O progresso era um futuro esperado. Como filho das filosofias da história, o progresso mostra um processo histórico que marca um estágio final, a sociedade sem classes ou a federação dos povos, por exemplo. Torna-se, então, um projeto histórico filosófico, isto é, sem ancoragem política. A ação humana é irrelevante para sua realização. O progresso das filosofias da história se concebe como um processo histórico que não é o resultado das ações dos homens, mas do desenvolvimento do que Arendt chama de “forças extras, super ou subumanas, em que o homem que age é excluído da história”. É a mesma coisa que leva Koselleck a afirmar que a etapa final do processo histórico delimitado pelo futuro concebido como progresso “exclui a consideração de seus participantes”, ou seja, “o papel do agente empírico é reduzido, realiza uma ação cuja origem e sentido é atribuído ao progresso” (MUDROVICIC, 2015, p. 105, com aspas no original).¹¹

Em suas premissas colonialistas, conseqüentemente, o progresso se ligaria ao sentido negativo e incompleto da catástrofe, em sua interpretação como fim da ação humana, ou talvez mais apropriadamente, com a insinuação da desnecessidade do agir humano, dada a suposta natureza imanente do progresso

10 No original: “*Cuando nos interrogamos sobre un pasado olvidado o, por el contrario, demasiado presente; cuando el futuro aparece amenazante o clausurado; cuando el presente parece consumirse en el instante o no dejar de transcurrir, surge entonces el intersticio o la grieta que pone de manifiesto que una experiencia del tiempo presupuesta, “naturalizada”, en la que vivíamos confortablemente, está siendo puesta en cuestión*”.

11 No original: *El progreso era un futuro esperado. Como hijo de las filosofías de la historia, el progreso muestra un proceso histórico que fija un estadio final, la sociedad sin clases o la federación de pueblos, por ejemplo. Se transforma, entonces, en un proyecto histórico filosófico, es decir, sin anclaje político. La acción humana es irrelevante para su consecución. El progreso de las filosofías de la historia se concibe como un proceso histórico que no es resultado de las acciones de los hombres, sino del desarrollo de lo que Arendt denomina “fuerzas extra, sobre o infrahumanas, en las que el hombre que actúa es excluido de la historia”. Es lo mismo que lleva a Koselleck a afirmar que el estadio final del proceso histórico delimitado por el futuro concebido como progreso “excluye la consideración de sus participantes”, es decir, “el papel del agente empírico se reduce, realiza una acción cuyo origen y sentido se atribuye al progreso”.*

como condição da História. Das muitas consequências políticas daí advindas, temos o equívoco – e é bom lembrar que, estrategicamente repetido para forjar um regime de verdade – de uma História com H maiúsculo que, sob a regência do progresso, se universaliza levando de roldão todas as diferenças espaço-temporais, pessoas e sociedades com suas especificidades. Em tais marcos, crises no roteiro do progresso rumo ao paraíso histórico são as responsáveis pelas catástrofes inexplicáveis ou assombrosas e os bodes expiatórios são escancarados cotidianamente, por exemplo, em mídias diversas, encarnados em povos indígenas, em populações analfabetas e empobrecidas, em mulheres, em populações LGBTQIA+, em migrantes e um sem fim de *gente obstacularizando o progresso* precisamente por denunciarem as falácias dos seus pressupostos.

Crise e catástrofe como categorias de incerteza: considerações

Começamos a segunda parte deste texto fazendo referências a jornais e suas notícias, em tempos e espaços distintos, nos quais crise e catástrofe assumem condições diversas, embora subordinadas às supostas condições dessas duas categorias como imanentes à natureza do acontecimento relatado. Epistemologicamente, tais gestos narrativos tendem a apagar as complexas relações espaço-temporais que podem permitir dimensões heurísticas mais abrangentes às noções de crise e catástrofe. Na esteira, potencialmente apagam ou secundarizam, com consequentes hierarquizações, personagens, acontecimentos, espacialidades, temporalidades e outras variáveis, tornando opacas as dimensões de concordância e discordância, nos termos propostos por Paul Ricoeur (2012). Segundo as premissas ricoeurianas que colocamos em diálogo com outras tradições filosóficas e historiográficas, não há temporalidade linear, assim como não é possível narrar sem reconhecer eticamente os desafios impostos pelo respeito ao outro (em mim ou diante de mim), segundo as premissas da identidade narrativa (RICOEUR, 2012; 2014).

Nossa proposta pressupõe que todo esforço de compreensão, todo agir humano, visa organizar o tempo vivido. Mas tais movimentos não impedem o acaso, de modo que a *catástrofe* da ação humana se expõe e indica limites da agência preventiva para evitá-la. O contato com o outro, com seus enigmas e desafios éticos e epistêmicos, os tempos cósmico ou da natureza se apresentam também como catástrofes ao exporem o para além, o inalcançável do humano. Exigem, como cuidado, um senso de relatividade (não relativismo), um pôr em perspectiva as construções culturais do tempo e o agir ético, o reconhecimento pleno das alteridades em relação, inclusive como forma de evitar a construção de *bodes expiatórios* supostamente responsáveis pelas *crises e/ou catástrofes*.

Propomos, portanto, pensar *crise e catástrofe* não como a sequência natural dos acontecimentos, em que uma seria a condição de existência da outra, mas como termos que nos permitem articular relações temporais, espaciais, acontecimentos, pessoas e instituições implicados no que desafia nossas limitadas capacidades de compreensão de fenômenos complexos. Com isso, vislumbramos caminhos, teóricos e analíticos, de irmos além de certo ramerrão que nos impõe midiática e cotidianamente sucessivas *crises e catástrofes*, sem que tenhamos condição de agir ou nos situarmos em relação a elas. Se, em uma primeira visada, *crise e catástrofe* seriam da ordem exclusiva da negatividade, ou do negativo, por representarem rupturas, quebras de expectativas, suspensão de projetos pessoais ou coletivos, interdição de ações e outras formas de violências, acionamos aqui os dois conceitos sob a égide de uma espécie de positividade heurística. Sob essa visada, crise e catástrofe nos colocam o desafio de pensar (agir, imaginar) para além das relações temporais lineares, convocam olhares para a diversidade humana presente nos mais diversos recortes de pesquisa, mas, sobretudo, estimulam colocar em primeiro plano dúvidas e incertezas onde parece predominar diagnósticos frequentemente unilaterais e impositivos, com pretensões de validade universal.

Agradecimentos

As pesquisas que permitiram a produção deste artigo são financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio; HONESKO, Vinicius Nicastro. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos Editora, 2009.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ANTUNES, Elton; GOMES, Itania. Repensar a comunicação com Raymond Williams: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas. **Revista Galáxia**, Especial 1: Dossiê Comunicação e Historicidades, p. 8-21, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019441755>. Acesso em 19 abr. 2020.

APPADURAI, Arjun. **The future as cultural fact**. Nova York: Verson, 2013.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Verônica; JÁCOME, Phellipy. Cascatas de modernidade em um lago aparentemente imóvel: Imagens de Ciência e Tecnologia, do Futurismo ao Presentismo. **ECO-Pós (online)**, v. 21, n. 1, p. 277-293, 2018.

DELUERMOZ, Quentin; SINGARAVÉLOU, Pierra. **Hacia una historia de los posibles**. Buenos Aires: SB Editorial, 2018.

GOULART, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; BUENO, Wilson; MELO, Alice. A catástrofe como tragédia: da metonímia à sinonímia. *In*: MANNA, Nuno; VALLE, Flávio; BERTOLL, Rachel; MAIA, Jussara (Orgs.). **Catástrofes e crises do tempo**: Historicidades dos processos comunicacionais. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2020. p. 20-25.

GUIMARÃES FILHO, Gilberto. Justiça e utopia em Paul Ricoeur: a promessa de igualdade. *In*: CASTRO, Fabio Caprio Leite de (Org.). **O si-mesmo e o outro**: ensaios sobre Paul Ricoeur. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. p. 195-217.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HORN, Eva. **The future as catastrophe**. Nova York: Columbia University Press, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

JÁCOME, Phellipy. **A constituição moderna do jornalismo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2020.

LEAL, Bruno; GOMES, Itania. Catástrofe como figura de historicidade. *In*: BERTOLL, Raquel; MAIA, Jussara; VALLE, Flávio; MANNA, Nuno (Orgs.). **Catástrofes e crises do tempo**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/ UFMG, 2020, p. 21-40.

LEAL, Bruno; SACRAMENTO, Igor. A tradição como problema nos estudos em Comunicação: reflexões a partir de Williams e Ricoeur. **Revista Galáxia**, Especial 1: Dossiê Comunicação e Historicidades, p. 25-40, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019441757>. Acesso em 19 abr. 2020.

LEAL, Bruno; BORGES, Felipe; TOGNOLO, Diogo. O futuro é para poucos: o destino da humanidade em séries de TV. **Contemporânea | comunicação e cultura**, v. 17, n. 1, p. 144-164, jan./abr. 2019.

LINGIS, Alphonso. **Irrevocable** – a philosophy of mortality. Chicago: Chicago University Press, 2018.

LYOTARD, Jean. François. **A condição pós-moderna**. 12ª. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MANNA, Nuno; LAGE, Igor. Uma “catástrofe do tempo”: narrativa e historicidade pelas Vozes de Tchernóbil. **Galáxia**, Especial 1: Dossiê Comunicação e Historicidades, p. 34-46, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019441740>. Acesso em 19 abr. 2020.

MANNA, Nuno; VALLE, Flávio; BERTOLL, Rachel; MAIA, Jussara (Orgs.). **Catástrofes e crises do tempo: Historicidades dos processos comunicacionais**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. O tempo em movimento. **Contracampo**, v. 36, n. 3, p. 21-41. dez./mar. 2018.

MUDROVIC, María Inés. Crisis del futuro: política y tiempo. **Ariadna histórica**. V. 1, n.4, p. 99-115, 2015. <https://ojs.ehu.eus/index.php/Ariadna/article/view/13929>

MUDROVIC, Maria Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al presente pasado. **Historicidades**, v. 1, n.5, p.11-31, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; GOMES, Itania; LEAL, Bruno. A historicidade dos processos comunicacionais. In: MUSSE, Cristina Ferreira; VARGAS, Heron; NICOLAU, Marcos (Orgs.). **Comunicação, mídia e temporalidades**. Salvador: EDUFBA, 2017, v. 1, p. 37-58

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Porto: Rés, 1989.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. Tomo I. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RICOEUR, Paul; CASTORIADIS, Cornelius. **Diálogo sobre a História e o imaginário social**. Lisboa: Edições 70, 2018.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo ch’xi es posible**. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

SPARROW, Tom (Ed.). **The Alphonso Lingis Reader**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

Carlos Alberto Carvalho é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Verônica Soares Costa é professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Phellipy Pereira Jácome é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Bruno Souza Leal é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Edição v. 40
número 1 / 2021

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 40 (1)
jan/2021-abr/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

A serviço do povo? Um olhar sobre telejornalismo comunitário no SE1, JPB1 e RN1

At the service of the people? A view on community television news in SE1, JPB1 and RN1

LIVIA CIRNE

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
E-mail: cirnelivia@gmail.com. ORCID: 0000-0002-2904-7182.

VITOR BELÉM

Universidade Federal do Sergipe (UFS) – São Cristóvão, Sergipe, Brasil.
E-mail: vitorcfb@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9999-6132.

FABIANA SIQUEIRA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
E-mail: fabi.siq1@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9378-5035

GIOVANA MESQUITA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, Pernambuco, Brasil.
E-mail: giovanamesquita@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0001-6569-4515.

Resumo

A partir dos anos 2000, os telejornais locais ganharam mais espaço na programação das emissoras e têm apostado na inserção da comunidade nos scripts. Com a criação do quadro Calendário do NETV, pela Globo Nordeste, em 2009, todos os telejornais vinculados às emissoras regionais passaram a reformular a linha editorial, investindo no perfil comunitário ou no jornalismo de prestação de serviço, com cobranças em relação à obra de infraestrutura urbana precária ou com denúncias de serviços inapropriados prestados por órgãos públicos. Nesse sentido, a partir de pesquisa descritiva-analítica, realizada no período de 15 a 20 de julho de 2019, o presente trabalho busca refletir sobre como quadros dessa natureza têm se projetado nos telejornais SE1, JPB1 e RN1 (das afiliadas em Sergipe, João Pessoa e Natal) e como se dá a atuação do(a) repórter nesse contexto, entendendo-o(a) também com um(a) voz mobilizadora e responsável pela aceitação deste formato pelos telespectadores.

Palavras-chave

Telejornalismo; Telejornalismo local; Jornalismo comunitário.

Abstract

Since the 2000s, local news programs have gained more space in the programming of broadcasters and have been betting on the insertion of the community in the scripts. With the creation of the Calendar of NETV board, by Globo Nordeste, in 2009, all the newscasts linked to regional broadcasters started to reformulate the editorial line, investing in the community profile or in the service provision journalism, with charges in relation to the work poor urban infrastructure or with reports of inappropriate services provided by public agencies. In this sense, based on descriptive-analytical research, carried out in the period from 15 to 20 July 2019, the present work seeks to reflect on how pictures of this nature have been projected on the news programs SE1, JPB1 and RN1 (of the affiliates in Sergipe, João Pessoa and Natal) and how the reporter works in this context, also understanding him / her with a mobilizing voice and responsible for the viewers' acceptance of this format.

Keywords

Telejournalism; Local television news; Community journalism.

Introdução

Desde os anos 2000, os telejornais locais das afiliadas da Globo têm ganhado mais espaço na grade de programação e assumido um formato mais dinâmico, apostando num maior diálogo com a comunidade, não só a partir de estratégias de proximidade com seções colaborativas, mas inserindo-a nas pautas dos VTs e nas transmissões ao vivo.

Essa tem sido a estratégia de reestruturação do telejornalismo apontada, desde, na verdade, meados dos anos 1990, com a implantação e posterior popularização das TVs por assinatura, com maior variedade de canais, e investimento em programas policiais na TV aberta, principalmente em horários de grande relevância (próximos às 12h) e de maiores audiências. A disputa da atenção do telespectador, que tem várias ofertas (na televisão e na web) à disposição, passou a ser chave para repensar narrativas e sublinhar a participação da audiência, especialmente forçando diálogo com camadas sociais de contextos populares, marginalizadas pela negligência do poder político e não retratadas nos meios de comunicação.

Não por acaso, hoje, os telejornais locais, subordinados às demandas das emissoras regionais, carregam em seu projeto editorial o dever de estabelecer identificação com os telespectadores de uma cidade ou estado, seja pelas pautas de proximidade que apresentam ou pelo compromisso com a realidade social de referências espaciais que os circundam. Eles se dizem mais sensíveis aos problemas enfrentados pelos telespectadores, dando visibilidade ao que é de interesse público e que emerge no campo de tensões e cisões políticas e econômicas.

Buracos. Falta de esgotamento sanitário. Precariedade das escolas públicas. Insegurança nas ruas. Desemprego. Ausência de iluminação ou policiamento. Lixo nas ruas. Obras inconclusas. Transporte público deficiente. Ineficiência nos hospitais municipais ou estaduais. Corte de energia. Ao investir nessas pautas sobre cidadania nos quadros de chamado de jornalismo comunitário, as empresas criam vínculos estratégicos com uma fatia do público que estava escanteado pela grande mídia e assumem uma postura de resolvedora dos problemas daquela comunidade, funcionando como aliadas na luta coletiva para melhorar a qualidade de vida da população.

Para isso, a produção aparenta se afastar dos interesses comerciais da emissora, que na maioria das vezes é comandada por grupos políticos ou por empresários ligados a eles, e recorre a escolha de fontes e personagens com informações que confrontam a qualidade do trabalho das autoridades e passa a fiscalizar as instituições responsáveis por determinados serviços. Propõe-se a assumir o papel de mediador social para contestar e mostrar a fragilidade das entidades públicas.

Foi o que aconteceu inicialmente em São Paulo, em 1999. De acordo com o site Memória Globo, o SPTV - 1ª Edição foi um dos precursores na aplicação dessa comunicação mais incisiva voltada para a população local, relatando os principais problemas de cada bairro, mostrando os hábitos e modismos dos moradores de locais mais afastados, para que eles se sentissem representados no telejornal, e inserindo denúncias de práticas ilegais (MEMÓRIA GLOBO, documento online). Em seguida, esse modelo foi incorporado no RJTV – 1ª edição, e, no início dos anos 2000, passou a ser uma promessa em todo o Brasil, estendendo-se aos telejornais das afiliadas em todas as regiões.

Mais adiante, em 2007, foi criado o RJ Móvel, que revela uma aposta em um modo irreverente de apresentação dos fatos, com uma repórter que dramatiza em cena, confluindo divulgação de informação com entretenimento, utilizando-se de texto informal e um postura menos ponderada, incorporando ironias, exibindo insatisfação e se envolvendo afetivamente com a situação. Em 2009, a Rede Globo Nordeste criou o quadro *Calendário*, exibido no NETV – 1ª edição, que tem como formato um repórter reivindicando a presença das autoridades públicas nos locais das reclamações agendadas pela comunidade para combinar o reparo dos danos, marcando um dia, inclusive, para verificar se houve ou não solução.

Diante desses investimentos dos programas locais de jornalismo em se aproximar da população e no exercício da cobrança dos serviços, este trabalho pretende observar como essas práticas têm

reverberado em três outros telejornais: SE1, JPB1 e RN1. Como pressuposto metodológico, faremos um estudo de caso descritivo (YIN, 2015) tendo como período de análise a semana de 15 a 20 de julho de 2019 (segunda a sábado). Na recolha dos conteúdos telejornalísticos, utilizamos a plataforma de *streaming Globoplay* para posterior análise qualitativa do material.

Desenvolvemos uma observação sistemática estabelecendo como critérios analíticos o tempo destinado a essas coberturas, a performance dos repórteres, os temas priorizados e os tipos de fontes consultadas, com base na taxionomia proposta por Schmitz (2011). Na análise foi observado também o contexto do telejornalismo local e a prestação de serviço, bem como os significados sobre a atuação dos repórteres no acontecimento.

Contextualizando a inserção do jornalismo dito comunitário

Falar de jornalismo comunitário feito numa televisão comercial, a exemplo da Globo, exige que se definam os lugares do que é Comunicação Comunitária e do que é uma produção midiática intitulada comunitária. Como destaca Peruzzo (2006), “comunitário é um termo de uso problemático, já que pode se referir a processos diferentes entre si”.

Cicilia Peruzzo recorre a alguns autores para trazer uma definição de Comunicação Comunitária, como sendo:

O canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível socioeconômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. De ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local (DELIBERADOR e VIEIRA, 2005 apud PERUZZO, 2006, p. 9).

Dessa forma, para Peruzzo (2006 p. 9), a comunicação comunitária se caracteriza “por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania”.

Apesar dessa definição do que seria uma comunicação comunitária, baseada em princípios públicos, a mídia comercial também incorporou a palavra *comunitário* para designar algumas de suas produções, como no caso dos telejornais analisados. E, nesse caso, é inevitável o questionamento sobre o que há de comunitário numa produção que não é feita pela comunidade, que tem por trás uma empresa com fins lucrativos e cuja propriedade não é coletiva.

Paiva (2006, p. 69), entendendo que os lugares da comunicação comunitária e da produção midiática “não devem constituir-se necessariamente como forças contrárias, mas pólos opostos que dialogam entre si”, ressalta que:

o fundamental para um jornalismo inclusivo ou comunitário, enquanto horizonte político-social do jornalismo, é que não se perca de vista o seu aspecto principal, ou seja, a capacidade de produzir novos e inclusivos olhares sobre as coletividades, sobre o outro (PAIVA, 2006, p. 69).

Partindo desse entendimento, Paiva (2006, p. 69) afirma que se pode potencializar “as facetas positivas dessa interrelação, que são para a grande mídia a inegável proximidade com a existência concreta das populações, mais bem apreendida pelos veículos comunitários”. Essa proximidade pode resultar na seleção de pautas e de assuntos que envolvam diretamente a coletividade.

Esse jornalismo voltado para o “quotidiano de coletividades” (PAIVA, 2006) tem como traço mais marcante “a sua estreita conexão com a realidade e interesses da coletividade específica, perdendo completamente campo à mera espetacularização da informação” (PAIVA, 2006, p. 69).

A produção dessas narrativas inclusivas, como destaca Paiva (2006), deve:

ser estruturada a partir da presença de uma apuração que redunde numa redação em que seja possível reconhecer o mínimo de pré-juízos, pré-conceitos, pré-ideias, paralelamente a uma abertura sobre o que se apresenta como o outro e seu cotidiano. A partir desta atenta, cuidada e vigiada produção, seria possível orquestrar as mais diversificadas falas e opiniões sobre os fatos em foco (PAIVA, 2006, p. 69).

Com base nesse breve apontamento inicial, convém-nos estender a discussão sobre o papel do telejornalismo local nesse contexto e de que forma o SE1, JPB1 e RN1 se manifestam na relação com a comunidade ou que estratégias adotam para a construção de laços sociais com essa audiência.

Telejornalismo local a serviço da comunidade

O telejornalismo vive de contar histórias. Em cada notícia que é veiculada, imagens, textos e sons organizam múltiplos significados para o público com o qual se relaciona. Essa relação constitui uma das formas, se não a mais importante, da audiência interpretar o contexto em que vive e relacioná-lo com o que acontece na cidade, no país e no mundo. Como lembram Vizeu e Correia (2008), os noticiários televisivos são como um lugar de referência na construção social da realidade.

Nesse sentido, quando se trata do telejornalismo local, as notícias despertam discussões, comportamentos e redefinem valores de maneira mais próxima do público, seja no aspecto territorial ou temporal. Para Coutinho e Fernandes (2007, p. 6), na busca por fortalecer esse território de pertencimento, “o local se torna um território audiovisual que é constituído, por meios dos recortes e reconstrução da realidade transmitida nos telejornais locais”.

Independentemente do local de referência, essa dinâmica se desenvolve nos noticiários locais produzidos pelas emissoras de televisão distribuídas pelo país, fazendo um contraponto aos telejornais de rede que, mesmo trazendo assuntos de interesse da população, não se aprofundam em muitos dos temas que fazem parte da rotina das comunidades, como problemas de saneamento básico, iluminação pública, entre outras coisas.

O fato é que em diferentes locais, as estratégias também se diferenciam. Pode ser um quadro, um tipo de performance do repórter, a linguagem, a condição da notícia (se ao vivo ou gravada) ou mesmo a mistura de muitos desses itens, sempre tendo em vista um mesmo objetivo, em aproximar-se da comunidade. Essas estratégias fazem com que os telespectadores se identifiquem com as mensagens e criem vínculos diferenciados com os telejornais locais; sendo a forma com que a televisão estabelece laços sociais (WOLTON, 1996).

Esse ajuste editorial é fundamental para a manutenção do telejornalismo local, que precisa dialogar com seu público direto. Ao discutir sobre o conceito do jornalismo de proximidade, Camponez (2002) lembra que, na relação entre mídia e público, as identidades das regiões devem ser contempladas para reforçar o sentido de pertencimento. “[...] O território de pertença e de identidade, ao qual a informação local parece estar ancorada, pode por si condicionar as formas de expressão de uma comunicação de massa” (2002, p. 108).

Essa identificação com o local revela múltiplas estratégias das emissoras mostrarem que estão a serviço do público. É nesse contexto que, nos últimos anos, repórteres de todo o país intensificaram a estratégia de assumir uma postura mais popular, hibridizando entretenimento com a informação. Processo em que Coutinho (2013) reconhece elementos da dramaturgia no telejornalismo. Os jornalistas assumiram a postura de personagens, atuando não apenas na função de reportar os fatos, mas dramatizando situações e personagens.

Além de, em tese, produzir um jornalismo mais participativo, com maior exercício da cidadania, a construção de laços de pertencimento de uma emissora de TV com seu

público, nos moldes da indústria cultural, é um processo que pode ser comparado, sem esforço, à fabricação de um produto. Construir uma imagem local e popular implica em investir no reconhecimento, por parte do telespectador, de alguma origem comum, de algo que traga para dentro de casa (via TV), a rua, o bairro, a cidade onde se vive (COUTINHO e MATA, 2011, p. 69).

Essa figura mediadora de conflitos entre a população e o poder público reforça os vínculos das emissoras a partir da prestação de serviço. Situações que distinguem estratégias utilizadas pelas emissoras, em especial no que se refere ao papel do repórter nesse tipo de produção.

O repórter neutro e também ator

A linguagem televisiva permite uma série de aproximações. Coutinho (2003) chamou a atenção para a existência de uma dramaturgia na atividade jornalística voltada para a TV, que envolve não apenas a espetacularização dos fatos, mas a encenação, o apresentar das notícias, a escolha do texto e das imagens e a atuação dos personagens selecionados e editados.

Neste trabalho, entre outros fatores, procuramos identificar como ocorre a atuação do repórter. Por se tratar de um estudo de notícias com enfoque local, de perfil conhecido como jornalismo comunitário, é interessante entender até que ponto o posicionamento é neutro ou alinhado com os interesses da população/das autoridades ou assume novos contornos, incluindo interpretação e inclusão de elementos, como o humor. Esta última é uma tendência que vem sendo identificada, há algum tempo, por alguns autores no telejornalismo brasileiro. É uma tentativa de informar, entreter, distrair e despertar o interesse que faz com que as “notícias sejam apresentadas como show” e, dessa forma, transformem “fatos sociais em diversão” (NEGRINI; TONDO, 2009, p. 03).

Apontamentos sobre o SE1, JPB1 e RN1

SE1

O SE 1, telejornal produzido pela TV Sergipe, emissora afiliada à Rede Globo, sempre teve como característica predominante a prestação de serviço. Ao longo dos anos, o telejornal passou por diversas mudanças estéticas, editoriais e/ou tecnológicas, mantendo essa mesma predominância sobre os temas que aborda. Em maio de 2018, o telejornal mudou o apresentador, colocando a repórter Priscilla Bitencourt no estúdio. A mudança para uma apresentadora mais popular foi acompanhada por novos quadros e a ampliação dos espaços ao vivo direto das comunidades; em uma observação preliminar, percebe-se que o telejornal tem ao menos um link nas comunidades a cada edição. O telejornal também ampliou o tempo de produção, quando a emissora deixou de exibir o último bloco do programa *Encontro*, fazendo com que o jornal passasse a ter até cinquenta minutos de duração. O alongamento do telejornal foi uma estratégia da emissora para colocar o noticiário no ar no mesmo horário da edição da emissora concorrente.

No período de análise, as consequências das fortes chuvas ocorridas na semana anterior dominaram o noticiário por alguns dias. Por isso, boa parte do conteúdo da semana, seja ao vivo ou gravado, teve um caráter mais factual, sem explorar tanto a prestação de serviço como é habitual no noticiário. Ainda assim, foram identificadas algumas questões importantes para a análise. No dia 15 de julho de 2019, quatro VTs mostraram a situação em alguns bairros da capital e do interior do Estado. O tipo de fonte predominante foi a individual, onde pessoas comuns relatavam os transtornos provocados pelas chuvas. Nesse tipo de cobertura, os repórteres adotaram uma postura mais neutra, atendo-se ao caráter factual dos acontecimentos.

O Chama o SE 1 que resolve é uma forma como a apresentadora e os repórteres identificam as

entradas ao vivo em pautas comunitárias. Não é reconhecido como quadro, mas é recorrente e surge como uma espécie de bordão. É inserido sempre com a exibição de vídeos enviados pela comunidade ou quando o repórter está no link em algum ponto da cidade onde há queixas da população, normalmente atrelado a deficiências dos serviços públicos. Foi assim no dia 16 de julho de 2019, quando o telejornal teve duas inserções ao vivo da repórter mostrando a queixa da população por conta da falta d'água em um bairro. Somando as duas entradas, o tempo dedicado ao assunto foi de sete minutos e quarenta e quatro segundos. A voz da comunidade é predominante, quando se refere a fontes; foram seis no total. A fonte oficial não foi entrevistada, mas a assessoria enviou uma nota, que foi lida pela repórter.

Outra iniciativa do telejornal na busca pela aproximação com a comunidade é o *SE1 no meu bairro*, quando a equipe, incluindo a apresentadora, conduz o telejornal ao vivo nos bairros, com reportagens e entradas ao vivo de diferentes lugares, para mostrar as demandas da população. A escolha do local é definida através de votação no portal G1 Sergipe. Durante o período de análise, a ação não ocorreu.

Mas não são apenas as questões urbanas que fazem essa ligação mais próxima com o telespectador. Todos os meses, o SE1 exibe o quadro *Desaparecidos*, com a repórter ao vivo na capital, ouvindo familiares que estão à procura de pessoas desaparecidas. No dia 16 de maio de 2019, cerca de dezenove minutos do telejornal foram dedicados ao tema, restringindo-se a ouvir as fontes individuais. Além disso, tem o quadro *Preciso de emprego*, com a participação do público via aplicativos, com o envio de vídeo relatando habilidades profissionais. O público fala sobre o interesse em emprego e disponibiliza o contato para possíveis contratantes interessados. A iniciativa dura em média dois minutos e apareceu em quatro das seis edições exibidas na semana.

Ao que se evidencia nesse recorte, o noticiário não usa de artifício de repórteres personagens. Os mediadores dos fatos assumem um comportamento mais neutro, mesmo que por muitas vezes reforcem no discurso que é através deles que os problemas comunitários são resolvidos.

JPB1

O JPB1, até junho de 2019, era produzido e apresentado, de maneira independente e simultânea pela TV Cabo Branco, em João Pessoa, e pela TV Paraíba, em Campina Grande, ambas pertencentes ao mesmo grupo de comunicação. Em função de demissões na emissora do interior do estado, houve uma reestruturação e desde então o programa se tornou de abrangência estadual, sendo transmitido somente a partir da capital paraibana, absorvendo conteúdo de Campina Grande.

Apesar dessa mudança, não houve alteração na linha editorial do telejornal, que permanece voltado para temas comunitários e notícias do dia. No período de 15 a 20 de julho de 2019, identificamos 15 conteúdos jornalísticos com enfoque predominantemente comunitário. Desses, a maioria (13) teve participação direta de repórteres, seja por meio da elaboração de reportagens ou realização de entradas ao vivo.

Ao todo, foram sete reportagens, seis entradas ao vivo, uma nota mais vt (usada para informar o desfecho de um problema mostrado na edição anterior) e um vídeo feito pelo celular. Este último foi realizado pelo apresentador oficial do programa que, mesmo estando de férias, gravou um conteúdo enquanto passeava de bicicleta com o filho para mostrar a falta de manutenção em um parque de João Pessoa.

Em relação ao tempo de produção, chama a atenção a quantidade de minutos que é dedicada a cobertura de problemas comunitários. A maioria das reportagens e entradas ao vivo do JPB1 oscilou entre três minutos e oito segundos e quatro minutos e 44 segundos, incluindo a cabeça lida pelo apresentador e a eventual nota-pé (PATERNOSTRO, 1999) ou comentário final feito em estúdio.

As exceções foram uma entrada ao vivo com fotos enviadas por moradores sobre a transposição do Rio São Francisco (de dois minutos de 39 segundos, incluindo a cabeça), outra entrada ao vivo sobre

irmãos que se acorrentaram a uma grade para pedir tratamento de saúde para a mãe (de dois minutos e quatro segundos, ao todo), o vídeo feito por celular pelo apresentador de férias (um minuto e 15 segundos, no total) e a nota mais VT com o desfecho da história de um apelo na área de saúde (com 28 segundos).

Quando se analisa o tempo total de produção do telejornal que oscila, diariamente, entre 40 minutos e 50 minutos, é possível perceber o destaque total dado a essa temática comunitária. Uma única reportagem ou entrada ao vivo sobre o assunto chega a ocupar quase 10% do programa. No período analisado, o dia com maior registro de conteúdos comunitários foi 17 de julho. Foram cinco assuntos que, juntos, somaram 14 minutos e 41 segundos, isso sem levar em consideração o tempo destinado a esses temas na escalada ou nas passagens de bloco (PATERNOSTRO, 1999). Já os dois dias com menos registros foram 18 de julho e 20 de julho de 2019, com apenas uma reportagem, cada um, de jornalismo comunitário. Isso ocorreu no dia 18 por conta da predominância de assuntos factuais e no dia 20 pelo uso de quadros culturais e de gastronomia, que sempre são exibidos aos sábados.

Quanto ao tipo de fonte, no JPB1, há uma predominância da individual, do cidadão que reivindica seus direitos e que em alguns momentos também assume a posição de testemunha, relatando situações que presenciou sobre o problema noticiado. Há quase uma ausência de fontes oficiais presenciais.

As respostas para as situações mostradas, geralmente, são transmitidas de forma oral pelos repórteres ou apresentadores. Dos 15 assuntos com enfoque comunitário, as fontes oficiais apareceram, de fato, com som e imagem somente em três. A primeira foi na entrevista do presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa) na reportagem sobre os problemas nas obras de transposição do rio São Francisco. A segunda foi na entrevista feita com a delegada de crimes contra os animais, que complementou a entrada ao vivo sobre a situação dos cães abandonados em uma casa em João Pessoa. E a terceira foi na entrevista feita com um advogado da prefeitura de Santa Rita em frente a obra de uma creche abandonada no município.

Em relação ao tema, no período analisado, houve mais evidência a assuntos ligados a problemas na infraestrutura das cidades: buraco em rua (2), manutenção em praça (3), manutenção de campo de futebol comunitário (1), obras em rua (2), problemas em obras da transposição (2), cães abandonados em casa (2), obra parada em creche (1), saúde (2).

Quanto à postura do repórter, observamos que há uma estratégia clara de espetacularização da notícia em uma tentativa de se aproximar do público. Isso é mais evidente nas reportagens do quadro *Calendário do JPB1*. O repórter designado para fazer essa cobertura, Danilo Alves, tem uma postura diferente do que costuma desempenhar em outras reportagens, que não pertencem ao quadro.

O papel do repórter extrapola as funções de observador e narrador dos fatos, geralmente atribuídas à função. Há uma certa teatralização da notícia, em que o mesmo faz expressões diante da câmera para se mostrar surpreso, incrédulo, contrariado, indignado. Há um apelo também para o lado cômico, em que o repórter se apropria da fala do cidadão comum. No dia 15 de julho, por exemplo, Danilo Alves fala “Sedurb [Secretaria de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa], em nome de Jesus, pelo menos dá uma resposta, faz alguma coisa”, ao cobrar um posicionamento do órgão da prefeitura.

No dia 16 de julho, o mesmo repórter usa o humor ao mostrar a tristeza dos moradores da comunidade do Timbó, no começo da reportagem: “Estão tudo choco, parece o Brasil quando perdeu de 7 a 1”, referindo-se a derrota para a Alemanha na Copa do Mundo de 2014. O problema mostrado no local foi a obra em um campo de futebol, que desde fevereiro de 2018 o JPB1 acompanha por meio do calendário. Nessa mesma reportagem foram recuperadas imagens de outra matéria em que o repórter aparece jogando futebol e fazendo gols nesse campo, comemorando junto aos moradores. As cenas serviram para o repórter falar, logo em seguida, o seguinte para uma pessoa da comunidade: “Se a prefeitura fizer algum negócio, vou fazer de bicicleta agora”, dizendo que voltaria a jogar e faria gol se a obra fosse feita. Um dos moradores responde: “Tá certo”, sorrindo.

Esse mesmo tipo de diálogo segue no dia 17 de julho, em outra reportagem sobre uma obra em

uma rua em que Danilo Alves tenta estabelecer proximidade, agradecendo ao motorista de um ônibus que desviou dele, na rua, dizendo: “Valeu, motor”. Ele também de certa forma implora para que a situação seja resolvida ao marcar uma nova data para o retorno: “A gente vem no carimbo de resolvido, pelo amor de Deus!”. É a mesma postura adotada, no mesmo dia, também pelo referido repórter, agora em uma entrada ao vivo sobre um buraco em outra comunidade, quando fala: “Muito bom dia pra você, meu irmão” [ao cumprimentar um morador] e “Seinfra [Secretaria de Infraestrutura de João Pessoa], por favor, manda pelo menos uma resposta ‘pra’ comunidade e resolve o serviço”.

No dia 18 de julho, ocorreu uma das situações mais inusitadas do período analisado. Foi em uma reportagem sobre as obras paradas em uma creche na cidade de Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa. Diante do advogado da prefeitura, que fez promessa para retomar a obra e aparece em frente ao prédio da creche e rodeado por moradores, o repórter diz ao marcar uma nova data para retornar ao local: “Imagina se a gente vem aqui em novembro e não tem nada. Aí a conversa vai ser diferente, viu menino!”. Ele fala diretamente para o advogado, em tom de humor, que sorri.

No dia 19 de julho, em uma reportagem sobre a recuperação de uma praça no bairro de Castelo Branco, em João Pessoa, o repórter volta a usar do humor, fazendo gestos e expressões faciais. Danilo Alves pede para uma moradora mostrar como faz ginástica para, na sequência, imitá-la imitá-la como se estivesse diante de um aparelho de musculação imaginário, para logo em seguida dizer que cansou. Nessa mesma matéria, o programa faz uso de falas da comunidade para enaltecer o quadro Calendário: “Hoje diante de João Pessoa, da Paraíba, o Calendário é o diferencial. É o diferencial para o povo. É isso aí, procure o Calendário”. Em outro momento, uma moradora abraça o repórter que se mostra emocionado e diz: “Deus pague a vocês muito bem”.

No mesmo dia, agora em uma entrada ao vivo, o mesmo repórter usa do humor para abordar a população e mostrar um problema de buraco na rua. Danilo Alves fala sobre o cabelo liso da moradora, que mesmo com a chuva que está caindo naquele momento não muda: “O cabelo ‘tá’ show, já a porta da casa...”, referindo-se ao buraco. É uma postura que se repete no dia seguinte, 20 de julho, agora em uma reportagem sobre a falta de obras em uma rua. Ao se aproximar de um grupo de pessoas, Danilo Alves diz: “Comadre, me dá uma notícia boa”. É a décima sétima reportagem do Calendário do JPB1 no local. Ao final, o repórter se despede dizendo: “Dia 2 de novembro a gente volta à rua Napoleão Crispim pra ver como é que ‘tá’ a situação e eu espero, de coração, que esteja melhor”.

RN1

Os telejornais da Inter TV Cabugi (afiliada da Globo no Rio Grande do Norte) começaram a investir assumidamente em seções de jornalismo com apelo à denúncia e à cobrança de prestação de serviços em 2016, com o lançamento do quadro de RN Comunidade e a incorporação do quadro Calendário RN. De lá para cá, a apropriação dessas pautas no tempo total do programa tem mudado. Desde outubro de 2018, a editoria de jornalismo passou a, eventualmente, apostar em uma postura mais bem-humorada do repórter e destinar mais espaço nos blocos, com exploração do ao vivo e participação da comunidade, porém sem regularidade. No entanto, com o crescimento da audiência, em fevereiro de 2019, o RN1 intensificou esse formato mais descontraído das matérias e nas transmissões ao vivo, explorando também quadros com mais participação dos telespectadores.

O período dedicado à análise, 15 a 20 de julho, compreende justamente um estágio de readaptação no telejornalismo da Inter TV Cabugi, pois coincide com a saída da principal repórter que atuava nas seções conhecidas como jornalismo comunitário no RN1, a paraense radicada em Natal: Ediana Miralha. A repórter assumiu uma postura informal, não prevista nos manuais de redação, adotando um estilo de aparente parceria com os moradores de áreas carentes e conduzindo os VTs com extroversão, misturando jornalismo com entretenimento, a partir da performance engraçada, irônica e excessiva, como,

por exemplo, podemos citar a edição do dia 10 de julho, em que foram relatados transtornos causados por buracos em dois bairros da zona norte de Natal, durante 10 minutos e 56 segundos. Esse tempo foi dividido entre ao vivo, VT e comentários do apresentador, apresentando, basicamente, reclamação dos moradores, a teatralização da repórter (Captura de tela 1) e apenas alguns segundos foram reservados à resposta da Prefeitura, em nota interpretada pelo apresentador no estúdio.

Captura de tela 1 – Sequência de links com Ediana Miralha no RN1 de 10 jun. 2019



Fonte: Adaptado de imagens da Globoplay

Faz-se importante contextualizar como se manifesta esse tipo de abordagem no RN1, porque esse foi o formato que prevaleceu até o dia 15 de julho, quando iniciamos a análise para este trabalho. Nos demais dias, a saída repentina da repórter-atriz alterou a narrativa do programa durante a semana, pois os repórteres que se responsabilizaram por essas pautas têm posturas neutras no vídeo, expondo os problemas estruturais e as cobranças de modo sério, sem irreverência no que se refere à performance e ao texto, uma vez que o vocabulário exageradamente informal também não faz parte dos princípios deontológicos da profissão.

Isso foi refletido na organização do telejornal durante toda a semana, pois, ainda no dia 15 de julho, três blocos exploraram links com prestação de serviço e ainda houve um quadro com os erros de gravação intitulado *Bastidores com Ediana Miralha*, o que revela investimento exagerado no entretenimento. Os blocos com Ediana Miralha concentraram 1) um ao vivo de mais de 6 minutos, com reivindicações sobre buracos, falta de saneamento e segurança, trazendo até uma paródia da música *Tocando em frente*, de Almir Sater, cantada pelos moradores e crianças em coro, e 2) um VT de 6 minutos apontando falta de transporte público em circulação, com repórter atuando como passageira em ônibus lotado. Houve também blocos que mostraram o apresentador Murilo Meireles do RN1 deslocado do estúdio para a rua, a fim de relatar descaso da prefeitura em relação à sinalização de uma avenida com obra não finalizada, totalizando mais de 13 minutos. Ou seja, mais de 25 minutos com prestação de serviço em uma edição.

Com a saída da Ediana Miralha do quadro de profissionais da empresa, a reprodução desse modo de transmitir informação, tentando se apropriar da linguagem bem mais informal, só acontece novamente no dia 18. Pautada pela produção, a repórter Mariana Rocha incorpora o tom das queixas e da

descontração, realizando o infeliz aniversário de uma drenagem inconclusa, com direito a bolo e toppings com fotos do prefeito, do secretário da obra, com a logo da prefeitura e da empresa executora, além de até passar por baixo da mesa após ter provado o bolo, em referência ao programa Mais Você, conforme mostra a Captura de tela 2.

Captura de tela 2 – Imagens da veiculação do aniversário do buraco em virtude de obra inacabada



Fonte: Adaptado de imagens da Globoplay

Apesar de links ou VTs extensos, geralmente, a produção do telejornal só oferta de 35 segundos a 1 min para as respostas das empresas ou entidades envolvidas nas reivindicações das comunidades. Essa, na verdade, parece ser a dinâmica do telejornal. De acordo com a taxionomia elaborada por Schmitz (2011), as fontes primárias exploradas nas matérias e nos links são basicamente individuais do fato. A fonte autorizada apenas é incorporada como nota ou em curta resposta apresentada no texto do repórter.

Do dia 15 ao dia 20, apenas um dia (19 de julho) houve preocupação em mostrar a versão da voz oficial, no caso a Secretária de Educação de Natal, no VT em que a repórter Mariana Rocha denuncia ausência de pagamento do salário às merendeiras e auxiliares de cozinha das escolas municipais. Após cinco merendeiras e uma mãe serem ouvidas sobre o caso, a Secretária explicou os motivos do atraso, em 1 min e 16 segundos, em reatividade às queixas elencadas pela jornalista.

No restante das matérias e entradas ao vivo dos dias 15, 16, 17 e 19 de julho, o apresentador, no estúdio, apenas diz ter entrado em contato com o setor ou organização responsável pela prestação de serviço, citando as promessas de resolução. Isso mostra, de certa forma, uma desproporcionalidade no uso das vozes, distanciando-se dos modelos polifônicos (MACHADO, 2000) de jornalismo. Em que pese a intenção de resolver o problema e de divulgar o que é de interesse público, observa-se que há uma provável preocupação em espetacularizar os fatos, e não de modular os discursos, com pluralidade de vozes, que possam serem confrontadas, dando mais espaço às fontes que representam apenas um lado.

Outro aspecto que vale mencionar diz respeito à vinheta do *RN Comunidade*, que aparece em algumas edições ou em alguns blocos, mas em outros momentos em que o apresentador convoca o/a repórter com matéria de jornalismo comunitário, a vinheta do quadro não aparece e nem há qualquer

menção, o que nos leva a crer que não há um padrão no script do telejornal. Também não há um rodízio entre as pautas. Durante a semana, apenas uma não fazia referência ao tema saneamento básico e serviços urbanos, já que dirigia a queixa à Secretaria de Educação.

Supostamente, as reclamações são recebidas por whatsapp, pois, geralmente, fazem uso de vídeo colaborativo para introduzir o problema. A colaboração também acontece em outros quadros de prestação de serviço do telejornal, como o diário de procura de empregos intitulado *Quero meu emprego*, em que os telespectadores enviam vídeos falando sobre as suas habilidades profissionais. Há ainda um outro quadro no telejornal em que o repórter Lucas Cortez percorre as ruas a procura de personagens inusitados da cena natalense, com inserções longas durante o telejornal, que somadas ultrapassam 13 minutos, e que são destacadas, tal como a do dia 20 de julho, que programa é aberto com o cantor Francisco do Faustão, participante do *Se vira nos 30*, do Domingão do Faustão, fazendo uma apresentação musical. O repórter utiliza-se também de linguagem super informal, com expressões “fala, galera!” e o bordão dele “sucesso”, abraçando as pessoas durante a transmissão. Essa postura é compatível com a da ex-repórter do RN1, Ediana Miralha, que refere-se aos cidadãos que estão no local pelos apelidos, ou nomes de cada um, mostrando aparente intimidade, e ainda incorpora no texto sentenças como “mulher, vem cá”, “menina, conta aqui para gente” ou se dirige ao apresentador no estúdio, Murilo Meireles, por exemplo como Mumu.

Considerações finais

A observação dos três telejornais evidencia como as emissoras incluem, de maneira diversa, os assuntos relacionados a comunidade na programação de seus telejornais. Cada emissora, ao seu modo, coloca as demandas dos telespectadores como pauta prioritária. Percebe-se que a participação do repórter ao vivo, direto das comunidades, passou a ser valorizado, pois além de aproximar-se do público, tem-se um efeito de imediatividade. Por vezes, os links parecem mais extensos do que o necessário. Isso pode ser interpretado de duas maneiras: a primeira, pela falta de condições estruturais para produzir uma maior diversidade de conteúdo; a segunda, pela estratégia de dramatizar os fatos à exaustão, como estratégia sensacionalista. As duas possibilidades também podem se somar.

O RN1 e o JPB1 tendem a investir em uma linguagem mais informal, com teatralização da notícia e performance mais evidente dos repórteres. Nesses telejornais, alguns repórteres específicos assumem essa função, distinguindo entre os demais, com a abordagem padrão dos fatos. Nesse sentido, o SE1, mesmo explorando temas ligados à rotina da população, adota uma postura mais neutra, próxima ao padrão tradicional dos telejornais. Não há repórteres específicos para esse tipo de pauta.

Observa-se que a quantidade de tempo dedicado aos temas comunitários não reflete uma diversidade de fontes. A população, seja na condição individual ou testemunhal, está mais presente as sonoras e entrevistas das produções. No período analisado, as fontes oficiais aparecem timidamente, na maioria das vezes como nota. Não fica claro se é uma opção editorial ou dos próprios representantes, mas o fato é que isso denota uma prioridade, na medida que se acena como um caminho para que as emissoras priorizem os interesses da coletividade. Assim, os repórteres se apresentam como verdadeiros mediadores dos problemas da população, por vezes de forma implícita, mas também explícita, como o telejornal da TV Sergipe, que presunçosamente repete o bordão *Chama o SE1 que resolve*.

No entanto, o que é importante refletir é que o jornalista pode e deve ser mediador dos problemas da comunidade, mas o tratamento dado a ela, não pode ser de espetacularização. Como se os problemas que são tão relevantes na vida daqueles homens e mulheres servissem para fazer piada. Esse não é o papel do jornalismo, tampouco o que se diz comunitário.

Referências

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. Telejornalismo a serviço do público: a voz do povo em cena. **Famecos**, v. 17, n. 1, p. 65-73, 2010.

COUTINHO, Iluska; FERNANDES, Lívia. Telejornalismo local e Identidade: O Jornal da Alterosa e a construção de um lugar de referência. **Anais do XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Região Sudeste**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 16 a 18 de maio de 2007.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: SENAC, 2000.

NETV: Quadros e colunas. **Memória Globo**. Disponível em: <https://glo.bo/2LN4jzg>. Acesso em: 07 ago. 2020.

PAIVA, Raquel. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). **Famecos**, v. 13, n. 30, p. 62-70, 2006.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade de Brasília, 6 a 9 de setembro de 2006.

RJTV: RJ Móvel. **Memória Globo**. Disponível em: <https://glo.bo/2YrXNUl>. Acesso em: 07 ago. 2020.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícias**. Florianópolis, SC: UFSC, 2011.

SIQUEIRA, Fabiana Cardoso de. O telejornalismo em transformação: os formatos da notícia na era digital. In: PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **O Brasil (é) ditado**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 53-75.

SPTV: No ar em duas edições, telejornal traz prestação de serviços e os fatos mais importantes do dia para os paulistanos. **Memória Globo**, sem data de publicação informada. Disponível em: <https://glo.bo/2Qgy9fx>. Acesso em: 07 ago. 2020.

TONDO, Romulo; NEGRINI, Michele. Espetacularização e Sensacionalismo: Reflexões Sobre o Jornalismo Televisivo. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade Positivo PR, 4 a 7 de setembro de 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman Editora, 2015.

Lívia Cirne é doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPGEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordena o Grupo de Convergência e Narrativas Audiovisuais (Connau). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e redação do manuscrito.

Vitor Belém é doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; e redação do manuscrito.

Fabiana Siqueira é doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, docente do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba e também do Curso de

Jornalismo da UFPB, além de vice-diretora do CCTA/UFPB. Neste artigo, contribuiu com o desenvolvimento da discussão teórica e a interpretação dos dados.

Giovana Mesquita é doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, com estágio doutoral na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona), vice-coordenadora da pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco e professora do curso de Comunicação Social do CAA-UFPE. Neste artigo, contribuiu com desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito:

Edição v. 40
número 1 / 2021

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 40 (1)
jan/2021-abr/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

A sustentabilidade na visão de colaboradores de rádios comunitárias: estudo no semiárido do Piauí

Sustainability in the view of community radio employees: a study in the semi-arid region of Piauí

ELINARA SOARES BARROS DE SOUSA

Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: elinarabarros@ufpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2087-3541>.

WILZA GOMES REIS LOPES

Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: wilza@ufpi.edu.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3567-6831>.

ORLANDO MAURÍCIO DE CARVALHO BERTI

Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: berti@uespi.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5668-7145>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SOUSA, Elinara Soares Barros de; LOPES, Wilza Gomes Reis; BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. A sustentabilidade na visão de colaboradores de rádios comunitárias: estudo no semiárido do Piauí. *Contracampo*, Niterói, v. 49, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021.

Submissão em: 08/02/2021. Revisor A: 09/03/2021; Revisor B: 04/03/2021; Revisor C: 18/03/2021; Revisor C: 02/04/2021. Aceite em: 06/04/2021.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.48705>



Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a percepção dos colaboradores de rádios comunitárias do Semiárido do Piauí, estado do Nordeste do Brasil, quanto ao desenvolvimento sustentável e como tratam a questão nos programas. A pesquisa foi realizada em oito municípios e foram realizadas 25 entrevistas, em visitas *in loco* ocorridas no mês de agosto de 2019. Foi possível perceber que os colaboradores vinculam desenvolvimento sustentável mais intensamente à dimensão ambiental e que essa temática é tratada apenas nos programas jornalísticos, não tendo espaço nos programas musicais; algumas das rádios pesquisadas possuem a autorização de rádio comunitária, mas atuam como rádio comercial; e que o pouco número de colaboradores e a falta de qualificação dos colaboradores são fatores limitantes para as produções dessas rádios.

Palavras-chaves

Comunicação comunitária; Sustentabilidade; Percepção; Piauí.

Abstract

This article aims to analyze the perception of collaborators of community radio stations in the Semi-arid of Piauí, state in Northeast of Brazil, regarding sustainable development and how they deal with the issue in programs. The survey was carried out in eight municipalities and 25 interviews were carried out during on-site visits that took place in August 2019. It was possible to notice that employees link sustainable development more intensely to the environmental dimension and that this theme is only addressed in journalistic programs, having no space in musical programs; some of the radios surveyed have the authorization of community radio, but act as commercial radio; and that the low number of employees and the lack of qualification of employees are limiting factors for the production of these radios.

Keywords

Community communication; Sustainability; Perception; Piauí.

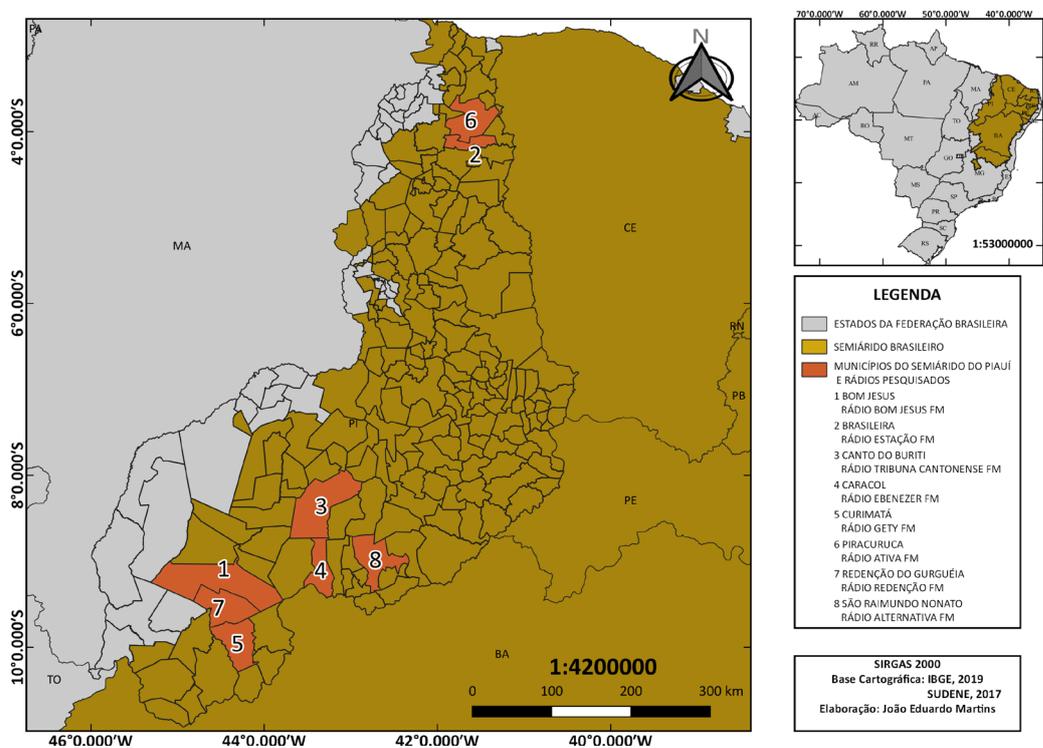
Introdução

As áreas de conhecimento da comunicação e do desenvolvimento sustentável são influenciadas mutuamente. O desenvolvimento, para qualquer sociedade, sempre esteve relacionado à necessidade de interação. A comunicação também é relacionada com comunidades desde quando o termo meio de comunicação abrangia, tanto o sentido de meio de transporte como o de meio de informação. Neste sentido, Martino (2019) afirma que até meados do século XX o termo meio de comunicação estava intimamente ligado à designação de barcos, estradas e caminhos de ferro. Na sociedade após a Revolução Industrial, percebe-se a ideia de um mundo em movimento e em conexão crescente, procurando a comunicação sem muros e sem fronteiras. Sartoretto (2014, p.117) reforça a importância da comunicação, afirmando que seu exercício é um direito, que deve ser “analisado a partir do ponto de vista dos sujeitos que reivindicam o acesso à comunicação e o direito de comunicar”.

Partindo da premissa que as rádios comunitárias são importantes para as localidades em que estão inseridas, tem-se como objetivo analisar a percepção dos colaboradores de rádios comunitárias do Semiárido do Piauí quanto ao desenvolvimento sustentável local e como tratam a questão nos programas das emissoras. Para tanto, foi utilizado o método descritivo-analítico, baseando-se na observação e interpretação da realidade do objeto, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e de campo.

Buscando abranger o Semiárido a partir de seu contexto ambiental, estabeleceu-se como critérios de seleção cidades que possuem área de conservação ambiental classificada como Parque Nacional. A partir dos critérios selecionados, foram identificadas nove rádios comunitárias. No entanto, a rádio Gurgueia FM, localizada no município de Alvorada do Gurgueia, não estava em funcionamento durante a pesquisa de campo. Por esse motivo foi excluída do *corpus*. No mapa 1 estão identificadas a localização e os nomes das rádios pesquisadas.

Mapa 1 – Rádios comunitárias do semiárido do Piauí pesquisadas



Fonte: Adaptado de Sudene (2017c)

Como técnica de pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas durante visitas *in loco* nas rádios selecionadas, sendo utilizada amostragem não probabilística com os seguintes critérios de inclusão adotados: ser colaborador de uma rádio comunitária localizada no Semiárido piauiense e aceitar participar voluntariamente da pesquisa.

Foram realizadas 25 entrevistas com colaboradores diretos das rádios que atendiam aos critérios estabelecidos. As entrevistas foram realizadas em agosto de 2019 a partir de um roteiro semiestruturado. Sempre que necessário foram abordadas questões pertinentes aos objetivos da pesquisa que não foram trazidos no roteiro inicial. Todos os entrevistados concordaram em participar da pesquisa e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo sido esclarecidos dos objetivos e procedimentos utilizados na pesquisa. O projeto foi submetido e aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa credenciado ao CONEP – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa.

A partir das entrevistas, fez-se um levantamento do perfil dos colaboradores, considerando informações pessoais e atuação nas rádios. Além disso, a questão da sustentabilidade foi questionada a partir da ótica em três dimensões: ambiental, social e econômica. A princípio, quando se falava em sustentabilidade, os entrevistados associavam apenas com a dimensão ambiental, por esse motivo foi perguntado sobre a temática econômica e social à parte.

A comunicação e o desenvolvimento sustentável

A comunicação tem papel importante para o desenvolvimento social. Nicoletti (2017) afirma que a comunicação popular proporciona espaço para os setores excluídos, possibilitando que se apropriem do seu ambiente, gerando uma construção comunitária. A atuação dos meios de comunicação populares traz à tona o papel ativo da comunidade em busca de seu próprio desenvolvimento, deixando de ser apenas um receptor passivo, construindo uma comunicação voltada para a realidade e os interesses da comunidade.

Vinculada ao paradigma dominante, em que o desenvolvimento era centrado na modernização, nasceu o modelo de comunicação denominado de difusionista, em que é realizado no sentido de divulgar as inovações e incentivar as mudanças de hábitos, como destaca Peruzzo (2015).

Tratar sobre desenvolvimento sustentável vai além de percepção de crescimento, devendo considerar as características culturais, ambientais e econômicas de determinado lugar. Trata-se de respeitar as particularidades de cada região, de aprender a conviver com as diferenças e a valorizar a cultura e o povo local. Neste sentido, Fernandes (2002, p.257) afirma que, na proposta para o Desenvolvimento Sustentável, é importante focar na “valorização de processos sociais tradicionais e locais”.

Nesse contexto, as rádios comunitárias devem estar incluídas em um modelo de desenvolvimento participativo que, conforme afirma Servaes (2012), se caracteriza não mais como uma comunicação vertical, mas de uma comunicação horizontal, em que o receptor passa a ser também produtor de conteúdo, discutindo a informação e não apenas recebendo. Então, em tese, os conteúdos disponibilizados pelas rádios passariam a refletir melhor as demandas da comunidade.

Peruzzo (2015) afirma que a comunicação se torna parte das dinâmicas transformadoras quando as pessoas são participantes do processo que possibilita seu crescimento integral. Com isso, essa importância se dá a partir da atuação da comunidade na produção dos meios comunicacionais, sendo possível perceber seu uso para atender à demanda local, transmitindo informações pertinentes à comunidade. Essas afirmações concatenam com as questões das rádios comunitárias. Segundo Medeiros (2020), como parte da função social das rádios destaca-se a apresentação de assuntos que não têm espaço na grande mídia e que afetam, diretamente, às pessoas da comunidade, assumindo um papel na constituição de subjetividade, dialogismo e relações sociais.

Rádios comunitárias como meios de comunicação para sustentabilidade

As rádios comunitárias fazem parte da comunicação sonora enquanto emissoras. Cada uma delas tem seu modo e intencionalidade de reverberar, através de sons, processos comunicacionais, com vivências, confluências e consequências próprias. Esses adjetivos tornam o meio um maiores e mais heterogêneos formatos de pluralização da comunicação.

Segundo Ferreira (2018), o rádio é um meio articulado para contribuir na construção do desenvolvimento sustentável local, considerando suas características, entre elas o fácil acesso, caráter mobilizador e a proximidade do local.

Para Santos *et al.* (2019), as rádios comunitárias podem prestar serviços para a população em que estão inseridas ao informar sobre os acontecimentos locais, ao dar visibilidade aos serviços de utilidade pública e estimular lazer e cultura. Já Bautista (2018) destaca que o papel da rádio é com interesse social como ator chave que pode gerar proposta de educação, seja ela formal ou informal.

Estar próximo às comunidades ajuda as emissoras comunitárias a fazer mais pelos ambientes nos quais estão inseridos. Isso acontece porque a maioria, ou quase a totalidade, dos agentes comunitários dessas emissoras estão inseridos no próprio ambiente local, conhecendo a fundo as demandas comunitárias, muitas vezes tendo sido nascidos e criados naqueles ambientes. Fatos estes que instigam maiores compromissos comunicacionais dessas rádios.

No Brasil, a Lei 9.612/98 (BRASIL, 1998) tentou clarear esse poder comunicacional, mas não foi realizada como um ato de democratização da comunicação, mas sim via uma pressão social, notadamente dos movimentos de rádio comunitária. Para Malerba (2017, p. 19), “na letra da lei ‘venceu’ um modelo de entendimento de rádio comunitária como ente comunitário, representativo e mobilizador: típico modelo organizativo de ação política hegemônico da época”.

Já Miani (2017) afirma que a Lei 9.612 se apresentou mais como “armadilha” contra rádios, considerando entraves apresentados para a criação e manutenção de uma emissora comunitária, tais como a excessiva burocracia para a obtenção de autorização, limitação no sinal da emissora, proibição de propagandas e impedimento de formação de redes para produção radiofônica.

A região do Semiárido brasileiro

Conforme estabelecido pelas Resoluções 107/2017 (SUDENE, 2017a) e 115/2017 (SUDENE, 2017b), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Semiárido brasileiro possui 1.262 municípios distribuídos por dez estados do Brasil. A Resolução 107/2017 (SUDENE, 2017a) estabelece os critérios técnicos e científicos que delimitam o Semiárido brasileiro.

Segundo Sena *et al* (2016), a região semiárida apresenta níveis de problemas mais elevados se comparados com outros municípios que não fazem parte da região, tais como indicadores de taxa de mortalidade infantil e nível de analfabetismo mais alto, esperança de vida e acesso à água potável mais baixos.

Quando Sena *et al* (2016) abordam o alto nível de analfabetismo, afirmam que a realização de uma política adequada de acesso à educação para jovens e adultos poderia eliminar o analfabetismo e que o acesso a habilidades e conhecimento que promovam o desenvolvimento sustentável podem contribuir para que esses indicadores sociais e econômicos negativos na região sejam melhorados. Cabe destacar ainda a defesa da promoção de aprendizagem que desenvolva o potencial local e não em uma recepção de conhecimento vindo de fora.

Gomes e Heller (2016) afirmam que a falta de acesso a políticas públicas traz como nítida consequência a vulnerabilidade da população rural do semiárido. No entanto, não se pode desconsiderar

que nessa região as questões culturais e ambientais são diversificadas e peculiares. As características ambientais também são marcantes na região, destacando a baixa precipitação pluviométrica média, a aridez do solo e o alto percentual de déficit hídrico (SUDENE, 2017a). Entretanto, também é composta de paisagens naturais que precisam ser conservadas. Por isso, unidades de conservação da natureza são encontradas nessa região.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído por meio da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), que estabelece os critérios para a criação de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, dividindo em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O artigo 7º da citada Lei estabelece os objetivos desses grupos, sendo o primeiro a preservação da natureza, admitido o uso indireto dos seus recursos, destacando as exceções dos casos previstos na legislação; e o segundo tornar compatível a conservação da natureza com seu uso sustentável.

As Unidades de Proteção Integral são divididas em cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000). O Parque Nacional, categoria escolhida como critério de seleção dos municípios analisados, tem como objetivo preservar ecossistemas naturais relevantes, “possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

No Brasil, atualmente, existem 74 parques nacionais (ICMBIO, 2020), sendo que 12 estão inseridos em municípios localizados no Semiárido. O Piauí possui quatro Parques Nacionais. São eles: Serra da Capivara, Serra das Confusões, Sete Cidades e Nascentes do Rio Parnaíba.

A percepção dos comunicadores comunitários do Semiárido do Piauí sobre a temática de desenvolvimento sustentável

Fez-se necessário trazer o perfil elaborado a partir das informações pessoais respondidas pelos entrevistados. Tais informações são importantes para se conhecer um pouco mais da realidade apresentada nessas rádios comunitárias estudadas.

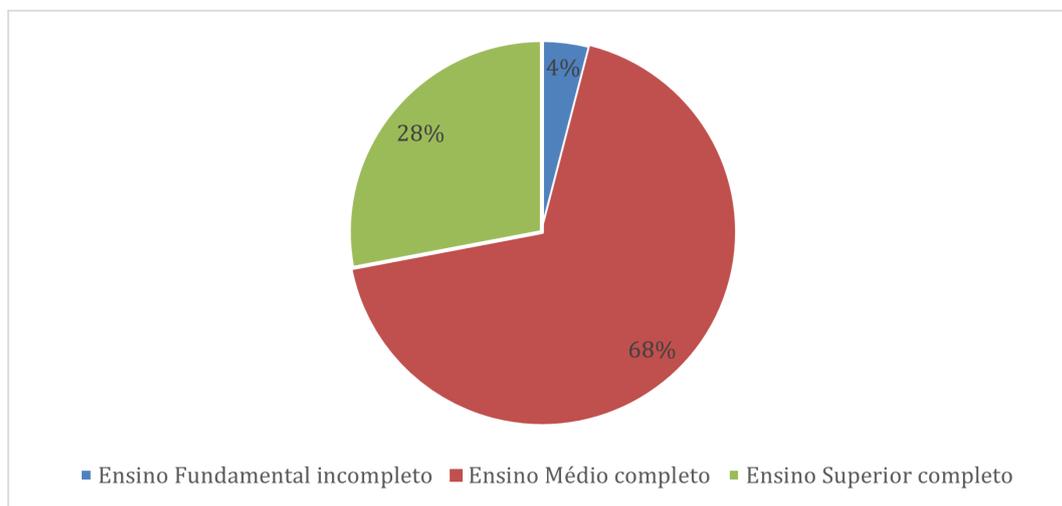
No perfil dos entrevistados, percebeu-se a predominância do gênero masculino entre os colaboradores, com 72%. Isso é uma realidade notada não só no Semiárido piauiense, mas em todo o Brasil e no mundo. Madsen (2015), em pesquisa sobre a presença de mulheres nos meios de comunicação no período de 1995 a 2015, percebeu a predominância do gênero masculino no jornalismo e em posições de tomada de decisão na comunicação, enquanto em posições consideradas de menor status a predominância é feminina, destacando as desigualdades raciais existentes nessas participações.

A predominância masculina nas rádios pesquisadas reflete esse contexto apresentado pela autora. Para Rios *et al.* (2015, p.11), o papel assumido por homens e mulheres “se sustenta numa rígida divisão sexual do trabalho que tem, historicamente, relegado à mulher um papel secundário no trabalho, na vida política, nas lutas sociais, responsabilizando-a pelo trabalho não-visível”. No entanto, com as diversas mudanças ocorridas na sociedade, essa divisão rígida foi sendo reavaliada e os papéis exercidos pelos gêneros foram se modificando. Rios *et al.* (2015) ainda tratam da maneira estereotipada com que a região do semiárido do Nordeste brasileiro é apresentada e o ser homem e ser mulher também se apresentam dentro de um estereótipo, que não condiz com a realidade. Segundo os autores, ao pensar as formas de convivência com o semiárido, é necessário considerar as questões importantes em relação aos gêneros para a configuração desse novo momento.

Outro ponto de destaque é quanto ao grau de instrução dos entrevistados. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD contínua (IBGE, 2019), o Piauí possui a terceira maior taxa de analfabetismo do Brasil entre o público de 15 anos ou mais, com 16%. Ficando atrás apenas dos

estados de Alagoas (17,1%) e Paraíba (16,1%). Esses dados mostram a realidade da educação no estado do Piauí e pode ser percebido que as rádios representam essa realidade ao ser compostas, em sua maioria, por pessoas que realizaram até o Ensino Médio, conforme é demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Produzido pelos autores

Quando se amplia a análise da educação para os dados nacionais, percebe-se que os prognósticos apresentados pela PNAD Contínua 2019 sobre a região Nordeste, em que fica localizado a maior parte do Semiárido brasileiro, são os mais críticos de todas as regiões. A taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 e menos de 60 anos do Nordeste é de 13,9%, enquanto as regiões Sul e Sudeste aparecem com as menores taxas, no valor de 3,3%, Centro-Oeste apresenta taxa de 4,9% e a região Norte aparece com taxa de 7,6% de taxa.

Esses dados do Nordeste são preocupantes, considerando que a alta taxa de analfabetismo e os poucos anos de estudos representam a necessidade de melhoria significativa da educação de sua população. Esse contexto social representa a população para qual as rádios comunitárias são voltadas, em que se apresentam como meios de comunicação que falam diretamente para essa população com pouca escolaridade, sendo necessária aproximação dos colaboradores através do seu um discurso de fácil acesso.

O conhecimento adquirido ao longo de anos de estudos formais influencia diretamente no modo como os colaboradores atuam nas rádios comunitárias, possibilitando ter uma visão mais crítica dos temas abordados. Nesse sentido, Gomes (2015) destaca a necessidade de elevar o conhecimento dos colaboradores para que estejam habilitados a discutirem com o público sobre questões sociais emergenciais de forma mais crítica, trazendo um novo significado para a rádio.

Mesmo sem uma formação de nível superior, os colaboradores compartilham e vivenciam as necessidades da comunidade, pois representam, de fato, as pessoas que a compõe. No entanto, além do conhecimento comum, que é relevante para o entendimento da comunidade quanto à sua atuação como formadores de opinião, a busca por qualificação, de maneira que possibilite trazer questões importantes para a comunidade, é um ponto chave para que a rádio volte a ter seu valor educativo.

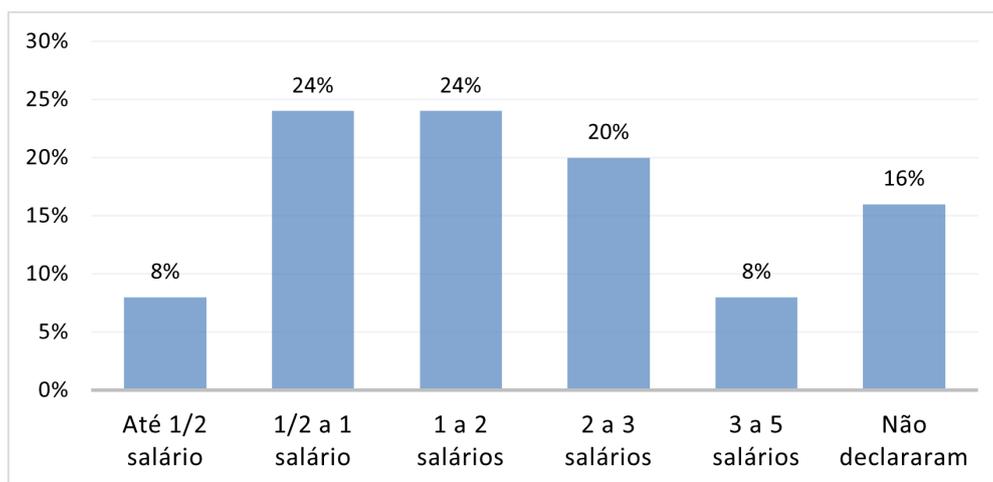
Quanto à capacitação dos colaboradores, dos entrevistados, 56% já realizaram algum tipo de curso na área de comunicação. A maioria foi qualificado a partir de formações oferecidas pelo Governo

Estadual. Com isso, a qualificação dos colaboradores tem ligação com a oportunidade que apareceu e incentivo das rádios em que atuam, ou seja, mesmo os colaboradores que possuem curso de capacitação já estavam atuando em rádios comunitárias antes da realização de cursos. Com isso, o aprendizado sobre rádios foi sendo adquirido ao longo das experiências práticas.

A partir das entrevistas, pôde-se perceber que os locutores iniciaram nas rádios comunitárias e, posteriormente, a maioria deles, realizaram cursos de capacitação na área. Os colaboradores acabam utilizando como parâmetro as rádios comerciais e muitas vezes reproduzem nas rádios comunitárias, não conseguindo perceber as diferenças que existem entre os meios de comunicação comunitário e comercial. Quanto a essa capacitação, o Instituto ComRádio do Brasil foi a instituição mais citada entre os entrevistados, devido aos cursos de capacitação que realizou no interior do estado.

O fato de ter um curso de capacitação em rádio comunitária deve ajudar esses colaboradores a conhecerem mais das rádios comunitárias ao discutir sobre a temática e não somente colocar em prática. Para Gomes (2015, p.355), “desafios, como baixa escolaridade, tênue participação popular e pouca qualificação são condições a serem enfrentadas e trabalhadas nos espaços articuladores de formação”. Esses desafios são enfrentados pelas rádios pesquisadas, em que muitas vezes são questões interligadas, considerando que a baixa escolaridade e a pouca qualificação do colaborador influenciam na maneira como atuam nas rádios e isso pode ser refletido em como a população participa das rádios.

Gráfico 2 – Renda familiar dos entrevistados



Fonte: Produzido pelos autores

A renda familiar também é um fator que influencia na participação desses colaboradores nas rádios comunitárias, pois a atuação nessas rádios não devem gerar vínculos empregatícios, conforme estabelece a legislação vigente. Com isso, os colaboradores precisam obter renda para o próprio sustento em atividades remuneradas, o que faz com que muitos cidadãos não queiram participar mais ativamente das rádios comunitárias. No gráfico 2 é demonstrado a renda familiar informada pelos entrevistados.

A falta de remuneração é um fator apontado pelos entrevistados para justificar o baixo número de colaboradores em algumas das rádios pesquisadas. A necessidade de se ter um trabalho para seu sustento faz com que grande parte da comunidade não se dedique à participar das rádios comunitárias. Para Suzina (2019), a falta de recursos financeiros é um dos problemas que torna concreto a concentração das mídias, considerando que inibe as iniciativas dos grupos que estão dispostos a expressarem suas vozes no debate público, reforçando as desigualdades já existentes.

No sentido dado por Suzina (2019), percebe-se que a falta de remuneração dos colaboradores

é apenas um dos pontos que demonstra que a questão financeira é um problema pela qual as rádios comunitárias passam. Mesmo sendo um meio de comunicação que não visa o lucro, as rádios precisam de estabilidade financeira para se manterem e a legislação se apresenta como um empecilho ao proibir anúncios publicitários nas rádios, estabelecendo sua sobrevivência através de doações e apoio cultural, dificultando a manutenção financeira desses meios de comunicação. Gomes (2015) já havia trazido, entre outras, a questão da sustentabilidade financeira como uma dificuldade apresentadas pela maioria das emissoras de baixa potência no Brasil.

O perfil dos colaboradores possibilita visão geral das rádios pesquisadas. Gomes (2015, p.353) compreende o radialista como um formador de opinião e como “o grande responsável pela mudança da qualidade das informações geradas nos seus programas”. Assim como também é apresentado, de forma mais simplificado, o reflexo da comunidade em que as rádios estão inseridas. No entanto, também foram analisadas as percepções desses colaboradores quanto à atuação dessas rádios nas comunidades em que estão inseridas com relação ao desenvolvimento sustentável.

Segundo informações colhidas através das entrevistas, as rádios estudadas apresentam variedades de temáticas que são abordadas ao longo de suas programações, algumas possuem temas mais voltados para a realidade local e suas peculiaridades e outras a programação é mais musical. Com relação aos temas abordados nos programas apresentados, destaca-se a importância dos colaboradores que atuam como locutores, pois o programa é realizado a partir das escolhas de cada colaborador. Isso vai ao encontro do que Gomes (2015) afirmou ao trazer o colaborador da locução como o grande responsável pela qualidade dos programas que são apresentados.

Observou-se que, nas rádios em que os colaboradores têm mais liberdade de atuação, os temas abordados são mais diversificados, além de possibilitar a participação mais ativa dos ouvintes. No entanto, essa liberdade não foi verificada em todas as rádios pesquisadas. Em duas rádios os entrevistados informaram que precisam de autorização do “dono” para abordar determinados assuntos. Com isso, percebe-se que essa definição de propriedade vai contra o que estabelece a legislação brasileira, pois a rádio comunitária deve servir a uma comunidade e não interesses particulares. Sobre essa questão, Volpato (2015) afirma que o interesse da gestão das rádios comunitárias é refletido no conteúdo apresentado pelas emissoras, assim como as motivações e participações da comunidade.

Quanto à participação da comunidade no processo produtivo, os entrevistados afirmaram que essa participação acontece mais através de solicitação de músicas. Entretanto, informaram que há também participação da comunidade com reclamações e informações sobre questões que ocorrem na comunidade, como pode ser observado nas seguintes falas de dois dos entrevistados transcritas: “Eles [ouvintes] ligam para fazer reclamações de alguma rua que está faltando água, luz, calçamento, lixo solto, essas questões eles são participativos também” (C, 46 anos) e “Na hora do jornal o pessoal liga de qualquer lugar e não só do município, mas da região, reclamam, elogia, faz a crítica, isso aqui é uma característica da rádio desde seu início” (S, 51 anos).

Nas entrevistas, percebeu-se que os colaboradores que estão a mais tempo nas rádios pesquisadas sentem saudades dos tempos áureos dessas rádios no município. Lembranças de como as rádios recebiam mais participações dos ouvintes, das cartas e bilhetes recebidos durante o dia, o reconhecimento dos locutores quando estavam na rua foram algumas das citadas pelos entrevistados. Com as novas formas de comunicação, através do uso de celulares e mensagens de texto e de voz, essa forma de participação mudou.

Atualmente, predomina o envio de mensagem pelo aplicativo Whatsapp em detrimento das ligações e envio de cartas e bilhetes. Nesse ponto é importante discutir também como o rádio está em constante mudança, se adaptando às novas tecnologias de comunicação com o uso de redes sociais.

Ainda quanto à essa participação, cabe destacar que nem todas as rádios possibilitam aos ouvintes a participação ao vivo, ou seja, é feita triagem do que será transmitido ao se impor a participação

apenas por mensagem escrita ou por áudio. A falta de participação ao vivo do cidadão é um fator que vai de encontro à característica de comunicação democrática que as rádios comunitárias possuem. Esse fator limitante da participação dos ouvintes foi demonstrado mais intensamente nas rádios em que os colaboradores informaram que existe uma pessoa como proprietária.

Esse contexto corrobora com o pensamento de Volpato (2015, p.328), que destaca a gestão das rádios como ponto importante para motivar essa participação, “por isso se diz que uma emissora comunitária precisa ter gestão da ‘comunidade’, quando os próprios cidadãos vão administrá-la em benefício de suas principais necessidades e a partir de sua realidade, produzindo uma comunicação autóctone e participativa”. No entanto, não é isso que se percebe em todas as rádios comunitárias pesquisadas, sendo que algumas possuem características de rádios comerciais, em que interesses particulares são colocados à frente dos interesses da comunidade. Nas rádios em que as lideranças se sentem proprietárias, tem-se como reflexo a pouca participação da população no fazer comunicacional.

Esse aspecto da participação da comunidade é parâmetro importante para a percepção da atuação dessas emissoras quanto à democratização. A falta de espaço para que a comunidade participe demonstra que essas emissoras atuam como rádios comerciais, em que o controle é exercido por um ou pequeno grupo de pessoas e os temas abordados passam a ser os que interessam aos que estão à frente da rádio e não à comunidade em que está inserida.

Nesse sentido, Miani (2017, p.67) afirma que há muitas emissoras de rádios comunitárias que apresentam desvio de conduta e até mesmo de concepção, em que receberam autorização para atuar como rádios comunitárias, mas “não respeitam a legislação e nem praticam os seus pressupostos políticos”. Das rádios pesquisadas, pelo menos em duas delas os entrevistados deixaram claro que há a figura do “proprietário”, utilizando, dessa maneira, a rádio para interesses comerciais e não da comunidade. Nas outras seis rádios não se pode confirmar, com base nas falas dos entrevistados, que atuem como comerciais.

Outra característica que merece destaque é a ampliação da propagação do conteúdo ao utilizarem outros meios de comunicação na produção das rádios comunitárias. As rádios expandem sua propagação através do uso de redes sociais (Facebook, Instagram) e da transmissão pela internet por meio de aplicativos de rádios e de sites próprios. Silva e Dantas (2014) afirmam que é cada vez mais comum que as rádios comunitárias passem a transmitir seu conteúdo em tempo real em outras plataformas, permitindo maior acesso às informações transmitidas por essa rádio, que, legalmente, o alcance é limitado a um quilômetro.

Para Suzina (2019), desde a década de 1990 houve avanço na incorporação de tecnologias nas experiências de mídias populares brasileira, considerando os meios de comunicação impresso e áudio visual. Segundo a autora, esse fato foi influenciado pela combinação de fatores: vulgarização de tecnologias, sendo ampliado o acesso às novas tecnologias através da digitalização e estratégias comerciais; ampliação ao direito à comunicação; e da integração de práticas de comunicação às lutas sociais.

Das rádios pesquisadas, três são transmitidas pela internet. Com isso, elas também recebem participações de pessoas que estão fora no raio de propagação da antena, expandido essa “comunidade” para além do espaço físico. Para Silva e Dantas (2014, p.167), mesmo que o objetivo dessas rádios seja atingir a comunidade em que está inserida, “uma realidade cada vez mais regida por discursos midiáticos acaba por instigar a necessidade do uso das novas tecnologias de informação e comunicação”.

Destaca-se que, apesar da maior inclusão de tecnologias nos meios de comunicação populares, não há distribuição uniforme, sendo possível perceber que muitas rádios comunitárias não possuem essas tecnologias, como pode ser verificado na amostra estudada, pois, segundo Suzina (2019), os meios de comunicação populares ainda possuem desafio de manter estrutura básica, então a manutenção de estrutura extra com tecnologia, tal como a manutenção de um site, inserção em redes sociais, é desafio maior ainda.

Existem diferenças no fazer comunicacional das rádios pesquisadas, cada uma com suas peculiaridades e níveis de adaptações tecnológicas. Algumas delas já possuem transmissão via internet, o que possibilita ir além do limite imposto pela antena, entretanto, outras possuem uma sede ainda em condições precárias. A realidade percebida na rádio Ebenezer, localizada no município de Caracol, é a pouca estrutura para a manutenção da rádio. Instalada em um pequeno cômodo, possui uma aparelhagem mínima para a transmissão dos programas, sendo somente um computador e um microfone, que o locutor divide com o convidado, e nenhum conforto para o colaborador, que não tem disponível ao menos um ventilador para amenizar as altas temperaturas da região.

Realidade distinta foi percebida na rádio Alternativa, localizada no município do São Raimundo Nonato. Mesmo estando entre as emissoras que não estão inseridas na internet, sendo sua transmissão limitada à abrangência da antena, a sede da rádio é mais estruturada, com aparelhagem composta por dois computadores, três microfones e um ambiente que possibilita conforto aos colaboradores, com ar condicionado e cadeiras confortáveis para os locutores e convidados.

Diante da realidade encontrada, percebeu-se que a estrutura da rádio é mais um fator que influencia na atuação dessas emissoras na comunidade, considerando que muitas vezes as necessidades enfrentadas para a manutenção dificultam uma ação mais efetiva junto à população.

Isso foi percebido quando partiu-se para a percepção dos colaboradores sobre a questão da sustentabilidade, a partir de suas três dimensões: ambiental, social e econômico.

Em relação à questão de como a sustentabilidade ambiental é abordada nos programas, em nenhuma das rádios estudadas existe um programa específico que trata das questões ambientais. Pôde-se perceber também ausência quanto à temática de forma geral, sendo falado esporadicamente. Foi destacado que o assunto é tratado mais em programas que têm o cunho jornalísticos e não nos programas de entretenimento. Das rádios pesquisadas, somente três possuem programas jornalísticos em sua programação, nas outras cinco rádios predomina a programação musical. Mesmo nas emissoras que possuem programas jornalísticos, a temática é abordada de forma esporádica, sendo utilizados os critérios de noticiabilidade como justificativa, conforme pode ser percebido na fala do entrevistado transcrita a seguir:

(...) precisa estar de acordo com o que está acontecendo no momento, do que é notícia. Nós temos momentos que é a questão do feminicídio, que isso a gente trabalha, contextualiza, tem o momento que está na onda essa questão de queimadas, a gente traz a informação, contextualiza com a nossa realidade, dando inclusive algumas orientações, é muito relativo (R, 51 anos).

Foi informado, também, que o assunto é tratado mais especificamente quando acontece algum fato de relevância nacional, tal como ocorreu com o rompimento da barragem de Brumadinho (em Minas Gerais) e nas épocas de queimadas.

Nas rádios comunitárias pesquisadas, verificou-se que a maioria reproduz conteúdo de sites quanto às questões ambientais que tiveram repercussão nacional. Esse quadro demonstra que há falta de atenção quanto às questões ambientais locais, mesmo as rádios pesquisadas estando localizadas dentro de municípios com parques nacionais.

Volpato (2015, p.335) já havia identificado a característica de reprodução de conteúdo ao afirmar que “a maioria das informações jornalísticas veiculadas pelas emissoras é construída com base em notícias da mídia comercial, seja da região ou da grande mídia, algumas retiradas da internet, de jornais da própria cidade ou de cidades vizinhas”. O autor ainda destacou que as informações locais são repassadas de forma tímida. Corroborando com isso, os entrevistados informaram que, quando a temática ambiental é tratada, as informações são retiradas de sites com abrangência nacional ou regional, sendo que estas são produzidas, principalmente, na capital Teresina.

Cabe destacar que as informações transmitidas a partir da capital do Piauí não representam

a realidade vivenciada nos mais diversos municípios do estado, considerando que as características econômicas, sociais e ambientais de Teresina são diferentes dos municípios mais distantes.

Ainda sobre a questão ambiental, percebeu-se que a temática foi vinculada ao agronegócio, queimadas, preservação ambiental, assuntos mais próximo da realidade estudada, mesmo quando o destaque dado é uma notícia nacional. Alguns dos entrevistados justificaram a falta de abordagem da temática à pequena quantidade de colaboradores que as rádios possuem. A falta de retorno financeiro foi identificado como fator determinante para esses pequeno número de colaboradores, considerando que todas as atividades da rádio devem ser realizadas de forma voluntária.

Com a pouca abordagem local sobre a temática ambiental ou a reprodução de notícias nacionais ou de regiões distantes, a comunidade acaba recebendo informações que não abrangem totalmente a realidade local e não trata da problemática ambiental da comunidade, incluindo a questão de plantio, colheita e criação, de acordo com as necessidades da população local.

Das rádios pesquisadas, duas destacaram que abordam a questão ambiental focada nos parques nacionais próximos, foram: São Raimundo Nonato, que traz questões que envolvem o parque Serra da Capivara; e Redenção do Gurgueia, que realiza atividades sobre questões do parque Serra das Confusões. Sobre a abordagem da temática relacionada ao Parque Nacional em que a rádio está inserida, destaca-se o depoimento a seguir:

O parque nacional (...) sempre tem questão de queimadas, dessas coisas aí. *Aí sempre a gente tá passando pra população tentando conscientizar esse problema que é das queimadas, então a gente tem agora mesmo tá tendo aí uma questão que foi instalada aqui a polícia ambiental aqui na cidade e a gente tá acompanhando porque agora já teve prisões aqui de pessoas que estavam com animais em cativeiro em casa e tal e a gente tá sempre noticiando isso aí (J, 37 anos).*

Os colaboradores das rádios localizadas nos outros municípios em que os dois parques citados estão inseridos não os destacaram como fator importante para abordagem ambiental. Além disso, as duas rádios próximas ao Parque Nacional Sete Cidades não realizam ações voltadas para a sensibilização quanto às questões ambientais ou mesmo quanto à importância e preservação do parque.

Com isso, percebeu-se que a inserção das rádios em município com unidade de conservação de proteção integral parque nacional não se caracteriza como fator de influência na abordagem da temática ambiental. Ressalta-se que, mesmo os colaboradores das rádios que afirmaram tratar do assunto, o fazem a partir de critérios de noticiabilidade, ou seja, a partir de algum acontecimento que faz com que os parques sejam notícias e não como um processo contínuo de educação ambiental e de valorização dessa área de proteção ambiental.

Ainda sobre a questão da sustentabilidade ambiental, percebe-se que a temática é abordada de forma pontual, partindo mais do interesse de cada colaborador, como traz o depoimento transcrito a seguir:

Eu mesmo costumo falar sobre a questão ambiental. Agora mesmo que a gente está em uma época seca, já aconteceu e quase todo ano acontece de a gente fazer um programa levado a essa conscientização de queimadas e orientação da falta de água (U, 28 anos).

Já quanto às dimensões econômico e social, percebeu-se que estão mais presentes no dia a dia das rádios comunitárias. Em todas as rádios, os colaboradores destacaram que as informações são repassadas aos ouvintes a partir do que chega à rádio. Oportunidades de emprego, apresentações culturais, problemas com falta de água, calçamento etc. são repassadas a partir da solicitação da comunidade. No entanto, como não são todas as rádios que a comunidade tem livre acesso. Em uma das rádios é necessária autorização prévia da “direção” para a divulgação das informações, conforme pode ser percebido no depoimento a

seguir:

Chega a informação, por exemplo, a empresa está disponibilizando 10 vagas no setor X, chega aqui: Você pode fazer esse aviso? Aí eu aguardo um pouquinho. Vou ali na direção para ver se me autorizam e assim vai (R, 40 anos).

A partir das falas dos locutores, foi possível perceber que o fato de a rádio possuir uma liderança que se considera dona faz com que seja limitada até mesmo para tratar de questões de desenvolvimento sustentável. É necessário aprovar antecipadamente o que vai ser transmitido na rádio, os locutores possuem informações que não podem ser ditas no ar.

Não se pode negar que as rádios pesquisadas atuam como uma forma de entretenimento para a comunidade, principalmente em seus programas musicais e isso é um fator da dimensão social importante, mas limitar a isso faz com que a rádio, como um meio de comunicação democrático e voltado para a comunidade, seja subutilizada. Para assumir apenas o papel de transmissão de músicas já existem rádios comerciais ou aplicativos de músicas, não necessitando de autorização de uma rádio comunitária.

Nesse sentido, Volpato (2015) afirma a necessidade de saber qual identidade locais essas rádios comunitárias brasileiras estão construindo nas comunidades em que estão inseridas, se é uma identidade mais localista, em que as mensagens e conteúdos são intrínsecos à realidade da comunidade, ou se é uma identidade que legitima as instituições dominantes, a partir de reproduções de programas e conteúdo da grande mídia, utilizando-a como fonte jornalísticas, não dando visibilidade para as questões locais e a efetiva participação da população.

Considerações finais

A partir das entrevistas, pode-se perceber questões importantes para o entendimento da atuação dessas rádios comunitárias quanto ao desenvolvimento sustentável local. A primeira é que os colaboradores, na maioria das vezes, iniciam nas rádios sem ter realizado um curso de capacitação na área, sendo qualificados somente após já estar atuando nas rádios. Com isso, essas rádios se apresentam como um local que auxilia na formação prática do ofício de locutor, considerando que já foram realizadas parcerias com o governo do estado para a realização de cursos voltados para os colaboradores de rádios comunitárias.

No entanto, essa não é a realidade de todas as rádios. Uma das rádios é formada por comunicadores amadores e que mesmo trabalhando há vários anos na rádio comunitária não tiveram a oportunidade de realizar curso de capacitação na área. São pessoas que resistem e continuam atuando na rádio por amor ao meio de comunicação, mesmo somente com o conhecimento prático. Percebeu-se que há uma relação de sentimento que faz com que permaneçam ainda que diante de dificuldades.

Outra percepção da realidade encontrada foi a utilização dessas rádios para fins comerciais e, até mesmo, particulares. Em duas das rádios pesquisadas, foi repetidamente falado que as lideranças se consideram proprietárias. Os entrevistados deixaram bem claro e informaram que é necessária a autorização para a divulgação de determinadas informações, não sendo possível a participação ao vivo dos ouvintes. Diferente do que determina a legislação, há um posicionamento de propriedade por parte dos que estiveram à frente da legalização. A existência de um sentimento de propriedade limita a participação da comunidade no processo produtivo, sendo basicamente o pedido de música.

Com isso, mesmo com a autorização de rádio comunitária, essas rádios não se apresentam como uma. A comunicação, que deveria ser realizada de forma horizontal, possui características de rádio comercial, havendo uma verticalização da comunicação. É importante destacar que as rádios comunitárias não são empresas e sim instituições sem fins lucrativos, mesmo que as atuações de diversas emissoras busquem o lucro descaracterizando a rádio como comunitária e aproximando das características de rádio

comercial.

Esse tipo de situação é um ponto negativo para as comunidades em que se encontram essas rádios, pois o meio de comunicação que é destinado a ser a voz do povo, em que a comunidade faça parte, é utilizada como um meio de comunicação que tem como o objetivo o lucro e não o bem estar da comunidade.

Foi possível verificar, ainda, que quando se fala em desenvolvimento sustentável, os colaboradores associam o termo às questões ambientais, descartando as outras duas dimensões: social e econômica. Quando questionados diretamente sobre os três pontos, percebe-se que a abordagem da questão ambiental é limitada ao vínculo com os programas jornalísticos, não sendo tratada da temática dentro de um programa musical.

A abordagem da dimensão ambiental ser feita em programas de cunho jornalístico é uma associação natural realizada pelos colaboradores, considerando que as notícias são mais divulgadas nesses programas. No entanto, é necessário ampliar o campo de visão e tornar a temática mais presente no dia a dia dos ouvintes, incluindo sua abordagem em programas de entretenimento, trazendo dicas que são importante para as mudanças de hábitos dos cidadãos, como a separação de resíduos sólidos, a economia no uso de água e luz, os cuidados com os rios, a conservação do solo, entre outros. Não se pode achar que a temática deve ser informada apenas quando ocorre grandes tragédias ambientais.

Além disso, foi possível perceber, também, que as rádios pesquisadas possuem limitações quanto à realização de programas mais voltados para a abordagem da questão do desenvolvimento sustentável. As limitações vão desde o pouco número de colaboradores; passa pela estrutura organizacional das rádios, sendo algumas utilizadas como rádios comerciais; o pouco interesse da comunidade em fazer parte da produção da programação das rádios; e em algumas rádios a falta de qualificação dos colaboradores. Cabe destacar, também, que a gestão das rádios norteiam como os colaboradores que atuam na locução vão guiar os programas que apresentam, sendo que, em alguns casos, percebe-se que a gestão se apresenta como mais um fator limitante à maior atuação junto à comunidade em que está inserida.

As rádios pesquisadas se apresentam mais como ferramenta de divulgação de informação, sendo que as rádios que possuem líderes que se consideram proprietários atuam de forma mais limitada ainda, considerando que as informações precisam ser aprovadas antes da divulgação. Nesse sentido, pode-se perceber que a identidade local dessas comunidades é construída a partir de um viés de manutenção do *status quo*. No entanto, é possível a essas rádios a promoção de ações diretas de melhoria das condições de vidas dos cidadãos ao levar especialistas que possam tratar sobre assuntos pertinentes para a realidade local, firmar parceria com instituições públicas para a realização de cursos de capacitação para seus colaboradores e pessoas da comunidade, estimular a participação efetiva da comunidade em que está inserida na produção da programação ao abrir as portas para que pessoas atuem na redação de textos para a rádio, na pesquisa por notícias ou no contato com entrevistados.

Referências

BAUTISTA, Luis Alainde la Novall. La radio comunitaria en función del desarrollo. **Revista Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**, v. 4, n. 2, p. 52-64, 2018.

BRASIL. Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, página 11, 1998.

BRASIL. Lei. N. 9.985, de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 19 jul. 2000, p. 1.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. **Raízes**, v. 21, n. 2, p.

246-260, 2002.

FERREIRA, Daniel José do Nascimento. Rádio no contexto da convergência midiática: contribuições para o desenvolvimento local. **Revista Rádio-Leituras**, v. 9, n. 1, p. 93-115, 2018.

GOMES, Ana Luísa Zaniboni. Dificuldades e tendências na trilha das rádios comunitárias. In: PERUZZO, Círcia Maria Krohling; OTRE, Maria Alice Campagnoli. **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil**: Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 349-364.

GOMES, Uede Aparecida Figueiredo; HELLER, Léo. Acesso à água proporcionado pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais: combate à seca ou ruptura da vulnerabilidade? **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 21, n. 3, p. 623-633, jul./set. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua**: educação 2019. Disponível em: <https://bityli.com/hdaH4>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ICMBIO. **Parques Nacionais**. Disponível em: <https://bityli.com/1QL15>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MADSEN, Nina. Mulheres e Comunicação no Brasil: 1995 a 2015. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Disponível em: <https://bityli.com/45mwm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MALERBA, João Paulo. Por uma genealogia das rádios comunitárias brasileiras. **LOGOS: Comunicação e Universidade**, v. 24, n. 1, p. 8-22, 2017.

MARTINO, Luiz Claudio. Sobre o conceito de comunicação: ontologia, história e teoria. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, v. 7, n. 14, p. 13-25, 2019.

MEDIROS, Rafael. Função Social do Rádio Local Entre Desertos de Notícia e Zonas de Silêncio: reverberações da migração AM – FM. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, v. 7, n. 1, p. 360-378, 2020.

MIANI, Rozinaldo Antonio. O papel das rádios comunitárias no contexto de desenvolvimento sociopolítico local no Paraná. **Ação Midiática**, v. 7, n. 1, p. 55-74, 2017.

NICOLETTI, Felipe Navarro. Comunicación popular, historia y medios comunitarios. **Question**, v. 1, n. 56, ed. 12, p. 1-16, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/16696581e012>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema (PB – Brasil). **Revista Comunicação & Sociedade**, v. 37, n. 2, p. 183-208, 2015.

RIOS, Pedro Paulo Souza et al. Mulheres no Semiárido Brasileira: uma história invisibilizada. **Revista Ouricuri**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2015.

SANTOS, Eliene et al. Rádios comunitárias no Brasil: entre a clandestinidade e a relevância social. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, v. 38, n. 140, p. 129-146, 2019.

SARTORETTO, Paola. Explorando a dimensão empírica da cidadania comunicativa e direito à comunicação. **Observatorio (OBS*) Journal**, v. 8, n. 3, p. 115-129, 2014.

SENA, Aderita et al. Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 671-683, 2016.

SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo sostenible y el cambio social: Una visión general. **CIC – Cuadernos de Información y Comunicación**, v. 17, n. 1, p. 17-40, 2012.

SILVA, Amanda Cinthia Medeiros; DANTAS, Juliana Bulhões Alberto. Web Rádio Como Extensão das Ondas Hertzianas da Rádio Comunitária. **Razón y Palabra**, v. 18, n. 86, p. 156-169, 2014.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Resolução n. 107, de 27 de julho de 2017**. 2017a. Disponível em: <https://bityli.com/ZUaR>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Resolução n. 115, de 23 nov. 2017**. 2017b. Disponível em: <https://bityli.com/3UP4Z>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Mapa de Delimitação do Semiárido**. 2017c. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/images/arquivos/semiario/arquivos/mapa-semiarido-1262municipios-Sudene.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021

SUZINA, Ana Cristina. Evolução das mídias populares no Brasil (1980-2015): avanços, desafios e perspectivas. **Revista de Comunicação Dialógica**, v. 1, n.1, p.166-195, 2019.

VOLPATO, Marcelode Oliveira. Configurações e tendências das rádios comunitárias do interior paulista. *In*: PERUZZO, Cílicia Maria Krohling; OTRE, Maria Alice Campagnoli. **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil**: Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015. p. 326-348

Elinara Soares Barros de Sousa é mestra e doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela mesma instituição. Secretária Executiva do curso de Engenharia Elétrica da UFPI. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados e redação do manuscrito.

Wilza Gomes Reis Lopes é arquiteta e urbanista, doutora, professora titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora e orientadora do mestrado e do doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI), na linha de pesquisa Planejamento, Gestão e Políticas Socioambientais. Bolsista de Produtividade do CNPq desde 2010. Líder do Grupo Ambiente Construído cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; e apoio na revisão de texto.

Orlando Maurício de Carvalho Berti é Doutor e Mestre em Comunicação. Professor, pesquisador e extensionista dos cursos e Comunicação da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – campi de Picos e Teresina. Pós-doutor em Comunicação, Região e Cidadania. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias sociais da UESPI. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; e apoio na revisão de texto.